



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL

SANDRO JOSÉ GOMES COELHO FILHO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SALA DE AULA: OS DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES(AS) DE SOCIOLOGIA**

FORTALEZA

2025

SANDRO JOSÉ GOMES COELHO FILHO

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SALA DE AULA: OS DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES(AS) DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado na Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes.

FORTALEZA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F498d Filho, Sandro José Gomes Coelho.

Diversidade sexual e de gênero na sala de aula : Os desafios enfrentados por professores(as) de sociologia / Sandro José Gomes Coelho Filho. – 2025.
194 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes.

1. Gênero. 2. Sexualidade. 3. Escola. 4. Prática docente. 5. Guia temático. I. Título.

CDD 301

SANDRO JOSÉ GOMES COELHO FILHO

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SALA DE AULA: OS DESAFIOS
ENFRENTADOS POR PROFESSORES(AS) DE SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado na Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Ensino de Sociologia.

Aprovada em: 28/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Willams Ribeiro Lopes. Orientador

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Cristian Saraiva Paiva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Lara Virgínia Saraiva Palmeira

Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC - CE)

Dedico este trabalho a Samila de Souza
Marcolino Coelho, minha esposa, que é
minha maior paixão, meu grande amor,
deu-me forças nos momentos mais difíceis
da pesquisa e a coragem que me
sustentou até o fim.

AGRADECIMENTOS

A jornada que culmina nesta dissertação não foi trilhada sozinha. Por isso, é com profundo reconhecimento que agradeço a todos(as) que, de diferentes formas, estiveram ao meu lado nesse percurso.

Primeiramente, a Deus, fonte de força, fé, sabedoria e esperança, por me sustentar nos momentos mais difíceis e me inspirar a seguir adiante.

À memória de minha mãe, Norma Lúcia Varela de Carvalho, e de meu pai, Sandro José Gomes Coelho, cuja presença permanece viva em mim como legado de amor, coragem, esforço e dedicação. Esta conquista é, também, de vocês.

Ao meu orientador, Francisco Willams Ribeiro Lopes, por sua escuta generosa, orientação segura e confiança em meu trabalho. Sua contribuição foi essencial para que esta pesquisa encontrasse seu caminho e aprofundamentos necessários.

Ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO) e a todos(as) os(as) professores(as) pelo aprendizado e conhecimento transmitido.

À minha esposa, Samila de Souza Marcolino Coelho, pelo amor incondicional, paciência e apoio constante, mesmo nos momentos mais desafiadores. Sua presença foi meu alicerce.

Aos meus filhos, Luiz Miguel Varela Marcolino Coelho e Ana Cecília Varela Marcolino Coelho, por serem razão do meu esforço e inspiração diária. Que este trabalho represente a importância da educação em nossas vidas.

Às escolas EEMTI Vicente Arruda e EEMTI José Alexandre, pelo acolhimento e abertura à pesquisa, bem como pela confiança no propósito desta investigação.

Aos colegas do mestrado do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), pelas trocas, aprendizados e companheirismo durante essa trajetória. Partilhar esse processo com vocês foi enriquecedor.

Aos dezoito professores(as) que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, contribuindo com suas experiências e reflexões. Sem vocês, este trabalho não teria acontecido e nem possuiria a mesma profundidade.

A todos(as), meu sincero agradecimento.

“A verdadeira viagem do descobrimento
não consiste em procurar novas
paisagens, mas em ter novos olhos.”
(Marcel Proust, 1923).

RESUMO

Esta pesquisa busca investigar os desafios e dificuldades enfrentados por professores(as) de Sociologia ao abordar os assuntos diversidade sexual e de gênero na sala de aula e, em seguida, elaborar guias temáticos que possam auxiliá-los em suas aulas. Para tanto, foi realizado o estudo de como gênero e sexualidade estão descritos nos documentos curriculares oficiais, tais como BNCC e DCRC, a análise das possíveis influências da comunidade escolar (núcleo gestor, professores, alunos e responsáveis) sobre as práticas pedagógicas dos(as) professores(as) e a identificação das barreiras enfrentadas pelos docentes. Metodologicamente, a pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, com aplicação de questionários semiestruturados com questões de múltipla escolha e abertas. O estudo contou com a participação de 18 professores de escolas estaduais de Fortaleza e Caucaia, no estado do Ceará. Os resultados demonstraram que os maiores desafios enfrentados pelos(as) professores(as) ao ensinar conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero são: a ausência destes temas na formação inicial, a carência de formação continuada e a falta de material didático adequado. Como produto final, propõe-se guias temáticos para subsidiar a prática docente. Assim, a pesquisa busca contribuir para a conscientização da comunidade escolar, auxiliar o(a) professor(a) no desenvolvimento de suas aulas e ampliar o debate sobre diversidade sexual e de gênero na educação brasileira.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; escola; prática docente; guia temático.

ABSTRACT

This research aims to investigate the challenges and difficulties faced by Sociology teachers when addressing topics related to sexual and gender diversity in the classroom, and subsequently to develop thematic guides to support them in their teaching practice. To achieve this, the study examined how gender and sexuality are described in official curriculum documents, such as the BNCC and the DCRC), analyzed the possible influences of the school community (administration, teachers, students, and guardians) on teachers' pedagogical practices, and identified the barriers encountered by educators. Methodologically, the research employed a qualitative approach, using semi-structured questionnaires with both multiple-choice and open-ended questions. The study included the participation of 18 teachers from public schools in Fortaleza and Caucaia, in the state of Ceará. The results showed that the main challenges faced by teachers when teaching content related to sexual and gender diversity are: the absence of these topics in initial teacher training, the lack of continuing education opportunities, and the scarcity of appropriate teaching materials. As a final product, the study proposes thematic guides to support teaching practices. Thus, the research seeks to contribute to raising awareness within the school community, assist teachers in the development of their lessons, and broaden the debate on sexual and gender diversity in Brazilian education.

Keywords: gender, sexuality, school, teaching practice, thematic guide.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Em qual componente curricular ou disciplina ministra/ministrou o conteúdo diversidade sexual e de gênero	73
Gráfico 02 – Qual é o nível de dificuldade enfrentado em relação ao ensino desses conteúdos	75
Gráfico 03 – Você se sente apto para ensinar gênero e sexualidade levando em conta sua formação inicial	77
Gráfico 04 – A Seduc-CE oferece formações sobre gênero/sexualidade e material didático adequado	79
Gráfico 05 – Quais conceitos, categorias e temas são mais abordados	80
Gráfico 06 – Já teve problemas em suas aulas na oportunidade que abordou assuntos relacionados à diversidade sexual e de gênero	82
Gráfico 07 – Já presenciou uma ou mais situações de conflito quando um professor(a) tentou ensinar os conteúdos gênero e sexualidade em sala de aula	85
Gráfico 08 – O núcleo gestor da sua escola já interferiu, facilitou, bloqueou ou manteve-se indiferente quando você abordou o tema diversidade sexual e de gênero em sala de aula	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Matriz de referência Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará

EJA – Educação de Jovens e Adultos

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana.

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBTQUIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuados, “+” representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla, além de gêneros fluidos

MESP – Movimento Escola Sem Partido

NTTPS – Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

SEDUC – Secretaria de Educação do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UECE – Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AFINAL, O QUE É GÊNERO e SEXUALIDADE	25
2.1 Gênero e a sexualidade no ambiente escolar	34
2.2 Escola Sem Partido e a Ideologia de Gênero	46
3 DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NOS CURRÍCULOS	55
3.1 Diversidade sexual e de gênero na BNCC	56
3.2 Diversidade sexual e de gênero na DCRC	63
4 APRESENTANDO OS DADOS DA PESQUISA	70
4.1 Perfil dos entrevistados	70
4.2 O desafio de ensinar sobre diversidade sexual e de gênero na escola na perspectiva dos professores	72
5 ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE GUIAS TEMÁTICOS	91
5.1 Validando os Guias Temáticos	93
5.2 Principais pontos levantados durante as validações	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICE A – PRODUTO FINAL: GUIAS TEMÁTICOS	113
A.1 História dos direitos LGBTQUIA+	113
A.2 Representação de gênero e sexualidade na mídia	130
A.3 Família, diversidade de gênero e sexualidade	150

A.4 Religião, diversidade sexual e de gênero: Diálogos e tensões	169
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIOS	186
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	190
APÊNDICE D – REGISTROS FOTOGRÁFICOS	191

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi elaborada por um professor-pesquisador de 37 anos, heterossexual, cisgênero, casado, pai de duas crianças de 6 e 4 anos, com mais de 10 anos de docência, ministrando a disciplina de Sociologia, que guarda na memória o dia em que foi perseguido por abordar um conteúdo relacionado às questões de gênero e sexualidade em sala de aula.

Bom, começou assim, aparentemente, seria mais um bimestre como qualquer outro. Estávamos retornando das férias e, como era comum, tinha o hábito de ministrar as aulas sobre gênero e sexualidade sempre no terceiro bimestre, nas turmas do segundo ano. Normalmente, era um conteúdo muito aguardado pelos alunos(as), assim como por mim, que particularmente gostava muito de ministrá-lo. Mas, no ano de 2019, isso mudaria.

Não lembro a data exata, mas o período e a turma estão claros em minha mente. Entrei em sala, copiei os roteiros no quadro, expliquei o conteúdo, contei os exemplos relacionados à matéria, a aula ocorreu sem nenhum conflito. Encerrei a mesma e me despedi.

Entretanto, para minha surpresa, na semana seguinte, durante uma reunião de pais e mestres, a mãe de uma aluna, da referida turma, pediu a palavra, e para surpresa de todos e minha a aula sobre gênero e sexualidade era a pauta. Ela me acusou de ser pornográfico com os alunos(as), que minhas aulas estavam instigando os meninos(as) a terem relações sexuais, que esse tipo de conteúdo não era para ser visto na escola, mas cabia somente a família discutir essas questões e que eu como professor deveria me limitar ao máximo reproduzir o que estava no livro, desde que o conteúdo fosse moralmente aceito e desejado.

Confesso que fiquei sem reação, não sabia o que dizer e tive até pelo meu emprego. Na época, era professor temporário. Contudo, para minha sorte, o núcleo gestor e os demais colegas que estavam na reunião interviveram a meu favor, afirmando, entre outras coisas, que conheciam meu trabalho, que eu tinha liberdade de cátedra e que os conteúdos ministrados aos alunos(as) não eram uma escolha pessoal minha, mas seguiam um direcionamento da Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE. Dessa forma, conseguiram contornar a situação.

Achava que a situação tinha terminado ali. Contudo, para minha surpresa, na semana seguinte, fui chamado para uma reunião com minha coordenadora de área, na qual ela reafirmou que a escola estava do meu lado, que isso não iria prejudicar meu emprego, mas que eu teria que participar de uma reunião com a turma, escutar o que eles tinham a dizer a meu respeito e, se fosse o caso, pedir desculpas para encerrar o assunto.

Coagido, internamente, aceitei a proposta da gestão. No dia da referida reunião com a turma, nunca vou esquecer dessa cena. Reuniram os alunos(as) no refeitório da escola, em círculo, e no centro dele havia duas cadeiras: uma para mim e outra para a coordenadora. Sentamo-nos nas cadeiras, e a coordenadora disse a seguinte frase: "Podem falar o que vocês acham do professor!"

Um grupo de cinco meninas começou a falar, inclusive a filha da responsável que havia me acusado na reunião, repetindo as mesmas questões. Contudo, para minha surpresa, após a fala delas, o restante da turma começou a contradizer tudo o que elas haviam afirmado, comentando

que eu era um ótimo professor e que jamais havia desrespeitado a turma. Em seguida, a coordenadora pediu a palavra, disse que eu estava disposto a pedir desculpas e encerrou a reunião.

Esse acontecimento mudou minha prática docente, pois nunca mais fui o mesmo em sala de aula. Passei a ter medo de ser gravado ou filmado pelos alunos(as). Hoje, não sinto mais a mesma alegria e entusiasmo em minhas aulas. Voltando ao ponto principal, para resumir a história, no final do ano fui demitido da escola. Não sei se isso ocorreu pelo episódio ou por outra questão (Relato do professor-pesquisador).

Além da situação vivida e relatada acima, lembro-me de que as primeiras curiosidades e conflitos sobre a sexualidade surgiram na minha vida durante a adolescência, período em que cursei o Ensino Médio, entre os anos de 2004 e 2006. Além de estudante, era um jovem muito religioso, de matriz neopentecostal. A igreja que frequentava condenava toda e qualquer expressão ou experiência sexual antes do casamento.

Contudo, tinha minhas dúvidas e questionamentos sobre a sexualidade, como a maioria dos jovens. Na escola, ouvia meus colegas relatarem suas primeiras aventuras sexuais. Nas poucas aulas que tínhamos sobre sexualidade, especialmente, na disciplina de Biologia, o foco era nos aspectos reprodutivos e biológicos, sem levar em conta os aspectos culturais e sociais, o que aumentava ainda mais minhas dúvidas e anseios.

Ao ingressar na Universidade Estadual do Ceará - (UECE) em 2009, no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, trazia comigo as dúvidas e lacunas deixadas pela vida, pela religião e pela escola. Durante a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico, na qual foi proposto o desafio de pensar em um objeto de estudo para um futuro Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), relembrei as lacunas que minha formação na Educação Básica havia deixado sobre a sexualidade. Assim, voltei meu interesse para a área da educação, especialmente, para as temáticas envolvendo gênero e sexualidade.

Iniciei minha experiência docente logo após me formar, no ano de 2014. Trabalhei em várias modalidades de ensino na Educação Básica, em escolas classificadas como profissionalizantes, regulares, integrais e na educação de Jovens e Adultos - EJA. Em todas essas experiências, ministrava a disciplina de Sociologia. Nessas experiências, pude observar a dificuldade dos alunos, professores(as) e da

comunidade escolar em lidar com a temática de sexualidade e gênero na escola. Especialmente, em alguns pontos mais sensíveis, como questões relacionadas à orientação sexual dos sujeitos e a construção das identidades de gênero. Existindo um misto de medo, vergonha, despreparo e desinteresse, além da própria falta de formação dos colegas professores para ministrar tais conteúdos, como se esses assuntos fossem relegados apenas ao plano individual, cabendo somente ao sujeito e sua família essa discussão.

Assim, mediante as experiências pessoais e profissionais vivenciadas por este professor pesquisador, observa-se que a sexualidade e as questões de gênero são temáticas que vão além da escola, tendo seus reflexos e impactos dentro e fora do ambiente educacional.

Observa-se que, nas últimas décadas, as discussões sobre sexualidade e as questões de gênero se tornaram mais amplas e abrangentes. Embora ainda existam, em nossa sociedade, resquícios de uma repressão social e moral sobre o assunto como preconceitos, tabus e desinformação.

O contexto de discussão da sexualidade e do gênero se dá diante da revolução sexual, que se iniciou nos anos 60 e que, entre outras coisas, procurava dar um fim à repressão e à violência que a mulher sofria e, infelizmente, ainda sofre. A revolução buscou romper com tabus relacionados à sexualidade dos indivíduos, como o sexo serve apenas para procriação, de que a masturbação como pecado e a criminalização das práticas homossexuais.

As mobilizações para obter e defender os direitos de reprodução [...], a proteção da mulher contra a violência masculina, campanhas anti-estupro, treinamento em autodefesa, abrigos para mulheres espancadas e acompanhamento psicológico para as que haviam sofrido abusos, criou a ligação direta entre os interesses imediatos das mulheres e a crítica ideológica ao patriarcalismo (Castells, 2011, p. 214)

Os movimentos sociais, especialmente, o Feminista e o LGBTQIA+, que propunham uma maior liberdade sexual dos indivíduos, acabaram não só modificando os arranjos familiares e as práticas sexuais, mas também influenciaram as práticas educacionais, pois tornou-se necessário ensinar às novas gerações os conhecimentos sobre a sexualidade humana.

Foi ao longo dos anos 70, com os movimentos pela valorização das minorias que a questão da mulher começou a mudar de forma. A sexualidade deixava de ser considerada algo mágico ou misterioso que escaparia aos progressos técnicos ou à medicina. A pílula foi aceita por homens e mulheres, não só porque era confiável, mas, sobretudo, por ser confortável. O orgasmo simultâneo passou a medir a qualidade das relações e significava o reconhecimento da capacidade feminina de gozar igual aos homens (Priore, 2011, p. 179).

Diante disso, a perspectiva deste trabalho parte da compreensão de que o gênero e a sexualidade estão presentes nos processos da vida social, cultural, política e econômica dos indivíduos, sendo uma das formas que as pessoas interagem consigo mesmas, com os outros e com o mundo.

Portanto, o objetivo geral é investigar os desafios e as dificuldades que os(as) professores(as) de Sociologia têm ao ministrar o conteúdo diversidade sexual e de gênero em sala de aula.

Já os objetivos específicos são:

- Analisar como os conceitos de sexualidade e gênero estão descritos nos currículos e documentos oficiais, tais como: BNCC e DCRC;
- Compreender como a comunidade escolar pode influenciar o ensino, as práticas e as metodologias que os docentes usam em relação ao ensino da diversidade de gênero e sexual;
- Identificar os principais desafios e barreiras que os professores encontram e que dificultam o ensino sobre essas temáticas e os possíveis motivos que interrompem esse debate.
- Elaborar um material didático que possa auxiliar professores(as) no ensino dessas questões em sala de aula.

A escolha da escola como espaço da pesquisa se justifica pelos seus aspectos históricos, sociais, culturais e até econômicos, evidenciando sua importância para a sociedade. Sabemos que a escola, especialmente a pública, desempenha funções que vão além do dever de transmitir conhecimentos formais e científicos, sendo, para muitos alunos(as), um espaço de alimentação, lazer, compreensão, escuta e, até mesmo, afeto. Nesse sentido, o ambiente educacional se apresenta como o local por excelência para debater as questões levantadas por esta pesquisa.

Estudar e compreender as falas dos professores(as) sobre os desafios do ensino das questões de gênero e sexualidade é o caminho que nos levará a descobertas e desafios que vão além do que foi inicialmente pensado.

A diversidade sexual e de gênero é uma categoria ampla, condicionada por múltiplos aspectos que consideram elementos biológicos, psicológicos, sociais, históricos e culturais, com possibilidades imensas nesse universo. Contudo, aqueles que não se encaixam nos padrões de "normalidade" esperados pela sociedade são discriminados e segregados. Ainda que de forma oculta, há uma tentativa, tanto na sociedade quanto na escola, incentivada por grupos conservadores e/ou religiosos, de promover a homogeneização e padronização das orientações sexuais e dos papéis de gênero. Esse processo busca retirar essas categorias do plural e colocá-las no singular, reforçando uma única orientação sexual, a heteronormativa, assim como uma divisão dual dos papéis de gênero entre homens e mulheres.

Diante dos desafios desta pesquisa e considerando uma realidade múltipla, com infinitas possibilidades de abordagem, optamos por realizar um recorte para melhor compreensão. Ao se referir à diversidade sexual, enfocamos o aspecto relacionado à orientação sexual dos sujeitos, entendendo-a como a atração sexual ou afetiva que os indivíduos podem sentir por outros. Essa orientação é, geralmente, classificada em cinco possibilidades: heterosexual, bisexual, homossexual, assexual e pansexual, contudo, sabemos que a sexualidade humana não se limita apenas a essas cinco classificações.

O termo orientação sexual veio substituir a noção de opção sexual, pois o objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, uma vez que é resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais, vivenciando-os, interpretando-os, (re)produzindo e alterando significados e representações, a partir de sua inserção e trajetória social específica. As maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos da experiência social (Junqueira, 2007, p. 17).

Da mesma forma, ao pensar na diversidade de gênero, está-se referindo à identidade de gênero, entendida como a autopercepção íntima e subjetiva que cada indivíduo tem de si e de como se define e quer ser reconhecido, seja do gênero masculino, do gênero feminino, ou da interseção de ambos, ou ainda como fora de

ambos. Essa identidade é classificada em: transgênero, homens transgêneros, mulheres transgêneros, pessoas cisgênero, pessoas não binárias e travestis, contudo, sabemos que a identidade de gênero não se limita apenas a essas classificações.

Identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se identificar com o masculino ou o feminino, não importando seu sexo biológico. Uma pessoa nascida com o sexo masculino ou feminino pode formar uma identidade feminina ou masculina, tornando-se transexual ou travesti. Essas pessoas são as chamadas transgêneros (Jesus, 2008, p 17).

Para esta pesquisa foi definido como referencial teórico diversos autores(as) se debruçam sobre o estudo das questões da sexualidade, gênero e educação tais como: Foucault (1988), Louro (2004), Scott (1995) e Butler (2003), Junqueira (2007), os quais contribuíram decisivamente para o desenvolvimento teórico da análise sobre gênero e sexualidade nas sociedades ocidentais capitalistas. Além, de realizada toda uma revisão de literatura, com consulta a livros, artigos, teses, dissertações, legislações educacionais a nível estadual e federal que tratassem da temática estudada.

A construção metodológica da pesquisa tem como norte os objetivos propostos, entre os quais está a criação de um material didático, especificamente guias temáticos (em apêndice), que possam auxiliar os(as) professores(as) no desenvolvimento de suas aulas sobre os conceitos de diversidade sexual e de gênero. Para isso, optamos por uma abordagem qualitativa, utilizando questionários semiestruturados com questões de múltipla escolha e abertas. Os questionários são ferramentas amplamente utilizadas em pesquisas acadêmicas devido às várias vantagens que oferecem no processo de coleta de dados. Entre os pontos positivos, podemos destacar a facilidade na coleta de informações, anonimato e confidencialidade, eficiência de tempo e custo, minimização de interferências do pesquisador e flexibilidade no formato de aplicação.

O inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo facto de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. Por isso, estes inquéritos são geralmente muito mais elaborados e consistentes [...] A possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e de proceder, por conseguinte, a numerosas análises de correlação. O facto de a exigência, por vezes essencial, de representatividade do conjunto dos entrevistados por ser satisfeita através desse método (Quivy R. e Campenhoudt, 1998, p. 189).

Esta pesquisa envolveu, ao todo, 18 professores(as) de escolas estaduais dos municípios de Caucaia e Fortaleza, ambas do Estado do Ceará, todos os professores(as) entrevistados participaram da pesquisa de modo efetivo compartilhando suas experiências e desafios no ensino de assuntos relacionados à diversidade sexual e/ou de gênero. A aplicação dos questionários semiestruturados foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2024, de modo presencial. A dinâmica da realização dessa etapa da pesquisa ocorreu da seguinte forma: Inicialmente, os professores(as) responderam às perguntas objetivas do questionário. Em seguida, respondiam às questões abertas, estas perguntas foram realizadas de forma oral e gravadas, para um melhor aprofundamento das questões, essa divisão foi realizada com o intuito de otimizar o tempo e não gerar desgaste para os docentes entrevistados.

O núcleo gestor das referidas escolas não esboçou nenhuma dificuldade para a construção da pesquisa. Não foi necessário justificar o motivo das entrevistas com os professores da escola, apenas foi informado que se tratava de parte da construção do trabalho de conclusão de curso que estava sendo elaborado sobre os temas sexualidade, gênero e escola.

Os professores entrevistados demonstraram grande curiosidade e interesse pela pesquisa, como por participar. Para eles foram disponibilizados, de forma impressa e digital, um breve resumo com os objetivos da pesquisa e esclarecida qualquer dúvida.

O resultado da pesquisa demonstrou que os maiores desafios enfrentados pelos(as) professores(as) ao ensinar conteúdos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade são: a formação inicial, pois, para muitos docentes, suas graduações deixaram lacunas importantes durante o processo de aprendizagem, com currículos acadêmicos que priorizavam mais discussões teóricas, voltadas à academia, contudo distantes da realidade social dos educandos, por exemplo.

Outro ponto levantado foi a falta de formação continuada e de material adequado. Quanto à formação continuada, esta seria uma forma, especialmente, por parte das secretarias de educação, de sanar essa lacuna na aprendizagem dos

docentes. Para alguns, esses cursos de formação são inexistentes; outros até têm conhecimento deles, mas não se sentem motivados a participar; e, por fim, há aqueles para os quais falta maior interesse e divulgação por parte dos órgãos responsáveis por sua elaboração.

Em relação ao material didático adequado, de forma unânime, todos(as) afirmaram que a SEDUC não o disponibiliza ou não tem conhecimento, quando utilizam algum material, este é de elaboração própria ou baseado em livros didáticos, especialmente os anteriores à reforma do ensino médio, do PNLD 2018, quando os livros didáticos eram organizados por disciplinas, ao invés de áreas de conhecimento, pois os novos seriam omissos quanto a essas discussões.

Tendo essas informações em mãos, foram elaborados quatro guias temáticos que relacionam a diversidade sexual e de gênero aos temas: família, religiões, mídia e direitos. O intuito desses guias não é servir como plano de aula embora possam ser utilizados dessa forma, mas sim como material norteador e orientador para a elaboração de aulas, seminários, palestras, rodas de conversa, debates, júris simulados, exibições de filmes ou documentários, entre outras atividades que o(a) professor(a) queira realizar sobre esses assuntos.

Diante do exposto, este trabalho foi dividido em seis capítulos. No primeiro, foi realizada uma breve introdução do trabalho, apresentado o objetivo geral e os específicos, além da metodologia usada. Já no segundo, é realizada uma revisão da literatura sobre as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, como sua definição, classificação, problemáticas e sua importância na vida dos sujeitos e um estudo sobre o Movimento Escola sem Partido e a Ideologia de Gênero, procurando compreender suas origens e seus impactos na educação.

No terceiro capítulo, enfoca-se nos aspectos sócio-históricos e políticos da sexualidade e do gênero, como estes estão presentes ou não na BNCC e no DCRC. No quarto é apresentado os resultados da pesquisa, analisando o perfil dos professores(as), suas lutas, formação e questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, além de níveis de informação e vivências na escola.

No quinto é apresentado uma explicação sobre a importância dos guias temáticos e como eles podem orientar os professores em suas aulas sobre sexualidade e/ou gênero em termos teóricos, metodológicos e até legais, em seguida é demonstrado os dados da validação dos guias, realizada por quatro professores(as). Por fim, no sexto capítulo é realizada uma conclusão da pesquisa, sobre os resultados alcançados e sua importância para o ensino de Sociologia.

Assim, deseja-se que este trabalho contribua para uma maior conscientização de professores, gestores, pesquisadores e estudantes, em geral, sobre a importância da discussão de temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade na escola, além de oferecer melhor orientação aos docentes que ministram ou desejam ministrar esses conteúdos em suas aulas.

2 AFINAL, O QUE É GÊNERO e SEXUALIDADE?

As relações de gênero e sexualidade se consolidaram como campo de pesquisa a partir da década de 1960, tornando-se objeto de intensa reflexão teórica e política ao longo das últimas seis décadas. Esse processo deve-se, em grande medida, à influência do movimento feminista, que não apenas impulsionou tais discussões, mas também foi responsável pela criação e disseminação do próprio termo "gênero" enquanto categoria analítica.

Foram os estudos feministas os que inicialmente tinham a intenção de desnaturalizar as condições das mulheres na sociedade, desconstruir a ideia de que tudo aquilo que se refere à mulher está na sua natureza feminina, ou seja, estes estudos problematizaram a ideia de que determinadas características são da essência feminina e outras são da essência masculina (Carvalho, Tortatto, 2009, p. 22).

Para Araújo (2019, p.36):

O conceito de gênero nasce nas discussões do movimento feminista. A história do feminismo apresenta diversas dimensões temporais, políticas e outras perspectivas. No século XXI, falamos em feminismos diante da pluralidade e especificidades dos sujeitos políticos que constituíram suas identidades e diferenças a partir do amadurecimento do embate na arena política. [...] As mulheres promoveram uma rasura política e epistemológica, ao questionarem o silenciamento, exclusão e esquecimento a que foram submetidas como sujeitos históricos, rompendo com os padrões domésticos, a maternidade, entre outros, associados à condição feminina.

Além do referido movimento, o movimento LGBTQIA+ e os demais movimentos sociais que procuram debater alguma pauta relacionada ao gênero ou à sexualidade enriquecem os debates, discussões e produções acerca da temática.

Neste cenário de significativas mudanças culturais, os campos de estudo feministas, gays, lésbicos, queer, estudos de sexualidade constituíram-se como campos teóricos e políticos, portanto são vertentes de estudo articuladas aos movimentos sociais que privilegiavam uma forma de conhecer a partir de decisões sobre o quê, para quê conhecer e sobre quem está autorizado a conhecer, o que será conhecido e a forma de se chegar a conhecer (Louro, 2003, p. 211).

Ao falarmos das relações de gênero, muitas vezes, estamos nos referindo a nós mesmos, como sujeitos sexuados, de opiniões, desejos e vontades próprios; enfim, à nossa intimidade. Apesar de parecer algo íntimo ou natural ao sujeito, as relações de gênero ou sexualidade são categorias que expõem manifestações de poder, especialmente, entre o masculino e o feminino, que orientam e condicionam a vida de múltiplos atores sociais.

De acordo com Scott (1990, p.21):

Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos “campos de forças”. No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem – conceitual – que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação.

Neste contexto, para Scott (1990), o gênero deve ser visto e entendido a partir das diferenças e como elas são hierarquizadas e pensadas, afinal, vivemos em um mundo pensado a partir da dualidade: bom e mau, alto e baixo, belo e feio, gordo e magro, masculino e feminino. A autora não nega que existem diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos nesse universo binário; contudo, ela demonstra que essas diferenças não são apenas naturais, e sim construções históricas, culturais e sociais, tendo seus sentidos, percepções, semelhanças e diferenças de acordo com o meio no qual estão inseridas. Esse meio acaba construindo as relações hierárquicas entre os sexos e os gêneros. Logo, de acordo com Scott (1990, p.77) o entendimento de gênero deve levar em conta dois pontos principais: “primeiro, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais nas diferenças percebidas entre os sexos e segundo, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Contudo, não podemos deixar de fazer uma distinção entre sexo e gênero, pois ainda é muito comum haver confusões sobre essas duas terminologias, especialmente em grupos mais conservadores da sociedade. Sexo pode ser classificado tanto sob a visão da atividade sexual quanto no aspecto biológico. No sentido biológico, o que caracteriza um indivíduo da espécie humana como macho ou fêmea é a diferença entre seus órgãos性uais: pênis para os machos (homens) e vulva para as fêmeas (mulheres).

De um modo geral, os sociólogos usam o termo “sexo” em referência as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem corpos masculinos e femininos [...] “sexo” é um termo ambíguo. Pode significar [...] atividade sexual, mas também pode se referir as características físicas que dividem homens e mulheres (Giddens, 2012, p. 430).

Já o gênero seria uma construção social, psicológica, política e cultural. Embora um indivíduo nasça biologicamente macho ou fêmea da espécie humana, é só por meio das vivências sociais que ele(a) irá definir seu gênero, de modo a formar sua identidade. Como nos diz Scott (1990, p. 7) gênero seria “uma maneira de indicar as construções sociais: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.”.

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis性uais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1990, p. 75).

De acordo com Giddens (2012) gênero é uma construção social:

O gênero está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade, ele não é um produto direto do sexo biológico do indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homens e mulheres não tem origem biológicas (2012, p. 430).

Assim, o sexo é inato a qualquer indivíduo, todos nascem machos ou fêmeas da espécie humana, mas o gênero, que é a construção da masculinidade e feminilidade, é aprendido e construído ao longo da vida do indivíduo. Como nos disse Simone de Beauvoir (2009) no seu livro clássico sobre a situação da mulher no começo do século XX, *O Segundo Sexo*, não se nasce homem nem mulher; aprende-se.

Observa-se que esses dois termos, sexo e gênero, embora disparem em significado, estão inter-relacionados durante a construção da sexualidade dos sujeitos. Como afirmam Samara et al. (1997, p. 39):

[...] gênero é uma construção social e cultural sustentada pela diferença do feminino e do masculino. Sendo assim, a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos.

E várias são as intuições sociais que podem contribuir para a “normalização” dos papéis de gênero. Segundo Bourdieu (2007), depois da família, a escola tem papel fundamental na reprodução social dos vários espaços sociais

existentes na sociedade. O ambiente escolar é formador do *habitus* secundário, enquanto a família formaria o primário.

Em suma, através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporaram, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas (Bourdieu, 2007, p. 114).

Outro dispositivo na formação de papéis de gênero é a mídia, seja na forma televisiva, impressa, de áudio, internet ou as redes sociais. Ela reproduz o que seriam padrões ditos normais masculinos e femininos para as pessoas que lhes doam sua audiência. Por exemplo, temos casos de músicas que exaltam o papel da virilidade masculina, do homem “pegador”, violento e rico e da mulher submissa, sujeita aos apetites sexuais dos homens, valorizada apenas pelo seu corpo e não pela sua capacidade intelectual.

A mídia, os anúncios de televisão e o cinema promovem mecanismos que sutilmente controlam e educam nossa forma de ser e perceber o mundo, dando um caráter de estabilidade e normalidade, invisibilizando as raízes culturais e históricas dessas experiências e dando-lhes feições essencialistas e trans históricas (Louro, 2008, p. 20).

Na literatura infanto-juvenil, temos outros exemplos, como o papel do menino aventureiro, que sai em longas aventuras, matando monstros e demonstrando seu poder, e a menina vista como a princesa indefesa, que espera no castelo a chegada do príncipe encantado, que a salvará e lhe pedirá em casamento. Esses exemplos mostram que as classificações e os papéis de gênero estão presentes em práticas consideradas livres de qualquer tipo de estereótipo sexual ou de gênero, pois seria natural meninas serem dóceis, meigas e amáveis, já os meninos por natureza seriam corajosos, guerreiros, valentes.

Embora as relações patriarcas de gênero e as relações sociais capitalistas sejam muito difíceis de serem separadas, elas não podem ser reduzidas uma à outra [...] assim, as práticas e significados ideológicos que vemos nas garotas, com todas as suas contradições, que tanto lhes impõe limites quanto lhes dão vigor, somente podem ser entendidos através de uma abordagem que veja como a economia do capital, a ideologia do patriarcado e as formas culturais da vida da classe trabalhadora reproduzem e contradizem umas às outras (Apple, 2002, p. 128).

Assim, as diferenças entre masculinidade e feminilidade são construídas socialmente ao longo da existência do indivíduo e têm variações de sociedade para sociedade. Isso acaba gerando em cada cultura padrões de gênero a serem seguidos, e aqueles que optarem por se desviar desses padrões acabarão recebendo sanções sociais por suas escolhas. Por exemplo, um menino ou uma menina que, na escola, tome atitudes tidas como do sexo oposto pode ser coagido(a) a se “corrigir” e a seguir o padrão considerado normal.

Na educação, quando os corpos transgridem a fronteira do que é convencionado como normal socialmente, vemos a ação de sanções normalizadoras que funcionam através de práticas discriminatórias ou preconceituosas, de modo que se elabora um sistema de recompensa e punição no qual os corpos que agem fora do controle do que é imposto recebem reforço de comportamento para que se adéquem às práticas rotineiras. Vestimentas ou trejeitos que não pertencem a determinado sexo, que rompem com as expectativas de gênero, recaem nos estereótipos e são punidos pelos olhares e comentários pejorativos (Louro, 2008, p. 77).

Essa punição do comportamento desviante nos lembra o célebre Émile Durkheim (2008), considerado um dos clássicos da sociologia, que já dizia que nascemos num ambiente social onde todas as relações dos sujeitos já estão estabelecidas antes mesmo do nosso nascimento, como a economia, a política, a educação, a religião. Logo, como indivíduos, podemos até relutar e não querer aderir a elas, como, por exemplo, no caso do sistema financeiro do nosso país. No entanto, sofreremos sanções sociais, diretas ou indiretas, que farão com que acabemos desistindo dessa atitude. Essa atitude da sociedade frente aos indivíduos rebeldes que fogem aos padrões “normais” é denominada coerção social.

Ao se falar sobre a sexualidade se deve considerar a questão histórico-cultural, que abrange valores morais, éticos, regras, normas e tabus de cada época, os quais determinam os padrões sexuais considerados normais ou aceitos. Ao longo da história, observamos esses padrões herdados se transformarem, gerando novos comportamentos, desejos, regras, tabus e valores, e criando diferentes sexualidades.

Ao percebermos os aspectos culturais da sexualidade, deparamos com o fato de que esses e os aspectos biológicos não se excluem mutuamente, nem são independentes; ao contrário, são inter-relacionados e interdependentes. Essa perspectiva nos leva a entender a sexualidade não apenas como um elemento

biológico, nem exclusivamente como um fenômeno cultural, mas como uma interação entre ambos, na qual elementos culturais e biológicos se misturam.

Daí a importância de não desvincular o aspecto biológico da sexualidade e de observar os anseios e desejos que a sociedade tem em relação ao comportamento, às práticas e aos discursos sobre o sexo. É essencial lembrar que os papéis sexuais estão sempre em transformação, alterando-se devido a uma soma de fatores específicos de cada sociedade, cultura e época.

Para Foucault (1988), a sexualidade é um "dispositivo histórico", o que a coloca como uma construção social, uma vez que se formou historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo. Esses discursos, segundo o autor, regulam, normatizam, instauram valores e produzem "verdades" sobre o sexo em cada período histórico.

O essencial é bem isso: que o homem ocidental há três séculos tenha permanecido atado a essa tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo; que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo. Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo e foram obrigados os homens a estendê-lo cada vez mais; mas, sobretudo, focalizou-se o discurso no sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constitui-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia (Foucault, 1988, p. 26).

Ao longo dos séculos, a sexualidade foi regulamentada por instituições sociais, como a família, a igreja, a escola e a própria ciência. No entanto, em cada cultura, ela se manifestou com diferentes normas de conduta, investidas de poder na normatização dos comportamentos sexuais nas diferentes sociedades.

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (Foucault, 1988, p. 98).

A sexualidade humana não se manifesta apenas como um desejo ou necessidade biológica, mas é influenciada pelas relações sociais e abrange outros campos de pensamento e atividades humanas. Assim, o ser humano é o único animal que atribui significados à sua prática sexual, não a limitando a questões reprodutivas da espécie, mas buscando nela uma forma de prazer, de expressão social e simbólica.

O comportamento sexual humano é significativo – ou seja, os seres humanos usam e expressam sua sexualidade numa variedade de maneiras. Para os humanos, a atividade sexual é muito mais que biológica. Ela é simbólica, refletindo quem somos e as emoções que estamos sentindo (Giddens, 2012, p. 414).

A sexualidade interfere na vida social, política e econômica, transcendendo seu aspecto puramente biológico e fazendo parte do processo evolutivo social de qualquer pessoa. Assim, ela está ligada ao modo de viver e de experimentar a vida, moldando a personalidade à medida que determina os relacionamentos e influencia a maneira como nos relacionamos conosco mesmos, com os outros e com o mundo.

Como afirma Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico que varia de acordo com a sociedade, classe, época, história, religião, entre outros fatores. Esse dispositivo é caracterizado por invenções sociais que se construíram historicamente em cada sociedade, por meio dos discursos sobre o sexo. Esses discursos visavam normatizar, regular, controlar e orientar uma postura correta em relação à sexualidade do indivíduo.

A criação das chamadas “normas” sociais relacionadas à sexualidade define os comportamentos adotados pelos indivíduos em cada sociedade. No entanto, essas normas não são fixas, pois sofrem mudanças ao longo do tempo devido a fatores sociais, morais e culturais que determinam o que é ser homem ou mulher e como devem viver sua sexualidade. Cada sociedade, ao longo de sua existência, determina o que é ou não aceito em termos de sexualidade de seus indivíduos e estabelece práticas culturais que definem o grau de permissividade sexual. Giddens (2012, p. 415) afirma que "em todas as sociedades, existem normas sexuais que aprovam certas práticas, enquanto desestimulam ou condenam outras."

A criação e a normatização desses padrões “universais” de masculinidade e feminilidade, em torno da sexualidade, que cada sociedade busca propagar ao longo

de sua existência, estão imersas em relações de poder. Grupos hegemônicos, política e economicamente dominantes, tendem a normatizar e universalizar padrões e comportamentos sociais de acordo com suas visões de mundo, o que também reflete na maneira como os indivíduos se comportam em relação ao sexo. Basta observar a história das sociedades ocidentais, ao longo dos séculos, para ver que cada povo teve maneiras distintas de lidar com a sexualidade de seus indivíduos, sempre refletindo valores que os grupos dominantes consideravam verdadeiros e universais.

Nota-se como a sexualidade ainda norteia as relações de poder na sociedade. Como afirma Foucault (1988), as relações de poder não se limitam apenas ao Estado e suas instituições macrossociais; elas também estão presentes nas relações microssociais, como entre pai e filho, marido e mulher, mãe e filho, professor e aluno. Assim, o sujeito está imerso em relações de poder que se perpetuam através dos discursos, sejam eles científicos, religiosos ou familiares.

Para Foucault (1988, p. 11), "esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta porque é fácil de ser dominado." Assim, uma espécie de escudo histórico e político o protege, tendo sua origem no século XVII, após centenas de anos de arejamento e expressão livre, coincidindo com o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da ordem burguesa.

O surgimento de uma nova ordem social influenciada pela industrialização criou a necessidade de mentes e corpos mais voltados para o trabalho do que para atividades lúdicas nas relações sociais, como o sexo. Assim, a sexualidade acabou sendo restrita ao lar, que passou a ser o único espaço onde os indivíduos poderiam realmente exercer sua sexualidade.

De acordo com Foucault (1988), a partir do século XVIII surge uma incitação política, econômica e técnica a falar sobre sexo, não tanto sob a forma de uma teoria geral de sexualidade, mas através de análises, contabilidades, classificações e especificações realizadas por meio de pesquisas quantitativas ou casuais.

Assim, para Foucault (1988), a explicitação do sexo através da proliferação de discursos pela medicina levou o sexo de um regime de "controle-repressão" para

um regime de "controle-estimulação", promovendo um maior conhecimento sobre os corpos e constituindo-se num dispositivo de exercício de poder sobre os indivíduos.

Foucault (1988 p. 53) denomina esse dispositivo de sexualidade como: "[...] esta nova forma de poder, que define as condutas sexuais, separando as sexualidades em blocos distintos com o objetivo de controlá-las através da medicalização." Este dispositivo destaca um aspecto positivo de um saber que limita os prazeres não no sentido de controle, mas na perspectiva de proteção, inicialmente direcionado à burguesia e, posteriormente, à classe dominada pelos proletários, com o objetivo de preparar um corpo saudável para o trabalho.

Assim, neste universo, pode-se pensar a importância da escola, especialmente a pública, que é marcada pela diversidade, seja de raça, etnia, religiosidade, classe, origem, sexualidade ou gênero. Ela surge como um espaço privilegiado para que conceitos, saberes e ações sejam discutidos, debatidos e pensados no processo de formação dos estudantes, pois é nesse ambiente que eles passam boa parte de suas vidas.

Não podemos perder de vista que, atualmente, a escola tem como missão uma formação inclusiva, que busca e valoriza os direitos humanos. Logo, é seu dever conscientizar sobre as diferenças de gênero e de orientação sexual, assim como combater toda forma de desigualdade e violência que possa ser reproduzida no ambiente escolar e que pode gerar exclusão, preconceitos e estereótipos contra alunos(as) que tenham comportamentos considerados desviantes.

Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente "fabricam" os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas,性uais, de classe etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça. Sendo assim, qual o gênero da escola? (Louro, 1997, p. 88).

O ambiente escolar é um local onde os estudantes vivenciam diversas situações, trocam experiências e realizam atividades que os expõem ao binarismo homem e mulher, seja pelos uniformes, especialmente, os destinados à educação física, comportamentos e atitudes esperados, divisão em filas, uso dos banheiros, escolha das práticas esportivas, brincadeiras etc. Logo, é nesse ambiente que o(a)

estudante vai formando sua identidade, e é lá que se demonstra, naturaliza e instiga a visão de mundo dualista entre os sexos.

Este espaço não está isento da reprodução e do engessamento dos binarismos reforçados nas identidades de gêneros, pois atividades simples da prática escolar reforçam sentidos para classificar e posicionar o masculino e o feminino em estruturas de poder. As atividades físicas, a identificação dos sanitários, a escrita dos materiais didáticos ou o fracasso e sucesso escolar vão sendo definidos nos arranjos de gêneros de modo que os contornos excludentes e restritivos vão naturalizando relações constituídas por discursos (Araújo, 2019, p. 40).

Logo, a escola deve assumir o protagonismo e se compreender como um espaço político para debater, estudar e dialogar sobre os percursos para alcançar a equidade de gêneros entre homens e mulheres, utilizando o dia a dia da realidade escolar e os acontecimentos ocorridos em sala de aula, assim como nos espaços comuns da escola. O objetivo é construir nas identidades dos educandos(as) maior responsabilidade, comprometimento e entendimento sobre os problemas que envolvem essas relações de gênero.

2.1 Gênero e Sexualidade no Ambiente Escolar

No contexto brasileiro, a sexualidade emergiu como questão de Estado vinculada a políticas sanitárias. Os primeiros programas governamentais sobre o tema datam da década de 1920, período marcado por epidemias de sífilis e outras doenças venéreas que preocupavam a saúde pública. Nesse cenário, as iniciativas oficiais combinavam o combate às infecções sexualmente transmissíveis com a promoção de um ideário de sexualidade "saudável", conceito profundamente influenciado pelo paradigma higienista então vigente.

O limitado tratamento do tema nas escolas brasileiras da época refletia essa dupla perspectiva: enquanto estratégia de saúde pública e como instrumento de controle social. A escola reproduzia os preceitos higienistas, que associavam a potência e o desenvolvimento nacional à formação de corpos sãos e moralmente regulados. Nessa lógica, a maturidade física e psicológica dos futuros cidadãos era entendida como fundamento para o progresso da nação, consolidando uma visão instrumental da sexualidade como ferramenta de engenharia social.

Os primeiros registros sobre propostas de Educação Sexual nas escolas, ocorreram na transição do século XIX para o século XX. Eram ideias que já vinham sendo difundidas em países da Europa, como Itália, França, Portugal e Inglaterra, fortemente relacionadas com os investimentos que a medicina estava fazendo no campo dos conhecimentos científicos sobre o corpo feminino, reprodução. Essa produção científica buscou mapear esses conhecimentos acerca do corpo feminino e seus fenômenos, com o intuito de estabelecer diferenças biológicas entre corpos femininos e masculinos [...] A discussão se pautava principalmente no combate à iniciação sexual precoce, às práticas sexuais não reprodutivas, tais como a masturbação, a homossexualidade, o sexo anal e o sexo oral e o combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST) chamadas, então, de doenças venéreas. A Educação Sexual era dirigida principalmente às mulheres, crianças e jovens, com indicações indiretas aos homens adultos (Araújo, Cruz, Dantas, 2018, p. 10 e 11).

Entre as décadas de 1920 e 1960, consolidou-se no Brasil uma abordagem peculiar da sexualidade que ocorria dentro das aulas denominadas de educação sexual. Embora não integrasse formalmente o currículo oficial, essa formação era exigida como conteúdo complementar, com duplo propósito: informar os jovens sobre sexualidade e acompanhar seu desenvolvimento psicossocial.

Essa iniciativa respondia a preocupações médicas e morais sobre os perigos que a ignorância sexual poderia acarretar, desde doenças físicas até "desvios" de conduta. A abordagem, contudo, limitava-se frequentemente a uma perspectiva biológica e preventiva, enfatizando os perigos da sexualidade em detrimento de sua dimensão humana e afetiva.

Contudo, nesse momento da história educacional brasileira, a presença de um debate sobre a sexualidade nas escolas estava completamente ligada a questões médicas e higienistas, deixando de lado qualquer questão histórica, social ou cultural que compõem a sexualidade humana. Esse fato podia ser observado, pois as disciplinas que mais desenvolviam essa questão eram Ciências e Biologia.

A Educação Sexual sempre esteve atrelada às discussões médicas que abordavam principalmente aspectos relativos à reprodução e à prevenção de doenças. Assim, as discussões de sexualidade, no espaço escolar, têm ficado, tradicionalmente, restritas às disciplinas de Ciências e Biologia, como se as questões da sexualidade estivessem restritas apenas a aspectos anatômicos e fisiológicos. Assim, aspectos relativos à cultura e ao próprio ordenamento da sociedade são deixados de lado (Araújo, Cruz, Dantas, 2018, p. 15).

Assim, a sexualidade "estava" no currículo, diluída dentro dos conteúdos da educação sexual, embora essa não fosse considerada uma disciplina, das escolas

até meados da década de 60. Durante o período militar, ela foi retirada. Um dos argumentos para a retirada da educação sexual do currículo escolar foi que o período militar buscava a revalorização da família tradicional, moralmente aceita, na qual o sexo era visto como um tabu e reservado ao casamento. Diante disso, discutir sexualidade com os jovens poderia incitá-los a procurar ter práticas sexuais, em vez de oferecer uma boa formação sobre o assunto.

Quinalha (2017) nos lembra que o regime autoritário civil-militar no Brasil (1964-1985) elaborou e executou uma intrincada política de controle sexual, fundamentada principalmente na preservação da "moralidade e dos comportamentos aceitáveis". Essa estratégia não se restringia à repressão de opositores políticos, mas também visava disciplinar e padronizar corpos, identidades de gênero e orientações性uais que fugiam à norma.

A narrativa da decência pública e dos valores convencionais foi essencial para a base doutrinária que alicerçou o governo autoritário. Assuntos como sexualidade explícita, diversidade homoafetiva e identidades trans eram vistos como riscos à harmonia política, à proteção do país, à disciplina sexual, ao modelo familiar conservador e aos princípios morais que, alegadamente, uniam a população brasileira. O regime valorizava a defesa do núcleo familiar, a propagação dos ideais religiosos cristãos e a inocência dos jovens.

A retórica moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, mote que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente (Quinalha, 2017, p. 25).

Os governantes da época vinculavam frequentemente a homossexualidade e a "revolução sexual" ao socialismo global, descrevendo-as como uma "estratégia de sabotagem" para destruir as estruturas do Ocidente, desintegrar a família e perverter a mocidade. Assim, em última instância, o ataque a estes pilares da sociedade brasileira seria fruto de um autêntico “plano subversivo, que [punha] em risco a segurança nacional” (Quinalha, 2017, p. 57).

Apesar de a atração por pessoas do mesmo sexo não estar explicitamente descrita no Código Penal da época, o regime utilizou amplamente artigos legais e medidas punitivas já vigentes, como "conduta indecente em espaço público", "ociosidade" e infração à "moral e à decência". A Lei de Censura (Lei n. 5.250/1967) estabelecia sanções para quem "ferisse a ética social e os costumes tradicionais". O Decreto-Lei n. 1.077/1970 instituiu a fiscalização antecipada, considerando "inadmissíveis" materiais e manifestações contrárias à moral e aos bons costumes. Essa tática visava dar uma fachada de legitimidade e conformidade às medidas opressivas, distorcendo o sistema jurídico para validar a repressão.

Apesar da ausência de legislação expressa criminalizando orientações sexuais não-normativas, diversos outros tipos penais foram abundantemente mobilizados para enquadrar os homossexuais e coibir a sua existência aberta. Vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos, uso de drogas, foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito a realizar um controle legal destes grupos, geralmente jogados em um submundo associado a diversos tipos de contravenções e crimes morais ou patrimoniais. A prática policial criminalizava, assim, as condutas que a legislação não definia como delitos penais (Quinalha, 2017, p. 172).

O governo ditatorial organizou um sofisticado sistema de controle que integrava a atuação de diversas instituições públicas, como serviços de inteligência, forças de segurança e mecanismos de censura, em torno de uma agenda moral compartilhada. Apesar dos conflitos internos e da parcial independência entre esses grupos, uma "visão autoritária idealizada" e a adesão à linha mais radical asseguravam uma ação coordenada.

O controle da sociedade e, especialmente, dos elementos "subversivos" que se opunham à ditadura começa logo após o golpe de 1964 com a estruturação de um amplo e complexo aparato de repressão e perseguição a dissidentes. Mas, apesar do elevado grau de centralização de poder durante a ditadura, não houve um organismo único ou uma agência estatal responsável isoladamente pela política de "saneamento" da sociedade, de modo a expurgar os elementos tidos como indesejáveis. Pelo contrário, a estrutura do aparato repressivo foi sendo progressivamente construída a partir de diferentes vértices, conjugando organismos de controle moral preexistentes com outras agências criadas sob inspiração da "doutrina de segurança nacional" do regime (Quinalha, 2017, p. 29).

A censura foi imposta abertamente em diversas plataformas, como TV, artes cênicas, produções audiovisuais, canções, obras literárias, periódicos e até a emergente "mídia LGBTQIA+". O Decreto-Lei n. 1.077/1970 determinou a análise prévia de livros e publicações que pudesse veicular "conteúdo considerado imoral",

autorizando o confisco e banimento de materiais antes mesmo de sua circulação. Obras cinematográficas e peças de teatro também passavam por inspeção e edição obrigatória.

O uso instrumental do direito enquanto forma de controle social e político por um poder autoritário certamente não foi uma invenção brasileira, mas teve destaque especial na ditadura brasileira, que prezou por formas de escamotear o arbítrio por trás da aparência de normalidade das instituições jurídicas. A manipulação das leis, materializada por uma combinação peculiar de repressão judicial e extrajudicial, constituiu a tônica do processo de endurecimento político operado pelo regime instaurado em 1964 (Quinalha, 2017, p. 53).

Em resumo, concorda-se com o pensamento de Quinalha (2017) ao afirmar que a agenda sexual do regime militar brasileiro foi um pilar fundamental do seu projeto de "sociedade autoritária ideal", legitimando a marginalização das expressões sexuais não hegemônicas. Ela não apenas combateu o "desvio" entendido como nocivo, mas também agiu proativamente para "impedi-lo" por meio de uma "perseguição antecipada", moldando a coletividade com base em preceitos cristãos e heteronormativos, além de penalizar indiretamente as relações homoafetivas.

Assim, durante muitas décadas, esse tema foi esquecido ou proibido nas escolas. As poucas que ofereciam algum tipo de ensino sobre a sexualidade precisavam camuflar o tema nas disciplinas, especialmente em Biologia.

A ditadura impôs um regime de controle e moralização dos costumes, especialmente decorrente da aliança entre os militares e o majoritário grupo conservador da igreja católica, a educação sexual foi definitivamente banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa escolar foi suprimida com rigor. As iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle se tornaram experiências de resistência e, nas décadas seguintes, a 'educação sexual' foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país (Paraná, 2010, p. 30).

A partir do final da década de 1980, a sexualidade voltou a ocupar lugar de destaque nas discussões educacionais, especialmente, com o surgimento da Aids. Ela passou a ser vista como uma forma de auxiliar na formação saudável dos jovens brasileiros, pois muitos não tinham esse assunto tratado em casa, devido aos tabus que muitas famílias mantinham ao tratar desse tema. Essas famílias viam como pecado ou imoral falar sobre sexo com seus filhos.

A partir de meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores

com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. A princípio, acreditava-se que as famílias apresentavam resistência à abordagem dessas questões no âmbito escolar [...] dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa (Brasil, 1997, p. 77).

Com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1997), institucionalizou-se a preocupação com a diversidade sexual e de gênero, pois os estudos sobre as questões de gênero, especialmente os levantados pelas feministas, avançaram no mundo desde os anos 60.

A década de 90, contexto sócio-histórico em que surgem a LDB e os PCN, é marcada pelo “agravamento” do número de casos de gravidez precoce, da contaminação pelo vírus do Hiv e pelo aumento dos casos de Aids. Assim, o sexo torna-se um problema de saúde pública e, como tal, necessitava de medidas para ser praticado e controlado com segurança.

Nesse contexto, os PCN (1997) trazem a sexualidade como um tema transversal que deve ser tratado pelas disciplinas de forma interdisciplinar, tanto no ensino fundamental quanto no médio, juntamente com outras temáticas então emergentes na sociedade brasileira e global, como meio ambiente, ética, cidadania etc.

Do ponto de vista da educação formal, a educação sexual foi inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997 como um tema transversal, com a proposta de uma abordagem chamada de “Orientação Sexual” que considera a sexualidade nas suas dimensões biológica, psíquica e sociocultural (Machado et al, 2019, p. 126).

Esses temas transversais deviam estabelecer uma correlação com as disciplinas clássicas do currículo escolar, como biologia, química, geografia e história, tendo três objetivos fundamentais: educar para saber, educar para ser e educar para aprender. Com isso, buscava-se proporcionar ao aluno uma formação educacional e cognitiva sólida.

Os PCN's têm o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional, que devem ser trabalhados, ao longo de todos os ciclos de escolarização, de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo e como extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (Altmann, 2001, p. 283).

Para os PCN (1997), a sexualidade deve ser tratada como um processo contínuo, desde o nascimento até a idade avançada, e consiste em medidas informativas e educacionais que ajudarão o jovem a compreender o amadurecimento sexual e a se preparar para lidar com situações relativas a esse processo inerente ao ser humano. O objetivo da educação sexual é indicar a imensa riqueza da sexualidade humana e seu valor, mais do que apenas constatar ou reprimir suas manifestações.

Os PCNs foram concebidos como resposta e solução para grande parte dos problemas educacionais no Brasil, bem como resposta à inserção na Constituição de 1988 de temas oriundos dos movimentos sociais, tais como as questões étnico-raciais, o meio-ambiente, a sexualidade e o gênero, esquecidas desde os projetos dos anos 70. Inspirada pela reforma educacional espanhola organizada pelo partido popular, ultraconservador, no início dos anos 90, a educação brasileira tomou para si a concepção dos temas transversais e instituiu a educação sexual como um dos temas a serem trabalhados nos PCNs. O fascículo com o Tema Transversal Orientação Sexual, publicado em 1997, foi tomado como a consolidação definitivamente do tema nas escolas, produzindo uma escolarização da sexualidade (Paraná, 2010, p. 31).

Assim, a educação sexual possui uma importância social ainda mais ampla, pois os jovens constituirão as famílias de amanhã. Ela ajudará a formar atitudes e valores saudáveis em relação ao sexo, além de orientar a adoção de condutas coerentes com essas mesmas situações.

Vê-se que é fundamental fornecer aos adolescentes um conhecimento adequado sobre seu amadurecimento sexual e a construção de sua identidade de gênero, do ponto de vista físico, mental, social e psicológico. Isso inclui esclarecer dúvidas, substituir o medo pela confiança, estimular o respeito por si mesmo e pelo outro, e incutir a responsabilidade no uso do sexo seguro.

Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus (PCN, 1997, p. 300).

A escola deve buscar levar uma discussão sobre a sexualidade para esses jovens que vá além da abordagem vista nas matérias de ciências naturais, pois essas tratam o sexo de forma mecânica e estruturada, concentrando-se mais nas características anatômicas e fisiológicas do corpo humano e sua função reprodutiva.

Não levam em conta os aspectos culturais e sociais da construção da sexualidade, não preenchendo as curiosidades que os jovens têm sobre essa temática.

Levando em consideração os pontos mencionados, é possível afirmar que a família e a escola juntas devem ter a preocupação e o dever de oferecer uma orientação eficiente e responsável, com objetivos concretos. Isso porque se conhece que as informações frequentemente se limitam ao aspecto reprodutivo, às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez, ao aborto e às drogas, sem levar em conta o que o adolescente também deseja saber sobre o prazer que o sexo pode proporcionar. Assim, não se deve manter o discurso somente no medo, mas na conscientização sobre um sexo responsável.

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam (PCN, 1997, p. 299).

Contudo, não cabe apenas à escola e à família o papel de preencher a formação sexual de nossos adolescentes. Existe a necessidade de um envolvimento de toda a sociedade nesse processo, incluindo igrejas, organização não governamental (ONG) e políticas públicas, objetivando a formação de jovens saudáveis e críticos. Isso ajuda a evitar que vidas sejam interrompidas por doenças, especialmente a Aids, e leva todos a refletir sobre a importância da educação sexual.

Outro aspecto que merece comentários é o fato de muitos professores não assumirem a responsabilidade de agentes de educação sexual, geralmente por temerem o contato com seus próprios conflitos e bloqueios ou por temerem algum tipo de perseguição de pais ou alunos ligados a grupos conservadores que são contra ao ensino desse conteúdo na escola.

Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual (PCN, 1997, p. 303).

Isso constitui uma dificuldade para as escolas, que precisam contar com profissionais capacitados e formados não apenas para ministrar conteúdos científicos,

mas também aptos a tratar de temas contemporâneos, como as questões relacionadas a gênero e sexualidade, com segurança, capacidade e profissionalismo, visando à formação integral do aluno.

Além da dificuldade que as escolas enfrentam em encontrar professores que assumam um papel direto na busca pelo desenvolvimento sexual saudável de seus alunos, há, por outro lado, docentes que reproduzem em suas práticas educativas falas e comportamentos sexistas. Como exemplo, podemos citar a criação de expectativas sobre comportamento e rendimento escolar baseadas no sexo dos alunos: meninas seriam mais calmas, meigas e amorosas, com maior predileção pela leitura, enquanto os meninos seriam mais agitados, bagunceiros e com maior interesse por cálculos.

O sexo dos alunos condiciona a expectativa dos professores e a interação com eles no ensino...Diferentes conteúdos, em função do tipo de capacidades que se pressupõem como necessárias para seu melhor domínio, por sua projeção em ocupações distintas, ou por sua desigual valorização social, podem ser vistos como mais próprios de um sexo do que de outro (Sacristán, 2000, p. 176).

Não podemos deixar de afirmar que a família não pode, de maneira nenhuma, transferir essa responsabilidade exclusivamente para a escola. Cabe a ela assumir a formação do ser, oferecendo respostas às perguntas feitas, respeitando os limites de cada idade. Filhos que não perguntam sobre essas temáticas em casa, podem estar sendo motivados a esse comportamento devido a uma convivência cheia de tabus. É importante que pais e educadores reflitam sobre isso, pois a abertura para o diálogo é indispensável para o jovem. Só assim poderão ser solidários em suas inseguranças e dúvidas, contribuindo para que tenham uma vida sexual plena e feliz. Nesse sentido, a busca pela compreensão da realidade escolar em relação à diversidade sexual e de gênero, é fundamental para que os alunos(as) compreendam a si mesmos, aos outros e à realidade social que os cerca.

A escola moderna não pode mais se limitar à simples transmissão de conhecimentos científicos acumulados ao longo das gerações. Ela desempenha um papel ativo na construção de uma sociedade justa e igualitária e deve buscar a equidade de gênero, assim como a liberdade sexual dos indivíduos.

Na obra de Louro (1997), a autora diz que o ambiente escolar deve compreender as dessemelhanças, divergências e desigualdades, pois, ironicamente, ele mesmo as produz, mantém e reproduz. Para a referida autora, desde sua criação, a escola moderna tem um caráter distintivo dos sujeitos; o próprio fato de um indivíduo poder cursá-la já o diferenciava de quem não podia. Internamente, ela não só manteve as distinções como as ampliou ao longo do seu desenvolvimento, criando várias ferramentas de hierarquização, classificação e ordenamento.

Vê-se que a distinção faz parte do ambiente escolar moderno. Já no seu início, havia a separação das crianças dos estudantes mais velhos e destes dos estudantes adultos, além da separação dos estudantes por motivos religiosos, classistas, raciais e sexistas. Quem não lembra das escolas dedicadas à educação exclusiva de meninas em nosso território nacional?

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (Louro, 1997, p. 85).

Ainda recorrendo ao pensamento de Louro (1997), ela nos demonstra que o ambiente escolar atua como uma verdadeira indústria das diferenças. Para a autora, essas diferenças não são aleatórias e sem propósito; existe uma preocupação não apenas com a produção, mas também com a reprodução das diferenças, especialmente com os resultados que essas diferenças têm na vida dos sujeitos que compõem seu campo de atuação.

Como as diferenças são construídas no ambiente escolar pode variar, mas o fato objetivo é que elas geram distanciamento entre os sujeitos, especialmente aqueles classificados como minorias ou fora dos padrões de normalidade. Para esses grupos, as diferenciações fortalecem preconceitos, medos e sentimentos de ódio, vindos de professores(as), alunos(as) e demais sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrinhar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados — portanto, não são concebidos do mesmo modo por todas as pessoas (Louro, 1997, p. 59).

Podemos observar que até os livros mais antigos ou manuais já orientavam os(as) professores(as) a fiscalizarem os corpos de seus alunos(as), desde o modo de vestir, de andar, a postura corporal, o tom de voz, os trejeitos, os uniformes, o comportamento e as notas. Tudo deveria se encaixar dentro do padrão de normalidade esperado para ambos os sexos.

Os mais antigos manuais já ensinavam aos mestres os cuidados que deveriam ter com os corpos e almas de seus alunos. O modo de sentar e andar, as formas de colocar cadernos e canetas, pés e mãos acabariam por produzir um corpo escolarizado, distinguindo o menino da menina que "passara pelos bancos escolares". Nesses manuais, a postura *reta* transcendia a mera disposição física dos membros, cabeça ou tronco: ela devia ser um indicativo do caráter e das virtudes do educando [...] Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua "marca distintiva" sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes (Louro, 1997, p. 63).

A partir dessas considerações, pode-se compreender a função da escola frente às diferenças, entendendo-a como produtora delas. Cabe salientar que, apesar de ser considerada a "indústria das diferenças", nem toda diferença é bem-vinda no ambiente escolar. As divergências que são consideradas indesejadas, impróprias ou não produtivas para a sociedade, de um modo geral, não são aceitas nem estimuladas. Pode-se pensar aqui nas questões relacionadas à diversidade de gênero e sexual, bem como religiosas, entre outras.

Essas diferenças acabam sendo reprimidas, discriminadas e não discutidas em sua totalidade. Contudo, os educandos não são polos passivos diante dessa tentativa da escola de encaixá-los dentro de padrões de normalidade, eles resistem e se expressam através de seus corpos, performances, falas e ações.

Por um aprendizado eficaz, continuado e útil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades "escolarizadas". Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas,

tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas *habilidades* e não outras... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (Louro, 1997, p. 61).

As temáticas relacionadas à diversidade de gênero e sexual, muitas vezes, não estão presentes na escola ou são mascaradas, e até mesmo escondidas, por núcleos gestores e professores. Para Louro (1997), a omissão das escolas em ensinar conteúdos relacionados ao gênero e à sexualidade não segue o que é determinado pelas orientações curriculares nacionais, como os PCN (1997), que orientam a abordagem dessas temáticas como tema transversal.

Para a autora, essa omissão não é neutra ou um simples descuido, diante da diversidade de assuntos que a escola tem que abordar durante o ano letivo, mas sim uma decisão pensada, demonstrando que há uma questão política por trás desses assuntos.

O caráter político que têm as relações de gênero e sexuais, o que leva tais setores a disputar todos os espaços em que uma "educação sexual" possa ser desenvolvida. As políticas curriculares são, então, alvo da sua atenção, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente "sãos". A política sexual acaba por se fundamentar num conjunto de "pressupostos arraigados da 'tradição sexual': o sexo como perigo e ameaça, mais do que como oportunidade (Louro, 1997, p. 130).

Louro (1997) chama a atenção para o modo como a sexualidade é abordada dentro da sala de aula, nas escolas que a abordam. Para a autora, essa abordagem se dá na forma de uma simples educação sexual, mas vinculada às ciências naturais, guiada por valores religiosos e morais, sem considerar aspectos históricos, sociais e culturais, muitas vezes, com uma preocupação em reforçar padrões "normais" de orientação sexual.

Fortemente "atravessado" por escolhas morais e religiosas, o tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/ nocivo etc. A partir das mais diversas estratégias ou procedimentos, usualmente buscando apoio em pesquisas ou dados "científicos", procede-se a uma categorização das práticas sexuais, dos comportamentos e, por consequência, das identidades

sexuais. O modelo normal" é a família nuclear constituída por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social é, na verdade, mais do que normal, ela é tomada como *natural*. Processa-se uma naturalização — tanto da família como da heterosexualidade — que significa, por sua vez, representar como não-natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade. Esse *padrão* está presente explícita ou implicitamente nos manuais, nos discursos, nas políticas curriculares e nas práticas, por vezes, até naquelas e naqueles que se pretendem progressistas (Louro, 1997, p. 137).

Entende-se que essa forma de abordar a temática acaba reforçando os padrões de "normalidade" esperados para os papéis de gênero, pois, assim como existe uma orientação sexual "normal" condicionada ao sexo biológico, para o gênero seria o mesmo. E os professores(as) que querem, em suas aulas, romper com essa questão normatizadora da sexualidade e do gênero podem sofrer todo tipo de perseguição, acusação e repressão, especialmente por parte de alunos(as), gestores e responsáveis, que, nos últimos anos, têm sido seduzidos pelas ideias do Movimento Escola Sem Partido e da Ideologia de Gênero.

2.2 Escola Sem Partido e a Ideologia de Gênero

O Movimento Escola Sem Partido (MESP) é um movimento político que surgiu no Brasil em 2004. Ele se apresentou como uma resposta à suposta doutrinação ideológica nas escolas, especialmente nas públicas, defendendo uma neutralidade política, ideológica e religiosa no ambiente escolar.

Um dos projetos que mais atingem os conteúdos das ciências humanas, o Projeto Escola Sem Partido, vai nessa direção. Pensado e redigido pelo procurador paulista Miguel Nagib, no início dos anos 2000, o Programa do Movimento Escola Sem Partido objetiva combater o que eles denominam de "doutrinação política e ideológica em sala de aula e nos livros didáticos", o que, segundo sua concepção, deturpa o papel da educação que seria produzir e difundir "conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade (Gonçalves, 2020, p. 179).

Uma das principais pautas do movimento é regular o comportamento dos professores(as), principalmente nas disciplinas da área de Ciências Humanas, pois essas disciplinas são consideradas perigosas, por acreditarem que os alunos(as) entraram em contato com valores, críticas e práticas que podem colocar em risco o funcionamento da sociedade tradicional.

O crescimento da adesão a essa proposta e a ascensão ao poder de um grupo favorável a ela vêm ampliando o ambiente de medo entre docentes,

sobretudo os daquelas disciplinas que se propõem a discutir temas que, dentro dessa perspectiva, são considerados “sensíveis”, como gênero, desigualdade, movimentos sociais, democracia (Gonçalves, 2020, p. 180).

Logo, os defensores e adeptos desse movimento afirmam que os professores(as) devem, em suas aulas, respeitar a pluralidade de ideias e concepções de mundo que existem na sociedade, evitando influenciar/doutrinar os alunos(as) com preferências pessoais, sejam elas políticas, religiosas ou morais. Para esse grupo, os docentes devem apenas mediar os conteúdos de forma imparcial e sem imposição de juízos de valor. Entre suas principais bandeiras, podemos destacar a defesa do que consideram neutralidade ideológica, respeito à pluralidade de ideias, proteção à liberdade de crença e pensamento dos alunos(as), repressão à doutrinação.

O MESP e seus adeptos convocam a comunidade escolar e os pais dos alunos a agirem contra a suposta doutrinação em sala de aula. Define-se o MESP como uma associação informal, sem fins lucrativos, sem qualquer vinculação político-partidária e ideológica que lutaria contra qualquer espécie de doutrinação que estaria assolando o sistema educacional brasileiro. Os objetivos principais do MESP seriam: 1) desinfetar e desmonopolizar política e ideologicamente as escolas. 2) garantir respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes. 3) garantir respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Também se propõem a: 1) apoiar iniciativas de pais e estudantes condizentes com sua bandeira. 2) orientar pais e estudantes no enfrentamento da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos e partidários. 3) oferecer à comunidade escolar e ao público em geral análises críticas de livros didáticos e programas curriculares. 4) promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre isso (Vasconcelos, 2019, p. 313).

Contudo, o Movimento Escola Sem Partido foi amplamente criticado por educadores, acadêmicos e movimentos sociais. Uma das principais críticas é a de que ele representa uma tentativa de censurar os professores e limitar a liberdade de cátedra, que é essencial para a prática pedagógica. Para os críticos, o movimento desconsidera a complexidade do ensino, que envolve o debate de ideias e o confronto de perspectivas como parte do processo educativo.

Além disso, argumenta-se que o movimento Escola Sem Partido promove um entendimento equivocado de neutralidade, uma vez que o ensino nunca é completamente isento de valores ou perspectivas. Os opositores também apontam que o movimento, ao pregar o combate à "doutrinação", muitas vezes, reforça valores conservadores, criando um viés contrário à diversidade cultural, de gênero, sexual e de pensamento.

A pretensão de que ela é neutra em termos de valores é profundamente política, porque obscurece o papel político que a ciência e a tecnologia desempenham para manter a atual distribuição de poder na sociedade. Nenhum componente ativo da sociedade – e ciência e tecnologia são isso – pode ser politicamente neutro. Ao afirmar que são objetivos e neutros, os cientistas se alinham ao lado dos poderosos, contra os destituídos de poder (Hubbard apud Vasconcelos, 2019, p. 264).

Nos últimos anos, o movimento perdeu parte de sua força original, mas continua influente em determinados setores políticos e sociais. Projetos de lei inspirados no movimento foram apresentados em diversas esferas legislativas, tanto municipais quanto estaduais e federais. Contudo, a maioria dessas propostas enfrentou resistência e foi rejeitada.

Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais as leis baseadas no Movimento Escola Sem Partido, alegando que violavam a liberdade de cátedra e a pluralidade no ambiente escolar. Mesmo assim, o movimento ainda encontra apoio entre grupos conservadores e religiosos que criticam práticas pedagógicas voltadas à diversidade e inclusão, como aquelas relacionadas à igualdade de gênero e sexual.

Para além do Movimento Escola Sem Partido, observa-se que, nos últimos anos, com o crescimento da extrema direita em nosso país, que teve seu ponto mais alto com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para o cargo de presidente da República, no ano de 2018. Segundo Vasconcelos (2019, p. 395) “a eleição de Bolsonaro revelou também pessoas [...] que querem soluções radicais: contra a corrupção e contra a violência”. Houve um aumento da denúncia, por parte de militantes da direita, sobre a existência de uma ideologia ou teoria de gênero, pensada, liderada e propagada pela esquerda e seus seguidores, que teria como características principais os seguintes objetivos: o fim da família tradicional, o incentivo a práticas sexuais anormais, promíscuas ou desreguladas, e o incentivo a uma "gaytização" da juventude.

Nos últimos anos, estudiosos e estudosas de diversas partes do mundo têm observado uma marcante e incisiva presença de um ativismo religioso – não raro, acompanhado por grupos laicos ou não nitidamente confessionais – que encontraram em um neologismo ou, mais precisamente, no sintagma neológico “ideologia de gênero” (ou “teoria do gênero” e outras variações), um artefato retórico e persuasivo em torno do qual reorganizar seu discurso e desencadear novas estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública (Junqueira, 2018, p. 451).

Para os grupos da extrema direita, a ideologia de gênero seria difundida pelos militantes da esquerda, especialmente feministas radicais, ativistas do movimento LGBTQIA+ e professores. Não se trata de todos os professores, pois, para esses grupos ultraconservadores, há disciplinas que devem ser valorizadas e ter suas cargas horárias ampliadas como Matemática e português. No entanto, sua crítica se dirige especialmente aos professores das Ciências Humanas (História, Sociologia, Filosofia e Geografia).

Logo, para esses grupos ultraconservadores, muitos de orientação religiosa ou grupos laicos conservadores ligados à política nacional, a escola seria o local mais propício para fazer essa doutrinação da juventude, pois, para a extrema direita, a estratégia de dominação da esquerda não seria militar nem econômica, mas cultural: dominar as escolas para propagar e massificar entre os jovens os valores e práticas comunistas.

Em que pesem os diferentes contextos nos quais se inserem, tais mobilizações antigênero tendem a se basear na mesma premissa: “feministas radicais”, ativistas LGBTI, políticos de esquerda órfãos do comunismo, organismos internacionais e seus aliados estariam, de maneira sutil e insidiosa, empenhados em infundir a “ideologia de gênero”, especialmente nas escolas. Segundo os atores envolvidos nas mobilizações antigênero, esses grupos “radicais”, por meio de discursos envolventes sobre a promoção da igualdade e o questionamento dos estereótipos, promoveriam a disseminação e imposição ideológica de um termo novo, perigoso e impreciso: o *gender/gênero* (Junqueira, 2018, p. 453).

Ainda recorrendo ao pensamento de Junqueira:

Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a *propaganda gender* e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana (2018, p. 453).

O conceito de ideologia ou teoria de gênero surgiu em 1998, numa nota da Conferência Episcopal do Peru, juntamente com os primeiros grupos que denunciavam e combatiam sua existência, os quais estavam ligados a grupos religiosos conservadores católicos, fundamentalmente.

A ideia de uma perigosa ideologia de gênero surgiu na década de 1990, quando o Pontifício Conselho para a Família alertou que o “gênero” era uma ameaça à família e à autoridade bíblica. Pode-se traçar as origens da ideia através dos documentos desse conselho para a Família, mas, desde então, ela tem percorrido caminhos que acompanham o poder político do Vaticano (Butler, 2024, p. 44).

A Igreja procurava denunciar e combater o perigo do movimento feminista e o LGBTQIA+ e suas conquistas nos âmbitos legais, sociais e culturais, tais como: casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção, relações trabalhistas, nome social, direito à herança, liberdade sexual. Essas vitórias colocariam em risco a ordem natural e divina das coisas, pensando especialmente na família, no papel da mulher, na liberdade sexual e na divisão sexual de tarefas.

De acordo com o Vaticano, a divisão sexual do trabalho pode ser encontrada na natureza do sexo: as mulheres devem fazer o trabalho doméstico e os homens devem empreender ações no emprego remunerado e na vida pública. A integridade da família, entendida ao mesmo tempo como cristã e natural, estava ameaçada por um espectro que pairava no horizonte: a “ideologia de gênero” (Butler, 2024, p. 48).

A Igreja se organizou numa espécie de “contra-ataque” a essas novas concepções de mundo, que, entre outras coisas, colocariam em risco a família, que seria a primeira instituição social criada por Deus, a base da sociedade humana. Logo, uma das suas principais estratégias é a demonização de tais movimentos, de seus militantes, numa tentativa de desconstruir suas conquistas e torná-los inimigos a serem combatidos e derrotados.

Mas quando o gênero é encarado como uma ameaça à humanidade, à civilização, ao “homem” e à natureza; quando o gênero é comparado a uma catástrofe nuclear, ao vírus ebola ou ao mais pleno poder demoníaco, então é a este medo crescente da destruição que os atores políticos recorrem (Butler, 2024, p. 261).

Ao mesmo tempo em que procura desconfigurar as conquistas citadas anteriormente, os grupos antigênero procuravam uma revalorização de valores mais tradicionais, como a percepção biologizante das diferenças sexuais e de gênero, o binarismo sexista e uma rígida hierarquização do natural, moralmente esperado, e sobre aspectos culturais.

Então, não é surpresa que nas arremetidas polêmicas contra a “ideologia de gênero” assumam centralidade os esforços para não apenas rechaçar a desmistificação de compreensões naturalizadoras do humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais, mas também para investir na (re)hierarquização das diferenças, especialmente a partir da rebiologização essencializadora das concepções de *família* (declinada sempre no singular: a “única família natural”, patriarcal, biologicamente radicada, fundada na união monogâmica homem-mulher, presumivelmente por matrimônio sacramentado e indissolúvel, com prole), *matrimônio* (intímia comunhão de vida e amor conjugal, e inscrito na natureza do homem e da mulher), *maternidade* (atributo e vocação inerente à mulher, também mãe-esposa-afetuosa-cuidadora-submissa), *filiação* (biologicamente estabelecida

mediante a conjugalidade complementar homem-mulher), *parentesco* (equiparado à consanguinidade), *sexo* (realidade fundamentalmente corpórea, ordenada e finalizada à procriação)¹⁶, *sexualidade* (ligada à complementaridade imanente entre homem e mulher), *heterossexualidade* (expressão da complementaridade e única via natural de manifestação do desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva), *identidade e diferença sexual* (binárias, fixas, inalteráveis, cromossômicas e hierarquizadas) (Junqueira, 2018, p. 454).

A Igreja Católica acabou se utilizando de seu poder e influência mundial, pensando em propagar sua “guerra santa” contra a ideologia de gênero. Ela utilizou lideranças religiosas, especialmente padres, como o próprio Papa, como podemos ver na fala do Papa Francisco sobre a teoria do gênero.

A cultura moderna e contemporânea abriu novos espaços, outras liberdades e renovadas profundidades para o enriquecimento da compreensão desta diferença [entre o homem e a mulher]. Mas introduziu inclusive muitas dúvidas e um grande ceticismo. Por exemplo, pergunto-me se a chamada teoria do *gender* não é também expressão de uma frustração e resignação, que visa cancelar a diferença sexual porque já não sabe confrontar-se com ela. Sim, corremos o risco de dar um passo atrás. Com efeito, a remoção da diferença é o problema, não a solução (Francisco apud Junqueira, 2018, p. 451, tradução e grifos do autor).

Para Butler (2024, p. 48) “desde então, o Papa Francisco foi além, ao afirmar que defensores do gênero são como as pessoas que apoiam ou empregam armas nucleares, tendo como alvo a criação em si.

Além da Igreja Católica, grupos de leigos, intelectuais, meios de comunicação e pesquisadores ligados à Igreja, trabalharam juntos na construção de um estigma antigênero. Sua principal estratégia era a ampla repetição, naturalizando e familiarizando fiéis e grupos conservadores adeptos da causa sobre o novo inimigo. Logo, o que consolida esse conceito de ideologia de gênero é a repetição; de tanto se repetir, as pessoas iriam acreditar que ele existiria, que nos remete a uma expressão: “A mentira dita muitas vezes vira verdade”.

Como consequência, fazer circular a ideia dos poderes destrutivos do gênero é uma maneira de produzir um medo existencial que possa ser explorado por quem deseja ampliar os poderes estatais na esperança de retornar a uma ordem patriarcal “segura” (Butler, 2024, p. 18).

Para facilitar essa propagação, vários encontros, fóruns e palestras foram realizados mundo afora; esses eventos reuniam fiéis, curiosos, políticos, especialmente aqueles ligados à direita e à extrema direita, pesquisadores e escritores católicos, trocando ideias e experiências, pensando em estratégias para o

enfrentamento da “maldita ideologia de gênero.” O primeiro congresso católico sobre o conceito de ideologia de gênero foi realizado em Roma, no ano de 2011, intitulado: “I Congresso Internacional de Ideologia de Gênero (Universidade de Navarra)”. Seus resultados foram publicados no jornal do Vaticano, como é o caso do famoso artigo de Lucetta Scaraffia, que expôs suas ideias e percepções sobre a “teoria/ideologia de gênero.” Os principais pontos destacados foram: a crítica à ideia de igualdade, a negação dos aspectos psicossociais, históricos e antropológicos das relações de gênero. Abaixo, destacamos uma parte do referido texto.

A *teoria do gender* é a *ideologia utópica* baseada na ideia, própria das ideologias social-comunistas e miseravelmente falida, de que a *igualdade* constitua a via principal para a realização da felicidade. *Negar que a humanidade está dividida entre homens e mulheres* parece uma forma de garantir a igualdade mais completa e absoluta – e, portanto, a possibilidade de felicidade – para todos os seres humanos. No caso da *teoria do gender*, o aspecto negativo constituído pela *negação da diferença sexual* era acompanhado de um aspecto positivo: a total liberdade de escolha individual, mito fundador da sociedade moderna, que pode vir a cancelar tudo o que, até recentemente, era considerado uma questão de coerção natural, inevitável. A *teoria do gender* comprehende, assim, um aspecto político (a realização da igualdade e a possibilidade de escolha individual, sem limites), um aspecto histórico-social (uma justificação *a posteriori* do término do papel feminino nas sociedades ocidentais) e um aspecto filosófico-antropológico mais geral, isto é, a definição de ser humano e a relação entre ele e a natureza. A *ideologia de gênero* é, portanto, um dos muitos extravios que a utopia da igualdade tomou. (...) A transformação social em curso se move em direção do *cancelamento de todas as diferenças – inclusive aquela, fundamental em todas as culturas, entre homens e mulheres* – com um ritmo que se tornou cada vez mais rápido após a difusão dos anticoncepcionais químicos, nos anos 1960. A *separação entre sexualidade e reprodução, na verdade, permitiu às mulheres adotarem um comportamento sexual de tipo masculino* – que talvez não se adapte à natureza feminina (...) – e, portanto, desempenharem papéis masculinos, removendo todos os obstáculos, *abolindo também a maternidade*. A separação entre sexualidade e procriação provocou uma separação entre procriação e casamento e, assim, também entre sexualidade e casamento. Aqui podemos compreender as condições para as demandas por “direitos” ao matrimônio e de ter filhos feitas pelos grupos homossexuais, intimamente relacionados à *ideia do gender*, isto é, a *negação da identidade sexual “natural”* (Scaraffia apud Junqueira, 2018, p. 455, tradução e grifos do autor).

Muitos dos documentos frutos desses encontros, bem como os produzidos e propagados pela própria Igreja, demonstraram um medo em relação à noção de igualdade entre homens e mulheres, defendida na suposta ideologia de gênero. Tais documentos afirmavam que as feministas desejam acabar com as diferenças entre homens e mulheres, eliminando a família, os direitos reprodutivos, as relações hierárquicas e sexuais, e o poder paterno do homem sobre a mulher e os filhos.

Os defensores do discurso do antigênero pautam suas estratégias na busca por criar o pânico moral; ele é forjado com um discurso de medo. Por exemplo: “vão acabar com a família tradicional, a infância, a adolescência, os professores vão tirar a autoridade dos pais e doutrinar os(as) filhos, a escola vai incentivar os jovens a fazerem sexo ou a se tornarem gays e lésbicas”. Para conseguir gerar esse pânico e aumentar seus adeptos, eles utilizam acusações vagas, imprecisas, sem base científica, muitas vezes, baseadas em mentiras. O importante é o convencimento que essas acusações podem gerar. Esse pânico moral tem como objetivo gerar uma grande comoção sobre a questão da ideologia de gênero; é algo colocado para criar uma fagulha, que gera um grande incêndio social.

O medo é alimentado de modo que aqueles que prometem aliviá-lo possam emergir como forças de redenção e restauração. Ele é produzido e explorado para mobilizar as pessoas a apoiar a destruição de vários movimentos sociais e de políticas públicas entendidas como organizadas pelo gênero (Butler, 2024, p. 18).

Para os defensores da ideologia de gênero, existiria uma verdadeira conspiração mundial para a propagação dessa questão. Ela envolveria Estados, governos, a ONU, empresas privadas, o Judiciário e o Legislativo de cada país. Esses discursos têm força e ganham espaço porque se constroem a partir de uma rede de afetos, solidariedade e fé. Logo, cria-se uma teoria conspiratória de que há uma rede do mal que objetiva destruir o que é natural, justo e bom.

No pânico moral, as reações a comportamentos não convencionais não surgem necessariamente a partir de julgamentos realistas ou ponderados, e podem se dar frente a um perigo que pode ser real ou a uma ameaça a posições, interesses, ideologias, valores ou instituições. De toda sorte, em situação de pânico moral, a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos a escrutínio. Em tais casos, para esse último pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças (Junqueira, 2018, 461).

É interessante que eles falam de uma ideologia de gênero no singular, não consideram que existe uma variedade de questões relacionadas ao gênero. Eles encaram isso como algo singular e universal, não acreditando na pluralidade da sociedade e colocando-se como algo que não se pode mudar. No lugar da discussão de gênero, deve-se voltar a discutir a moral, os bons costumes, o patriotismo e a família numa concepção tradicional, saudável e heteronormativa, com função

reprodutiva e moral para uma sociedade saudável. Nota-se que os defensores da ideologia de gênero são grupos que não aceitam as conquistas e avanços conquistados por mulheres, gays, lésbicas e pessoas trans.

Tal como empregado pelos polemistas antigênero, o sintagma neológico “teoria de gênero” não corresponde ao que academicamente se constituiu e se consagrou, a partir dos anos 1980, como o campo dos estudos de gênero e afins, e nem tampouco leva em conta a sua pluralidade e complexidade. Homogeneizar, descontextualizar e referir-se a um campo por meio de um termo redutor visa extinguir seu vigor teórico, minar seu potencial político e, ao mesmo tempo, criar a ilusão de um inimigo comum e personificado: único, organizado e a ser demonizado (Junqueira, 2018, p. 458).

Logo, pode-se observar que tanto o Movimento Escola Sem Partido, aliado a uma concepção de que existe um projeto de espalhar na sociedade brasileira uma Ideologia de Gênero, especialmente nas escolas, tornou o trabalho docente muito mais árduo, somando-se às várias dificuldades que professores(as) enfrentam em nosso país diariamente, como baixos salários, salas de aula lotadas, planos de cargos e carreiras defasados ou inexistentes, precarização do trabalho, turmas lotadas.

Nesse universo, ensinar sobre diversidade sexual e de gênero se torna um grande desafio, pois o docente precisa, primeiramente, driblar, muitas vezes, a falta de uma formação específica para isso, seja na formação inicial ou continuada, o risco de ter sua aula gravada, editada, distorcida de sentido e espalhada pelas redes sociais, lidar com a desconfiança de pais e alunos, especialmente os religiosos, e, muitas vezes, sem o devido apoio de colegas e do núcleo gestor das escolas.

3 DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NOS CURRÍCULOS

Diante dos desafios para o ensino sobre a diversidade sexual e de gênero em todo o país, quais são os instrumentos educacionais que dariam legitimidade ao docente que desejasse levar tais questões em suas aulas?

Mediante tal indagação, faz-se necessário à leitura de dois instrumentos basilares na construção dos componentes curriculares em nosso país: um, a nível nacional, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o outro, de nível local, que é o Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).

Esses documentos norteiam a organização curricular das escolas, seja a nível nacional, como estadual, procurando promover a uniformidade das aprendizagens essenciais e assegurando direitos de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de sua localização, contexto social, classe, raça, gênero e sexualidade.

A BNCC estabelece competências gerais e específicas para cada etapa de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Por sua vez, o DCRC complementa a base, fornecendo princípios, fundamentos e orientações pedagógicas que ajudam a contextualizar a aplicação das competências na realidade do estado do Ceará.

Para os professores(as) de um modo geral, ter o conhecimento e domínio desses documentos significa compreender os referenciais legais que fundamentam o planejamento pedagógico, além de fortalecer o alinhamento entre as práticas de ensino e os objetivos educacionais do país. Isso possibilita a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, crítico e inovador. Relacionado ao ensino de questões de gênero e sexualidade, tais documentos dão ao educador(a) uma base legal para se proteger de abusos ou denúncias sobre sua prática docente.

Por isso, conhecer a BNCC e as DCRC é fundamental para os professores(as), permitindo que eles desenvolvam estratégias pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos(as) e às demandas da sociedade contemporânea, promovendo uma educação integral, transformadora e cidadã.

3.1 Diversidade Sexual e de Gênero na BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento educacional oficial válido em todo o território nacional. Ela busca a criação de um currículo educacional central, com o objetivo de unificar os conteúdos vistos pelos estudantes e evitar discrepâncias regionais, numa tentativa de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem em nosso país. A elaboração desse instrumento já estava prevista pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024).

A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes [...] mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base (Brasil, 2018, p. 05).

A atual BNCC do Ensino Médio foi apresentada em 2018 com o propósito de unificar os currículos educacionais em todo o território nacional. Essa versão trouxe as aprendizagens previstas para todos os níveis da educação básica. Vale lembrar que, em 2017, já havia sido aprovada a BNCC para os níveis anteriores da educação básica: ensino infantil e fundamental. A BNCC foi apresentada com o propósito de unificar os currículos educacionais em todo o território nacional.

Ao longo da história do Brasil ocorreram várias tentativas de unificação dos currículos para todos os entes federados. Nos períodos de ditaduras, como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985), currículos únicos foram definidos pelo Governo Federal e impostos para as escolas. Com o processo de redemocratização do país e após a Constituição Federal de 1988, retomou-se a ideia de descentralização da administração e das definições para a educação, que passaram a ser divididas entre União, estados, municípios e escolas, além dos Conselhos municipais, estaduais e nacional de educação (Brunetta, 2020, p. 51).

Infelizmente, a BNCC foi um documento amplamente debatido por questões que iam além dos aspectos puramente educacionais. Durante sua elaboração, sofreu várias tentativas de alteração, algumas com êxito, por parte das chamadas bancadas evangélica, rural e armamentista, que defendem pautas religiosas, conservadoras e morais. Logo, sua última versão, apresentada no ano de 2018, foi completamente descaracterizada, levando em conta seus primeiros

protótipos. Ela foi vítima de um grande embate político, que fez com que questões significativas para determinados grupos da sociedade fossem excluídas ou mascaradas em termos generalistas.

No Brasil, durante o processo de construção da BNCC, a retomada de uma agenda liberal por grupos políticos em ascensão no ano de 2016, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), levou a versão oficial do currículo nacional a apresentar descontinuidades, quando comparada aos dois arranjos anteriores. Essas descontinuidades incidem diretamente sobre o ensino dos componentes disciplinares ao priorizar algumas áreas em detrimento de outras (Lopes, 2021, p. 247).

Como resultado, assuntos e termos relacionados a "gênero", "sexualidade", "orientação sexual" e "identidade de gênero" foram retirados do documento em sua versão final. Essa censura a tais conteúdos ocorreu dentro de um contexto nacional mais amplo, agravado por um cenário político, religioso, moral e cultural marcado pelo crescimento da extrema direita e de grupos conservadores em nosso país.

O documento sofreu reformulações em decorrência de pressões de setores conservadores, resultando na exclusão de questões relativas à identidade de gênero em sua formulação. Tendência que já fora observada quando da aprovação do Plano Nacional de Educação (Dourado, 2016, p. 170).

Para Moura:

Depois das promessas dos conservadores de que com ideologia de gênero a base não seria aprovada, as discussões sobre as questões de gênero chegaram a ir parar na disciplina Ensino Religioso para que as questões pudessem ser tratadas segundo um entendimento de moralidade religiosa. Mas mesmo esta concessão não fora suficiente. Para estes grupos não poderia haver sequer menções à gênero e sexualidade no documento e eles conseguiram (2018, p. 60 - 61).

Mesmo com a omissão das questões relacionadas a gênero e sexualidade, a versão final da BNCC foi apresentada em 2018, concluindo os três ciclos de ensino da educação básica brasileira, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O documento foi fragmentado em cinco partes principais, na seguinte ordem: 01. Introdução, que aborda sua origem, os marcos legais que embasam sua criação, o pacto federativo e seus fundamentos pedagógicos; 02. Estrutura da BNCC, que trata de sua organização e estruturação; 03. A etapa da Educação Infantil, que apresenta os campos de experiências, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e a transição da educação infantil para o ensino fundamental; 04. A etapa do ensino fundamental, que estrutura esse ciclo no contexto da educação

básica; 05. A etapa do ensino médio, que busca estruturar o ensino médio no contexto da educação básica.

Além dessa divisão, o documento traz o compromisso com o estabelecimento e fortalecimento da educação integral, priorizando não apenas os atributos cognitivos, mas também os emocionais, sociais, culturais, a busca e o respeito às diferenças e diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (Brasil, 2018, p. 07)

A BNCC traz o conceito de competências como base para o desenvolvimento da aprendizagem dos(as) educandos(as). Ela orienta quais práticas pedagógicas devem ser elaboradas para o desenvolvimento dessas competências, com diretrizes objetivas sobre o que os(as) estudantes devem "saber" e, além disso, o que precisam "saber fazer".

A BNCC adota os conceitos de competências como alicerce para o desenvolvimento da aprendizagem. Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências, com indicação clara do que as(os) alunas(os) devem “saber” e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores). O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Martins, 2023, p. 69).

O conceito de competência tem marcado o debate pedagógico, cultural e social das últimas décadas no mundo. Podemos observar que, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, a atenção ao desenvolvimento de competências tem guiado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros, assim como diversos países, na construção de seus currículos educacionais.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (Brasil, 2018, p. 08).

Ao estudar esse documento tão importante para a educação, na busca de identificar em quais competências estariam os elementos que norteariam as discussões sobre a construção da diversidade de gênero e sexual (mesmo sabendo que tais termos foram quase completamente excluídos da BNCC), com foco no processo educacional.

Ao observar o documento e as discussões sobre essas questões, percebe-se que os temas são tratados de forma superficial, simplista ou generalizada. Isso representa um grande erro e falha da BNCC, pois são assuntos fundamentais para a construção da identidade dos educandos e para uma vivência saudável da sexualidade, que fazem parte, sim, da educação. Portanto, era importante que o documento abordasse essas questões.

Ao fazermos a análise desse documento procuramos por quais as competências que baseiam esse documento que podem trazer a educação para as sexualidades como foco no processo de educação. Ao observar o documento e as discussões a seu respeito percebemos que esse tema é tratado de forma superficial, ou generalizada. Trata da diversidade humana, mas não especifica que grupos fazem parte dessa diversidade, ou trazendo a importância da saúde física e emocional, mas não especificando questões ligadas às sexualidades nesse conjunto (Martins, 2023, p. 70).

Ainda sobre esse ponto, no início da BNCC, vemos que a normativa curricular faz referência às competências gerais da educação básica que guiarão o processo de aprendizagem. Podemos notar que as competências 08 e 09 abordam temáticas nas quais poderíamos “vislumbrar”, com muita boa vontade”, a diversidade sexual e de gênero. Embora o texto não traga diretamente as expressões gênero ou sexualidade, o docente com formação, especialmente na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pode encontrar, nessas competências, brechas para o ensino de tais temáticas. Por exemplo, estão presentes as expressões: diversidade humana, diversidade de indivíduos e grupos, identidades, culturas e potencialidades, na busca por uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

08. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas (Brasil, 2018, p. 10).

09. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10).

Vê-se que as múltiplas formas de identidade de gênero e orientação sexual são temas que fazem parte da diversidade de gênero e sexual e devem ser explorados e ensinados em todos os níveis da educação básica. Contudo, o fato de essas temáticas não estarem de forma clara e específica na BNCC abre espaço para diferentes abordagens e não coloca como uma necessidade vital a presença desses conteúdos nas escolas. Como observamos nas competências gerais da educação 08 e 09, a BNCC ressalta a importância do respeito à diversidade e do combate ao preconceito e à discriminação, mas, infelizmente, não especifica se essa preocupação abrange questões raciais, de gênero ou outras.

Saúde física, e emocional, diversidade de indivíduos, identidades, direitos humanos, preconceitos, são temas que estão dentro da educação para as sexualidades e são abordados de diferentes aspectos, o que traz alusão a esse estudo, e nos ajuda a trabalhar dentro de sala de aula de forma legítima e pautada em documentos oficiais que baseiam a educação. Porém o fato dessa temática não estar de forma clara e específica abre espaço para diferentes interpretações e não coloca como um dever primordial essas abordagens na escola. Ao longo do seu desenvolvimento a BNCC ressalta novamente a importância do respeito à diversidade, e o combate ao preconceito e discriminação, mas continua não especificando esses termos, se são étnicos, raciais, de classe, culturais ou sexuais (Martins, 2023, p. 70).

Para Martins (2023), ao considerar a Educação Integral dos educandos, com o objetivo de que a escola se torne um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, a BNCC reforça a necessidade de combater toda prática de discriminação e preconceito às diferenças e diversidades, sejam elas raciais, de gênero ou sexuais. A escola deve adotar uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso, reconhecendo-os como sujeitos de aprendizagem e promovendo uma educação que valorize seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, respeitando suas singularidades e diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica

compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (Brasil, 2018, p. 14).

A BNCC também busca a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e inclusiva, fundamentos essenciais para a cidadania e para o desenvolvimento dos(as) alunos(as) como seres humanos. Para isso, as escolas devem se tornar espaços que possibilitem aos educandos a valorização da vida humana em suas múltiplas diversidades.

Promover o diálogo, o entendimento e a solução não violentam de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos; [...] combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença (Brasil, 2018 p. 467).

Contudo, mesmo defendendo a construção de uma sociedade mais democrática e justa, alicerçada na cidadania, a BNCC apresenta termos vagos ou simplistas ao tratar das questões de diversidade de gênero e sexualidade. Essas discussões não são colocadas no centro das pautas relevantes da educação.

São muitas as questões que envolvem essas temáticas na educação, e contar com um documento curricular que contribuísse para responder a essas indagações seria extremamente valioso, evidenciando sua relevância para todos os níveis de ensino.

Contudo, para Martins (2023), a BNCC gera mais dúvidas do que avanços. Falta, portanto, aos(as) professores(as) toda uma gama de orientações, especialmente aqueles(as) que abordam a educação para as diversidades sexuais e de gênero. Como comenta Silva:

Portanto, esse retrocesso em um documento oficial que norteará o currículo de todas as instituições de ensino no país, demonstra que a cada novo dia, andamos incontáveis passos para trás. O ensino de sexualidade que vinha seguindo uma história de pequenos avanços, o que contribuía cada vez mais para um ensino menos biologizante, com a publicação da BNCC, esse avanço é barrado e o ensino de sexualidade além de constantemente perseguido, agora vive uma fase de incontáveis retrocessos. E, se as políticas públicas não

avançam, a formação docente poderia ter um papel maior na busca por um ensino de sexualidade mais próximo dos avanços sociais (2020, p. 34).

Martins (2023) observa que, além de definir seus objetivos, bases educacionais e competências, a BNCC específica, para cada área do conhecimento, quais competências devem ser desenvolvidas. No entanto, das quatro áreas em que é dividida: Matemática, Ciências da Natureza, Linguagens e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para a autora é interessante notar que, no caso das Ciências da Natureza, a Biologia, que historicamente incluía o estudo da anatomia humana e dos órgãos reprodutores, não especifica mais esses conteúdos no documento atual. Por outro lado, em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é possível encontrar, ainda que de forma superficial, uma competência onde se pode “encaixar” as questões de sexualidade e gênero.

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

Competência 5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (Brasil, 2017, p. 558).

Observa-se, no estudo da BNCC, que ainda há muito a ser aprimorado na discussão sobre a educação para a diversidade sexual e de gênero. É necessário tornar esse assunto uma pauta prioritária, apresentando seus conceitos, especificando suas diferenças, capacitando e formando docentes, além de incentivar a elaboração de materiais didáticos que abordam essas temáticas. Construir um currículo que detalhe e dê maior legitimidade a essas questões é fundamental para que possamos alcançar uma educação que, de fato, forme os(as) alunos(as) de maneira integral.

Martins (2023) nos lembra que é importante destacar que, embora a BNCC, mesmo de forma generalizada, em muitos momentos superficial e ainda distante do ideal, forneça uma base para esse ensino, ela busca promover o respeito às diversidades, às identidades e aos direitos humanos, enfrentando preconceitos e discriminações de qualquer natureza. Assim, a escola deve continuar tendo autonomia para a construção de seus currículos, considerando suas características regionais e locais, e desenvolvendo ações de acordo com as necessidades da comunidade escolar.

3.2 Diversidade Sexual e de Gênero no DCRC

A construção de um currículo educacional, no Estado do Ceará, foi realizada através de várias consultas públicas, ocorridas no ano de 2018, tanto na capital como no interior, envolvendo a escuta de professores(as), responsáveis, alunos(as), e demais representantes da comunidade escolar e civil.

Essa elaboração conjunta contou também com a presença de pesquisadores e estudiosos, que se debruçaram na tentativa de uma leitura crítica e regionalizada da BNCC para a elaboração de um documento curricular estadual que fosse referência para as escolas, seguindo o que a BNCC orientava, mas sem perder nossas particularidades históricas e culturais.

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) do Ensino Médio, elaborado à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituído por diretrizes e orientações, atendendo às particularidades de cada instituição de ensino, norteará a construção do currículo escolar na rede de educação básica. Por sua vez, este documento também representa a decisão política protagonizada pelas/os educadoras/es cearenses sobre a escola democrática, com a qualidade social necessária e que garanta o amplo acesso às/-aos adolescentes, jovens, adultas/os e idosas/os do Ceará. No sentido da concepção de currículo, ele é movente, pois passível de constantes transformações ao longo do processo de ensino e de aprendizagem, para que seja significativo e transformador. Desse modo, busca fomentar a formação dinâmica do educando como cidadão, provendo às escolas e às/aos professoras/es possibilidades, sendo um instrumento norteador da prática pedagógica. Ademais, este documento também pretende contribuir como efetivo balizador na construção da educação com qualidade social que desejamos e que a/o estudante cearense merece (Ceará, 2021, p. 17).

Assim, buscou-se adaptar a BNCC à nossa realidade e construir caminhos para que as unidades escolares cearenses tivessem um novo currículo dinâmico, atrativo e interessante para os educandos(as). Essa busca culminou com a apresentação do Documento Curricular Referencial do Ceará no ano de 2019.

Esse documento é baseado na BNCC e adaptado e direcionado para a região em questão, com suas particularidades e necessidades, a fim de tornar o currículo mais próximo da realidade da comunidade escolar, sendo utilizado pelas escolas como mais um norte para a construção do seu planejamento no chão da escola. Semelhante a Base Nacional, esse documento também é pautado em leis e diretrizes da educação, e utiliza de competências e habilidades para traçar seus objetivos tanto gerais como para cada área de conhecimento (Martins, 2023, p. 74).

Ele é dividido em três partes, sendo elas em ordem: O Ensino Médio no Brasil: Sujeitos, Modalidades e Princípios (parte 01), Formação Geral Básica (parte 02) e Itinerários Formativos (parte 03).

A soma dessas partes ajuda a compor as diretrizes e linhas de ação que orientam o projeto curricular educacional que o Estado do Ceará deseja que seja elaborado pelas instituições educacionais públicas e privadas, garantindo o direito de aprender dos educandos cearenses. Assim, o DCRC (2021) procura garantir o direito de aprender dos estudantes e dos conhecimentos e habilidades básicas, na busca de reduzir as desigualdades educacionais presentes em nosso estado, aumentando, assim, a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Posto isso, o DCRC deve conduzir uma organização curricular que vise ao respeito à identidade dos diferentes tipos de sujeitos presentes no Ensino Médio, com foco na formação integral e humana, desenvolvendo-os a nível pessoal, social e laboral. É necessário, dessa forma, reconhecer as diversidades de sujeitos em suas várias características e necessidades, sejam elas de território, de cultura, de faixa etária, de etnia, de religião, de condição socioeconômica, de gênero (Ceará, 2021, p. 52).

É interessante observar que, mesmo o DCRC (2021) sendo baseado na BNCC (2018), adaptado e regionalizado, por obrigação legal, diga-se de passagem, conseguiu respeitar nossas particularidades e necessidades, com as devidas limitações, muitas delas legais, e trouxe um currículo mais próximo da realidade escolar cearense, sendo a referência das escolas na elaboração dos seus planejamentos e planos de ensino. Além da Base Nacional Curricular Comum, ele é baseado em leis e diretrizes da educação e utiliza competências e habilidades para orientar seus objetivos em cada área de conhecimento.

Todo o processo de elaboração do DCRC construiu-se a partir da realização de encontros sistemáticos nos quais, desde meados do primeiro semestre de 2018, se propôs uma ampla discussão do documento, sugerindo implementações e estabelecendo a linha diretiva necessária à relação de continuidade do trabalho executado. Por meio da apropriação de documentos anteriores, além de ampla pesquisa bibliográfica e documental, tomaram-se decisões iniciais para a devida produção do documento subsequente. Com efeito, foi possível refletir sobre as especificidades para o Ensino Médio, que estão destacadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE), nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e na BNCC, tangendo, também, uma consideração da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a estrutura do Ensino Médio previsto na LDB (Ceará, 2021, p. 17).

Ao estudar o DCRC na busca de relacioná-lo com o propósito da pesquisa, observa-se um grande avanço na discussão das questões de gênero e sexualidade por todo o documento. Podemos notar de forma clara e específica algo que não observamos na BNCC (2018). Por exemplo, a palavra “Diversidade” está presente no documento cearense, assim como no nacional, mas em um contexto mais amplo. Podemosvê-la relacionada à questão sexual. Além disso, vemos novamente a palavra “Sexual” relacionada à saúde e orientação, que é algo inédito e inovador se comparado ao documento nacional. Observamos, também, a palavra “Sexualidade” condicionada a características biológicas e sociais em várias partes do DCRC, e a palavra “Gênero” não aparece somente associada à língua portuguesa, como um conteúdo textual, mas relacionada às questões de gênero propriamente ditas.

A utilização de termos assertivos e específicos na área da educação para sexualidades é relevante para trazer esse assunto para dentro da escola, mostrando a toda a comunidade escolar a sua importância, e oferecendo mais segurança a gestão escolar e a(o) professora para trabalhar esse tema e tudo que o engloba. Um documento curricular estatal que propõe educação para sexualidades em diversos pontos de seu texto, pode nos mostrar um avanço nessa discussão, e o início da quebra de tabus que a rodeia (Martins, 2023, p. 75).

O aparecimento de conceitos no DCRC na área da educação para gênero e sexualidade é algo importante que deve ser comemorado, pois a discussão desses assuntos dentro da escola demonstra à sociedade civil, bem como a toda a comunidade escolar, a importância dessas questões para a formação integral dos estudantes cearenses. Além disso, oferece mais segurança jurídica e legal para que os professores possam ministrar esses conteúdos em suas salas de aula. Isso demonstra um grande avanço e o início da quebra de tabus e preconceitos que rodeiam essas questões.

Esses avanços já são percebidos logo nos princípios do DCRC (2021), especialmente no nono, que diz: “Respeito aos direitos humanos como direito universal.” Esse princípio também busca garantir a igualdade, a equidade e a dignidade humana, dentro das diversidades, singularidades, pluralidades, solidariedade, fraternidade, coletividade, liberdade e autonomia. Esses princípios são o fundamento para uma educação que valorize a diversidade de gênero e sexual. (Martins, 2023).

Martins (2023), ao analisar o texto do DCRC, observa a existência de um capítulo intitulado “O Ensino Médio no Brasil: Sujeitos, Modalidades e Princípios”. Neste capítulo, são pautadas reflexões sobre os direitos das mulheres e dos LGBTQUIA+. Sobre a questão da mulher, o DCRC (2021) aborda as batalhas e vitórias do movimento feminista em relação às questões de gênero e sua constituição histórica e social. O documento demonstra que existem múltiplas formas de ser mulher e a importância de se debater isso na sala de aula. Ainda existe um enorme desafio para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos das mulheres na escola, além do preconceito, da diferença salarial e do assédio sofrido no mundo do trabalho.

Consideramos importante, também, refletir e discutir sobre a necessidade de combater, a partir da educação e dentro da escola, o conceito de patriarcado, pois mulheres, desde meninas, passam por uma complexidade de situações através de uma relação de gênero que envolve “um sistema de dominação que se faz presente nas diferentes instituições sociais, desde a família ao Estado, apresentando-se em todos os espaços da sociedade” (Almeida, 2019, p. 56).

Sobre a comunidade LGBTQUIA+, o DCRC procurou pautar-se na valorização das diferenças e destacar que é um dever da educação criar estratégias para promover a valorização, o respeito e a igualdade dessa diversidade. O documento estabelece como princípios básicos a inclusão, a igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de preconceito, discriminação e violência relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Logo, é urgente trabalhar essas temáticas com professores(as), alunos(as), pais e toda a comunidade escolar, na busca de criar relações igualitárias e respeitosas para todas as diversidades (CEARÁ, 2021).

Expostas essas colocações iniciais, é válido destacar a importância de nossos espaços educacionais levantarem a discussão acerca desses sujeitos. Sobre esse aspecto, vemos que o ambiente escolar pode ser um dos principais espaços onde discriminações e agressões sexistas e LGBTfóbicas acontecem e que, consequentemente, atingem o desempenho escolar das/os estudantes. Na "Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional brasileiro 2016", realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) com 1.016 estudantes entre 13 e 21 anos, é ressaltado que as/os LGBTQIA+ tem duas vezes mais probabilidade de faltar a escola por sofrerem níveis mais elevados de agressão relacionada a sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofrem menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%). Em outra pesquisa, "Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?" (2015), 20% das/os estudantes pesquisados afirmaram rejeitar colegas de classe transexuais, travestis e homossexuais (Ceará, 2021 p. 61).

Como dito por Martins (2023), o DCRC foi inspirado na BNCC, logo o currículo estadual foi construído com competências e habilidades para cada área de conhecimento. Ao analisar o DCRC com o objetivo de verificar como as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero estão presentes, foi criada uma tabela demonstrativa, indicando em quais competências, habilidades e objetos de conhecimento tais assuntos estavam presentes, tendo como referência os objetivos específicos para o componente curricular Sociologia.

Quadro 01 - Matriz de referência Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR SOCIOLOGIA (OBJETIVOS ESPECÍFICOS)
01- Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	02- Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplam outros agentes e discursos.	A construção conceitual do etnicismo, racismo, antirracismo e evolução; Nascimento das diversas Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, História e Geografia)	Identificação e análise das diferenças e desigualdades étnicas, raciais, de gênero, religiosas, regionais e culturais, interpretando-as enquanto fenômenos sociais, não naturais, proporcionando à/ao aluna/o conhecer perspectivas teóricas sobre cultura e seus principais representantes.
	01- Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos,	Políticas de Ação Afirmativa;	Conhecimento e discussão dos conceitos de política, poder e autoridade na perspectiva das classes sociais, etnias (europeias, indígenas e africanas) e gênero, valorizando as diferentes manifestações culturais destes

	<p>econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.</p> <p>02- Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-Nações.</p>		<p>segmentos sociais, de modo a preservar o direito à diversidade;</p> <p>Examinar, aplicar e avaliar o processo de construção individual e coletiva da cidadania, numa perspectiva das classes sociais, das etnias (europeias, africanas, indígenas) e gênero, observando a realidade social, econômica e política da sociedade brasileira;</p> <p>Estudo, aplicação e avaliação do processo de construção individual e coletiva da cidadania, numa perspectiva das classes sociais, das etnias (europeias, africanas, indígenas) e gênero, observando a realidade social, econômica e política da sociedade brasileira;</p>
	<p>04- Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-</p>	<p>Espaços, territórios e movimentos de deslocamentos populacionais: diversidade, agentes, conflitos e interesses;</p> <p>A influência da diversidade étnica na formação territorial;</p>	<p>Entendimento, assimilação e debate entre os conceitos de cultura, gênero, diversidade sexual, etnia, identidade, cultural (indígenas, europeias, africanas e afrobrasileiras, interpretando ainda os conceitos de interculturalidade, interculturalidade, multiculturalidade e transculturalidade.</p>

	cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.		
05- Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	01- Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.	A construção dos direitos fundamentais do ser humano, baseados na ética e na boa convivência em sociedade; Liberdade, autonomia e a ética dos direitos e deveres; A construção dos sujeitos e os processos identitários; Cidadania: direitos e deveres do cidadão;	Compreensão e reflexão sobre o processo de participação política, seus atores, limites e alcances; Reconhecimento e debate sobre as formas de discriminação como fenômenos que agravam os problemas sociais, tais como a violência, o crime, a injustiça e outros e enfraquecem valores éticos e democráticos.

Fonte: DCRC – Ceará.

Aparentemente, pode parecer que são poucas as competências e habilidades que tratam das temáticas sobre diversidade sexual ou de gênero. Contudo, deve-se lembrar que o contexto histórico, político e social em que o DCRC foi construído é marcado por fortes embates em torno das questões de gênero e sexualidade na educação brasileira, com a existência de grupos polarizados, divididos entre aqueles que defendem uma abordagem mais abrangente, libertária e inclusiva e aqueles que criticam o que chamam de “ideologia de gênero”. Nesse contexto, o estado do Ceará se posiciona como uma resistência ao adotar, no seu currículo, de forma direta, a possibilidade do ensino de tais temáticas.

Como visto no quadro 01, pode-se considerar um grande avanço que esses assuntos sejam abordados em pontos específicos do DCRC. Contudo, ainda existe um longo caminho a percorrer, o desafio é construir uma educação que não apenas reconheça a diversidade, mas também a promova, preparando os(as) estudantes para atuarem como cidadãos conscientes e engajados em uma sociedade plural, diversa e inclusiva.

4 APRESENTANDO OS DADOS DA PESQUISA

Para a composição desta pesquisa foram selecionados 18 professores(as) da rede pública estadual que trabalham nos municípios de Caucaia e Fortaleza, no estado do Ceará, que ministram ou já ministraram a disciplina de Sociologia, mesmo que não tenha a formação adequada, e que em sala de aula tenha ensinado algum conteúdo relacionado a diversidade sexual ou gênero.

Localizadas em áreas periféricas, essas escolas lidam com realidades marcadas pela diversidade sociocultural, mas também por carências estruturais e por resistências de diferentes naturezas. Além disso, a influência de preconceitos enraizados na comunidade e a ausência de diálogo aberto nas famílias muitas vezes se refletem no ambiente escolar, dificultando a abordagem pedagógica desses temas.

Logo, por questões de privacidade, os nomes das escolas não serão revelados e os(as) docentes serão tratados por meio de números, assim, eles(as) serão identificados(as) como Professor 01, Professor 02, Professor 03, Professor 04, assim por diante. A exposição dos resultados da pesquisa está organizada em duas etapas: primeiro, os dados gerais; em seguida, a compilação estatística das perguntas de múltipla escolha e a interpretação qualitativa das respostas discursivas.

4.1 Perfil dos entrevistados

Os docentes entrevistados tinham idades variadas. A grande maioria estava na faixa etária entre trinta e quarenta anos 49,99%, contudo, tinha-se professores(as) entre quarenta e um e sessenta anos 42,85%, e uma minoria de dezoito a vinte e nove anos 7,16%.

É interessante observar a diferença etária entre os professores(as) entrevistados(as), pois diferentes gerações enfrentam o desafio de ensinar os conceitos de diversidade sexual e de gênero aos seus estudantes, já que as experiências pessoais e a formação desses docentes, muitas vezes, não correspondem às necessidades de seus educandos, tornando essa tarefa ainda mais árdua.

Contudo, o fato de ser um professor jovem não elimina os desafios nem torna mais fácil abordar temas como gênero ou sexualidade. Entretanto, uma menor distância geracional entre educandos e professores pode favorecer essa abordagem, uma vez que experiências, interesses e visões de mundo mais próximos podem tornar o trabalho menos desafiador.

Sobre sua classificação quanto ao gênero, 92,85% se classificam como cisgêneros e apenas 7,15% como não-binários. Quanto à raça dos entrevistados, 57,15% se classificam como brancos, 28,57% como pardos e 14,28% como negros. Quanto à formação inicial, 28,57% são graduados em História, 28,57% em Geografia, 14,29% em Filosofia e 28,57% em Sociologia.

É interessante observar que a maioria dos professores entrevistados, que afirmam já terem ministrado conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero, não possuem habilitação inicial em Sociologia ou Ciências Sociais.

Embora não exista nenhum determinante legal que estabeleça essa disciplina como a única responsável pelo ensino desse saber, historicamente, desde seu retorno à Educação Básica, em 2008, a Sociologia tem se destacado como a principal referência para tratar desses temas, especialmente, sob as óticas culturais e sociais.

A maioria dos professores possui algum tipo de pós-graduação. No caso, 71,43% responderam "SIM" e 28,47% responderam "NÃO." Por não ser o objetivo dessa pesquisa, não foi questionado se essas pós-graduações se referiam ao nível de especializações, mestrados ou doutorados.

Outro dado interessante é o tipo de vinculação que esses professores(as) têm com a rede estadual de ensino. Do grupo que alcançamos, 42,85% são efetivos ou concursados e 57,15% são temporários ou substitutos.

Um dos pontos mais polêmicos, atualmente, é o tipo de vínculo do professor(a) com a administração pública. Sabe-se que ser estatutário oferece a esse profissional uma maior segurança jurídica para abordar temas considerados polêmicos, enquanto muitos professores temporários têm receio de entrar em conflito

com alunos, núcleos gestores ou outros membros da comunidade escolar, temendo que isso possa resultar no encerramento de seus contratos.

Infelizmente, o Estado do Ceará possui, em seu quadro de profissionais da educação, quase 60% de professores temporários. Essa situação pode se refletir em uma cadeia de assédio, perseguição, limitação da liberdade de cátedra e na exclusão deliberada de conteúdos que não agradam ao núcleo gestor da escola em que o professor está lotado.

Finalizando a apresentação do perfil dos professores(as) entrevistados, foi perguntado sobre o tempo de docência que eles tinham 42,85% entre onze e vinte anos, 35,73% entre seis e dez anos e 21,42% entre um e cinco anos.

Sabe-se por melhores que sejam as universidades, elas nunca contemplam totalmente a realidade e as necessidades de uma sala de aula, com suas múltiplas realidades sejam de periferia, bairros de classe média ou nobres, interior, indígenas, rural, jovens e adultos.

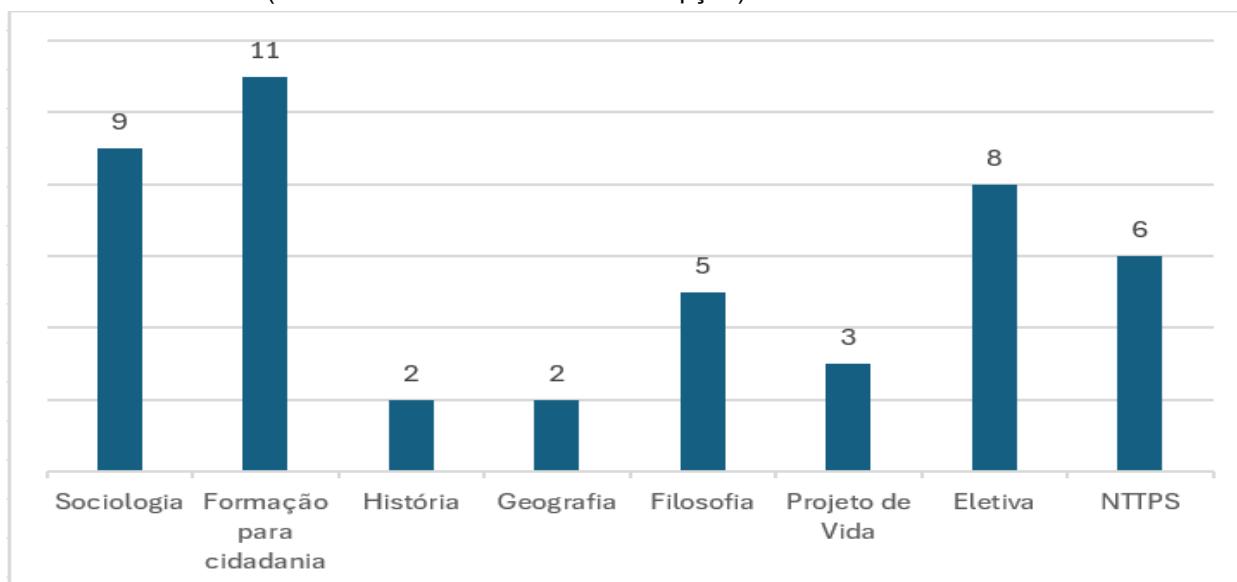
Enfim, cada um desses modelos de escola exige que o professor adote abordagens diferentes para assuntos semelhantes, e o tempo de experiência proporciona a maturidade necessária para a transposição didática dos conteúdos. Contudo, como já mencionado anteriormente, o tempo pode ser um fator impeditivo para o ensino de temas mais contemporâneos, como a diversidade sexual e de gênero.

4.2 O desafio de ensinar sobre diversidade sexual e de gênero na escola, na perspectiva dos professores

A presença do tema da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar reflete um avanço na abordagem de questões sociais contemporâneas, alinhando-se aos princípios de inclusão, de diversidade e de respeito, especialmente aos direitos humanos.

A distribuição desse conteúdo nos diferentes componentes curriculares, demonstra uma variação significativa na frequência com que o assunto é trabalhado, sugerindo diferentes ênfases e abordagens, de acordo com a disciplina.

Gráfico 01 - Em qual Componente Curricular ou Disciplina ministra/ministrou o conteúdo Diversidade Sexual e de Gênero? (Poderiam escolher mais de uma opção)



Fonte: Elaboração própria.

É interessante observar que Sociologia e Formação para a Cidadania se destacam como os componentes curriculares com maior número de ocorrências (9 e 11). Esse quantitativo atribuído à Sociologia já era esperado, pois pode ser relacionado à “natureza” dessa área do saber, que tradicionalmente discute relações sociais, identitárias, políticas, ambientais, de gênero e de sexualidade, por exemplo.

Contudo, a alta incidência em Formação para a Cidadania, em particular, foi uma surpresa positiva, pois reforça a importância da existência desse projeto e do caráter formativo desse componente, que visa, entre outras coisas, preparar os(as) estudantes para o exercício da cidadania em uma sociedade plural.

A abordagem das temáticas gênero e sexualidade, especialmente, pela Formação para Cidadania, é essencial, para uma formação integral dos alunos, embora esse componente não tenha competências específicas exclusivas, essas temáticas têm um caráter transversal o que permite sua discussão. (Professor 01)

Acredito que outras disciplinas, além da Sociologia, podem ensinar essas temáticas, como NTPPS, Formação para Cidadania e algumas eletivas. (Professor 17)

Já os demais componentes curriculares, como História e Geografia, com apenas duas ocorrências cada, Filosofia (5), Projeto de Vida (3), Eletivas (8) e Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Práticas Sociais (NTPPS), com seis ocorrências,

demonstram uma incorporação moderada e crescente das temáticas, sugerindo uma maior flexibilidade curricular e indicando uma possível transversalidade do tema em atividades práticas e projetos interdisciplinares.

Todos os componentes têm sua maneira de contextualizar as temáticas gênero e sexualidade, contudo, os mais propícios são aqueles que disponibilizam espaço e tempo para trabalhar as temáticas com maior propriedade. (Professora 03)

Eletivas que trabalham com gênero e sexualidade têm mais tempo para aprofundar os estudos e analisar outros tipos de fontes, trabalhar com vídeos, debates, fóruns ou até mesmo jogos, comparando com a aula de Sociologia que conta apenas com 50 minutos. (Professor 15)

Gênero e sexualidade por se tratarem de temáticas universais podem ser abordadas em diversos contextos educacionais. (Professor 05)

Contudo, cabe uma reflexão sobre essa distribuição desigual, que pode ser interpretada como um reflexo tanto das especificidades de cada componente quanto de possíveis resistências ou limitações na integração plena da diversidade sexual e de gênero no currículo das escolas.

Sendo assim, para avançar em uma educação verdadeiramente inclusiva, é recomendável uma abordagem mais equilibrada, integrando essas temáticas de forma transversal e crítica em todos os componentes, não apenas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas em todas as áreas do saber.

Entretanto, o fato de termos novos componentes curriculares, além da Sociologia, abordando gênero e sexualidade representa um avanço diante de uma onda de perseguição ao ensino dessas temáticas em sala de aula, especialmente promovida por grupos conservadores, como o Movimento Escola Sem Partido.

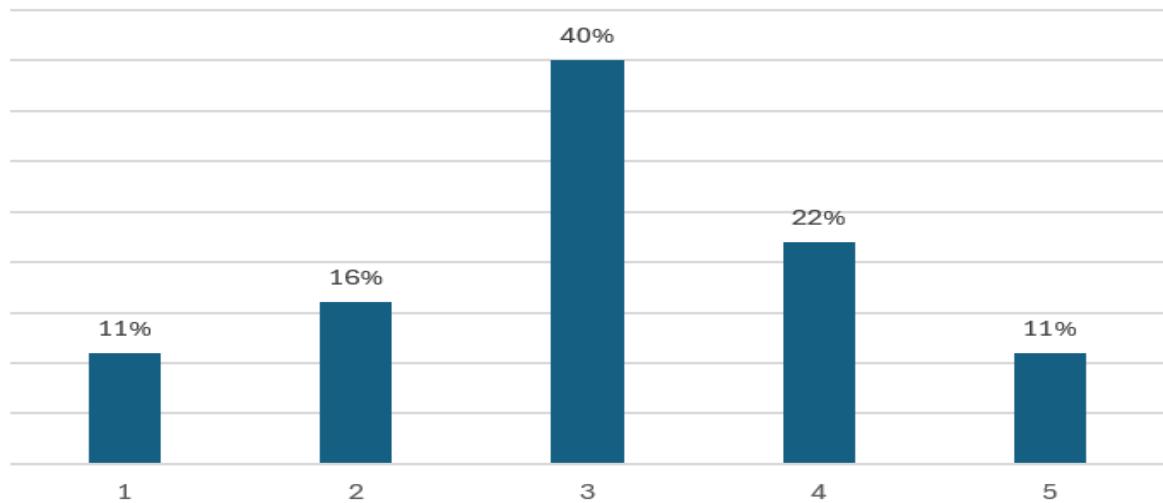
Todavia, quando pensamos nos componentes que não integram as disciplinas da base comum, o desafio para os(as) professores(as) torna-se ainda maior. Isso ocorre porque, em muitos casos, esses componentes da base diversificada não exigem uma formação específica para que os docentes ministrem seus conteúdos.

Considerando o objeto de nossa pesquisa, essa realidade dificulta ainda mais a tarefa de encontrar educadores que tenham interesse ou desejo de abordar

tais questões. Muitos docentes acabam se lotando nessas matérias apenas para complementar sua carga horária.

O ensino da diversidade de gênero e sexual no ambiente escolar tem sido, nos últimos anos, alvo de intensos debates pedagógicos, políticos e sociais. Compreender as percepções dos docentes sobre as dificuldades enfrentadas nesse processo é fundamental para a elaboração de políticas educacionais e estratégias de formação continuada.

Gráfico 02 - Qual é o nível de dificuldade enfrentado em relação ao Ensino desses Conteúdos? Responda numa escala de 01 a 05.



Fonte: Elaboração própria.

Os dados demonstram o quanto difícil ou moderado pode ser para os(as) professores(as) ministrarem conceitos relacionados à diversidade sexual e de gênero em sala de aula. Para captar essas informações, foi construída uma escala de avaliação, inspirada no modelo *Likert* com numeração oscilando de 1 a 5, na qual: 1 corresponde a pouca dificuldade; 2, a dificuldade moderada baixa; 3, a dificuldade moderada; 4, a dificuldade elevada; e 5, a muita dificuldade.

Os dados revelaram que a maior parcela dos(as) docentes (40%) percebe o ensino dos conceitos de diversidade sexual e de gênero como um desafio de dificuldade moderada (3), sugerindo que, embora não seja intransponível, a temática exige preparo específico e suporte institucional. Chama a atenção o fato de que 33% dos(as) professores(as) (soma de 22% + 11%) enfrentam dificuldades significativas (4 e 5), indicando um grupo considerável que pode estar lidando com obstáculos como

falta de formação, resistência da comunidade escolar ou ausência de materiais didáticos adequados.

Essas dificuldades podem ser atribuídas à falta de formação inicial sobre esses temas, à carência de formação continuada, ao desinteresse pessoal para trabalhar tais questões e ao medo de sofrer repressão social ou profissional. É evidente que se vive, em nosso país, um momento político em que certos assuntos são vistos como tabus, tornando seu ensino um verdadeiro ato de resistência e bravura.

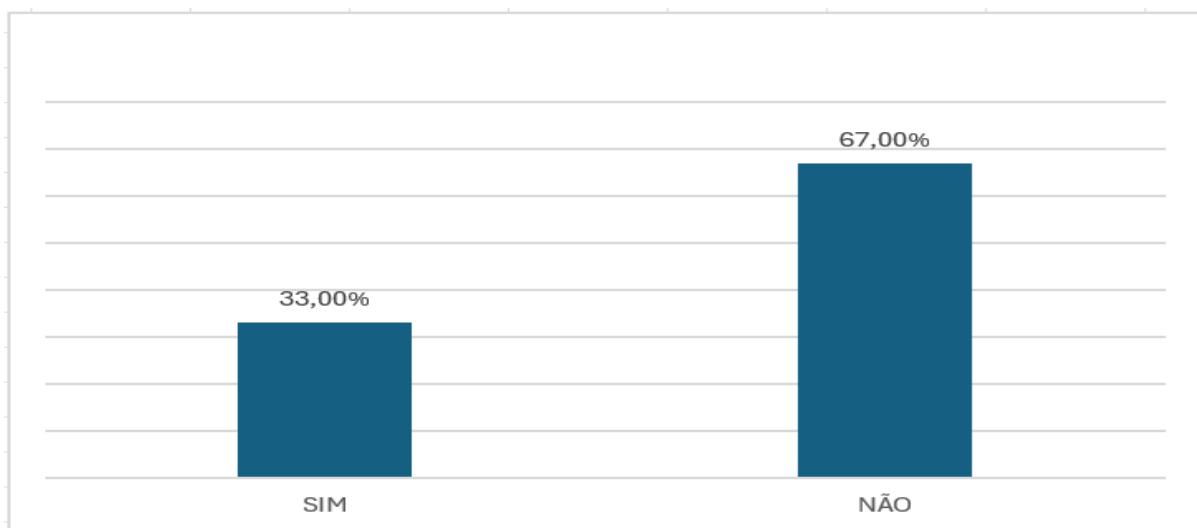
Em contrapartida, 27% dos entrevistados (11% + 16%) relatam níveis baixos de dificuldade (1 e 2), o que pode estar associado a fatores como experiência prévia, capacitação específica ou contextos escolares mais abertos ao diálogo sobre diversidade. A polarização entre os extremos da escala (11% no nível 1 e 11% no nível 5) sugere que a percepção da dificuldade é influenciada por variáveis contextuais e individuais, demandando investigações qualitativas complementares.

As dificuldades enfrentadas no ensino da diversidade sexual e de gênero impactam não apenas os(as) alunos(as) diretamente afetados, em termos da falta de aprendizagem de conceitos, mas também o ambiente escolar como um todo, além do reconhecimento e dos direitos dos(as) alunos(as) LGBTQIA+.

Logo, os resultados demonstram que, para a maioria dos(as) professores(as), o ensino de gênero e sexualidade não é uma tarefa simples, com destaque para a prevalência da dificuldade moderada. A significativa parcela que enfrenta desafios elevados reforça a necessidade de investimento em formação docente, construção de materiais pedagógicos e políticas escolares inclusivas.

A formação docente é um pilar fundamental para uma educação que respeite a diversidade sexual e de gênero. Ignorar essa necessidade significa comprometer não apenas o desenvolvimento discente, mas também a construção de uma sociedade mais equânime e o aprendizado dos educandos sobre temas tão importantes para a sociedade.

Gráfico 03 - Você se sente apto para ensinar gênero e sexualidade levando em conta sua formação inicial?



Fonte: Elaboração própria.

Observa-se a partir da leitura do gráfico 03 que 67% dos professores(as) não se sentem aptos a ensinarem os conteúdos relacionados ao universo do gênero e da sexualidade, tendo por base a formação recebida na graduação, esse dado revela uma lacuna preocupante na formação docente inicial.

Essa porcentagem expressiva evidência que a maioria dos educadores(as) que ingressam na sala de aula não estão capacitados nem de forma teórica e metodológica para abordar essas temáticas que são centrais na formação cidadã dos estudantes e na promoção de uma educação inclusiva e crítica.

A ausência de preparo adequado por parte das universidades pode ter diversas causas como a estrutura curricular dos cursos de licenciatura, muitas vezes, distante da realidade escolar e dos assuntos mais necessários para os estudantes, tratar essas questões de forma superficial, optativa, atrelada apenas a disciplinas secundárias ou, simplesmente, não são ofertadas.

Para além dessa questão burocrática do meio acadêmico, o tema ainda é cercado de tabus, preconceitos e disputas ideológicas, o que contribui para sua marginalização na formação docente. Como resultado, professores(as) chegam às salas de aula inseguros, despreparados e, por vezes, receosos de abordar assuntos que envolvam a diversidade de gênero e sexual.

Essa insegurança repercute diretamente na prática educativa. Em vez de fomentar um ambiente de diálogo, respeito e reconhecimento das diversidades, muitos educadores preferem silenciar tais questões, delegá-las a outras disciplinas (como Biologia, Educação Física, Eletivas, Formação Cidadã, NTPPS...) ou tratá-las de modo fragmentado e reducionista.

Isso impede que a escola cumpra seu papel como espaço de formação integral, onde temas como gênero e sexualidade deveriam ser abordados de forma transversal, crítica e acolhedora.

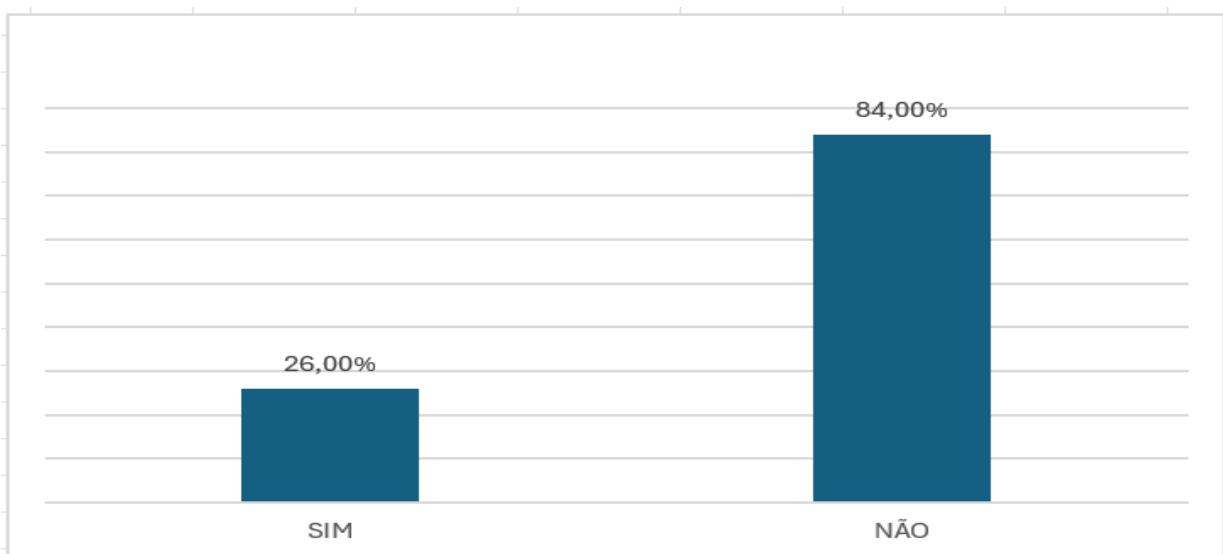
Portanto, esses dados demonstram que os professores(as) não se sentem aptos a ensinar gênero e sexualidade isto deve ser interpretado como um chamado à reformulação da formação docente, mais próxima da escola real, exigindo que os cursos de licenciatura incluam essas temáticas, como outras, em seus currículos de forma consistente, interseccional e comprometida com os princípios da formação libertária, integral e dos direitos humanos.

Além disso, reforça a urgência de programas de formação continuada, oferecidos, especialmente, pelas redes públicas de ensino, que ajudem os profissionais já atuantes a superar suas inseguranças, medos, falta de conhecimento e resistências, contribuindo para uma prática pedagógica mais ética, sensível e transformadora.

A formação continuada é um pilar fundamental para a qualificação do trabalho docente, permitindo a atualização pedagógica, a reflexão sobre as práticas educativas e a adaptação às demandas contemporâneas da educação. No estado do Ceará, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-CE) tem o papel institucional de fomentar políticas de desenvolvimento profissional para os professores.

Observa-se que a discussão sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar, especialmente em sala de aula, é fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e antidiscriminatória. No entanto, a efetividade desse debate depende, em grande parte, da disponibilidade de materiais didáticos adequados, disponibilizados pela Secretaria de Educação.

Gráfico 04 - A Seduc-CE oferece formações sobre gênero/sexualidade e material didático adequado?



Fonte: Elaboração própria.

Considerando que os entrevistados responderam a formação inicial de muitos professores(as), nos cursos de graduação, apresentou lacunas gravíssimas, especialmente, ao se pesar as questões de gênero e sexualidade, para sanar tal problema, uma das possíveis soluções seria a formação continuada, oferecida pelas redes públicas de ensino, contudo, de forma surpreendente, isso virou outro problema.

Os dados da pesquisa revelam uma realidade preocupante sobre a formação continuada docente no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidade no estado do Ceará. Para 84% dos professores a Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) não oferece formações específicas, expondo uma lacuna significativa nas políticas públicas educacionais cearenses voltadas para a promoção da equidade, de uma educação inclusiva e crítica.

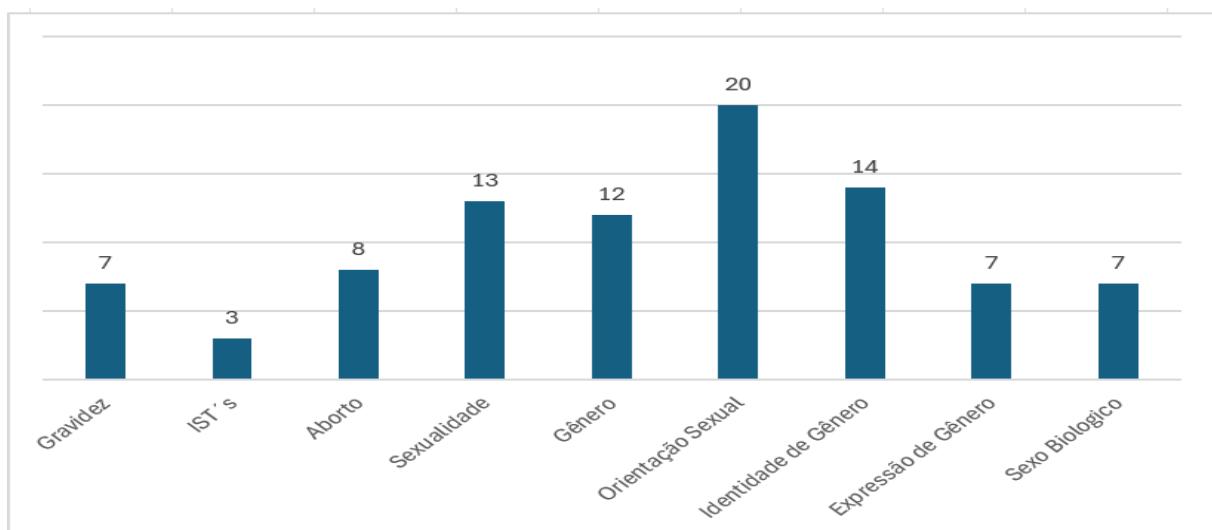
Essa ausência de apoio institucional compromete diretamente a qualidade do trabalho pedagógico, pois deixa os professores(as) desamparados diante de questões complexas que emergem no cotidiano escolar. A escola é um espaço fundamental para o enfrentamento de preconceitos e a valorização da diversidade, mas, sem formação adequada, os educadores podem reproduzir estigmas, silenciar debates ou se sentirem inseguros para abordar temas como identidade de gênero, orientação sexual, machismo, homofobia, entre outros.

Para além da ausência de formação continuada, a falta de material didático adequado impede que os professores(as) tenham acesso a conteúdo atualizados, cientificamente embasados e sensíveis às realidades dos alunos(as), dificultando a implementação de práticas pedagógicas eficazes e acolhedoras.

Contudo, esta pesquisa constatou que a Seduc-CE tem desenvolvido iniciativas voltadas à formação docente em questões de gênero e sexualidade, por meio de cursos on-line e da distribuição de cartilhas educativas. Paralelamente, promove ações pedagógicas e incentiva que as escolas façam o mesmo, como a Semana Janaína Dutra, a Semana de Combate à Violência contra a Mulher e a Semana Maria da Penha, visando à conscientização, ao respeito à diversidade e à prevenção de violências no ambiente escolar.

Entretanto, os dados indicam a urgência de que a Seduc-CE assuma um papel mais ativo e comprometido com a formação continuada dos professores, oferecendo cursos, oficinas e materiais que cheguem a todas as escolas e ao conhecimento dos(as) docentes, ampliando a capacidade da instituição de lidar com as questões de gênero e sexualidade de forma ética, responsável e transformadora. Um possível silêncio institucional ou omissão não é neutro e contribui para a perpetuação das desigualdades e da marginalização de identidades dissidentes dentro do espaço escolar.

Gráfico 05 – Quais conceitos, categorias e temas são mais abordados. (Poderiam escolher mais de uma opção)



Fonte: Elaboração própria.

Pode-se observar que as escolhas entre os temas mais abordados variam de três a vinte ocorrências, sendo as opções mais escolhidas foram Orientação Sexual e Identidade de Gênero, enquanto o menor valor é atribuído à categoria IST's, com apenas três menções.

Essas escolhas permitem fazer algumas interpretações importantes sobre quais temas têm ganhado mais relevância em determinados contextos escolares e quais têm sido marginalizados ou esquecidos, além de refletir sobre as razões para essas escolhas.

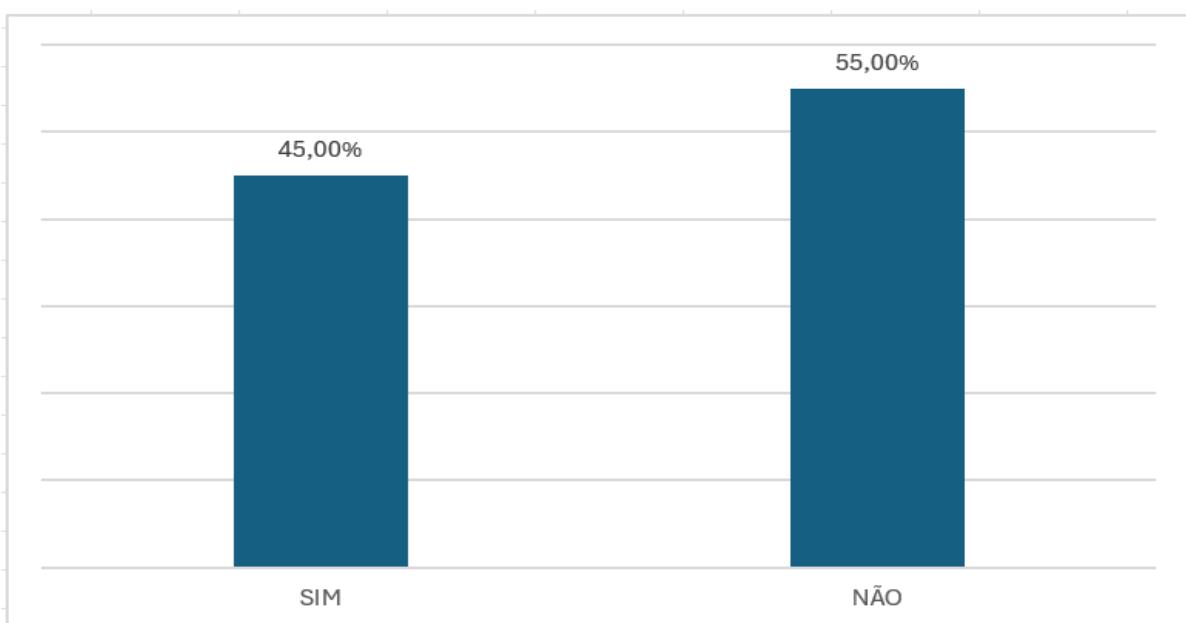
O tema orientação sexual está dentro de um conceito maior, sexualidade. Essas duas categorias se complementam, mesmo tendo suas particularidades. Diante disso, pode-se fazer algumas reflexões: Essas categorias têm sido amplamente discutidas devido às demandas por reconhecimento e direitos das populações LGBTQIA+. Podemos observar que, nas últimas décadas, questões como casamento gay, garantia de direitos básicos de cidadania e o combate à violência, discriminação, e toda forma de preconceito se tornaram visíveis em muitas sociedades, gerando grandes embates entre grupos que defendem e outros que lutam contra o reconhecimento desses direitos. Talvez, por isso, a emergência de tal temática no ambiente educacional. Contudo, grandes são os desafios e lutas para o ensino nas escolas, nos quais podemos destacar a falta de preparo docente, os tabus e a resistência de grupos conservadores da sociedade.

Sobre as temáticas gênero, identidade de gênero e expressões de gênero, pensa-se que discutir e ensinar sobre tais assuntos implica questionar desigualdades sócio-históricas e abordar temas como feminismo e igualdade de direitos. Pode-se perceber que a inclusão delas nos debates educativos é de suma importância para desconstruir preconceitos e promover uma educação mais inclusiva. Ao ministrar essas temáticas, o professor(a) aborda discussões fundamentais, por exemplo, sobre a autodeterminação dos educandos(as), o reconhecimento de pessoas trans e não-binárias, o uso de nomes sociais e banheiros em instituições públicas, como a escola.

A discussão sobre gênero e sexualidade em sala de aula tem sido alvo de intenso debate no cenário educacional brasileiro, refletindo tensões sociais, culturais

e políticas. Os(as) professores(as) ainda enfrentam barreiras ao tratar desses conteúdos, como censuras, perseguições, ameaças, entre outras.

Gráfico 06 – Já teve problemas em suas aulas na oportunidade que abordou assuntos relacionados com a diversidade sexual ou de gênero



Fonte: Elaboração própria.

O ensino dos temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar é algo desafiador. Ao analisar as respostas obtidas para a pergunta "Já teve problemas em suas aulas na oportunidade que abordou assuntos relacionados com a diversidade sexual ou de gênero?", na qual 45% afirmaram que sim e 55% disseram que não, percebe-se que existe uma complexidade de fatores em jogo.

Para compreender melhor essa questão, é necessário examinar os desafios enfrentados pelos professores(as) a partir das dificuldades quanto por aqueles que afirmaram não ter tido problemas. Essa análise comparativa pode identificar limitações e possibilidades para aprimorar a abordagem dos temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar.

Os professores(as) que afirmam ter enfrentado dificuldades em abordar ou ensinar sobre a diversidade sexual e de gênero relataram situações de conflito que envolvem resistência de alunos, familiares ou mesmo de colegas de trabalho. Esses eventos podem estar relacionados a questões sociais, culturais e políticas que vão

além dos muros da escola, tais como a resistência cultural e religiosa de grupos conservadores que temos em nosso país, os quais veem as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero como tabus. Para esses grupos religiosos, a abordagem desses temas é considerada uma afronta às suas crenças, dogmas e práticas.

Vejamos a fala de alguns professores(as) entrevistados sobre esse ponto:

Sim! Quando exibe em sala o filme Milk: a voz da igualdade, sobre o movimento LGBT, ao exibir o referido filme abordando movimentos sociais, busquei discutir a origem do movimento nos Estados Unidos, na década de 70, a partir do filme. A mãe de um aluno se queixou com a coordenação, dizendo que o filho não faria a resenha do filme para nota, pois o filme feria os princípios religiosos da família. Além disso, um professor evangélico se recusou a ceder uma aula para finalizar a exibição quando soube da temática. (Professor 07)

Sim! O ano era 2016, na época das ocupações das escolas, período esse que se começava a falar da Escola sem partido e da figura do Bolsonaro. Nessa já começou a ficar complicado falar de gênero ou sexualidade em sala de aula, tive muitas indisposições com alunos(as), especialmente, os evangélicos. (Professora 09)

Quando assume o último concurso do estado, na semana pedagógica da escola, no momento que estávamos construindo o plano de ensino anual, fui perguntar a coordenadora se poderia abordar os assuntos gênero e sexualidade, ela disse que era melhor não arrumar sarna para se coçar, pois na escola tinha muitos alunos evangélicos e os pais desses poderiam gerar problema. (Professor, 13)

Outra questão importante a ser discutida é o despreparo ou a falta de conhecimento dos professores(as). Muitos reconhecem que não possuem a formação necessária para lidar com essas temáticas. Entende-se que, sem uma formação sólida, seja inicial ou continuada, os(as) docentes podem se sentir inseguros diante de perguntas difíceis ou de situações de confronto, o que compromete a qualidade das discussões em sala de aula. Além disso, destaca-se o fato do próprio desinteresse por parte do(a) educador(a), muitas vezes motivado por razões pessoais, que o(a) levam a não querer ensinar tais assuntos.

Não podemos esquecer que um ambiente escolar adverso, com um clima institucional pouco acolhedor, pode representar um obstáculo significativo ao ensino de tais questões. A falta de apoio da gestão escolar, dos colegas ou mesmo a presença de uma cultura de discriminação entre os educandos pode dificultar a

inclusão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no currículo educacional.

Contudo, um fato que surpreendeu nessa questão foi a maioria dos(as) professores(as) ter afirmado que não tiveram problemas durante suas aulas ao ensinarem sobre diversidade sexual e de gênero. Isso é surpreendente, levando-se em conta que nosso país passa por um momento sociopolítico marcado pelo crescimento da extrema-direita, onde tais assuntos são considerados um tabu e restritos ao ambiente familiar.

Algumas hipóteses foram pensadas para explicar tal situação. Primeiramente, o suporte institucional das escolas, que devem possuir gestões comprometidas com a inclusão e a diversidade, pode ter contribuído para a criação de ambientes mais favoráveis à discussão desses temas. Esse tipo de suporte é fundamental, especialmente em situações de resistência.

Outro fator pode ser a maior abertura dos(as) estudantes, pois eles estão mais expostos às questões de diversidade sexual e de gênero, especialmente, por meio da mídia e das redes sociais. Isso cria um terreno mais receptivo para discussões, desde que conduzidas de maneira apropriada.

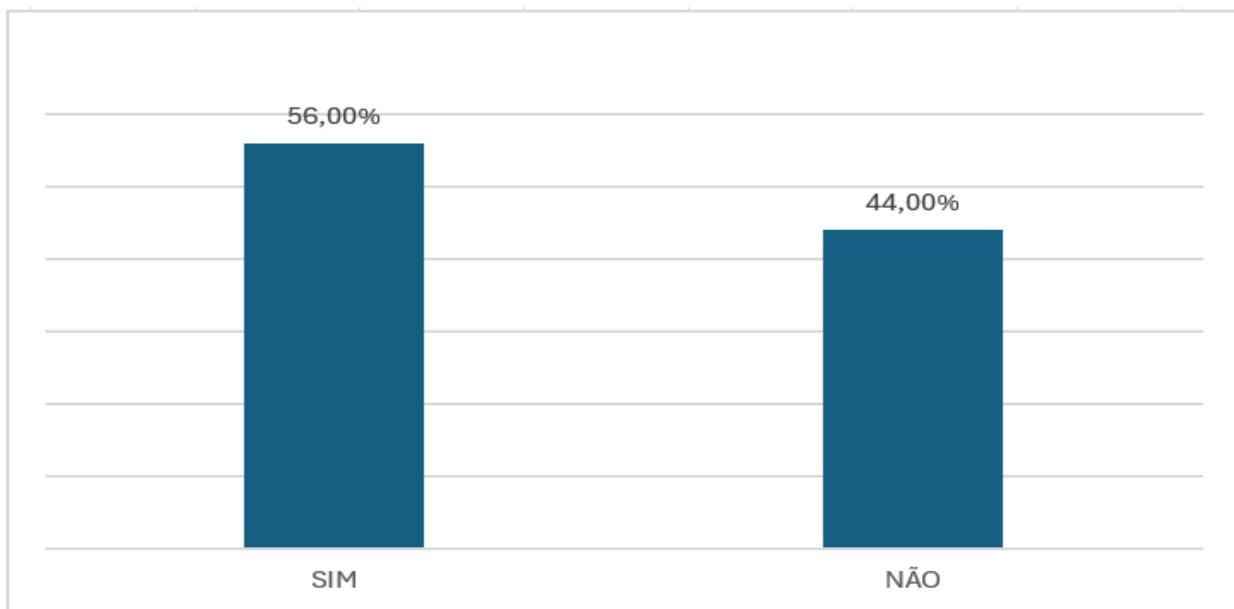
Esses problemas com os alunos, muitas vezes, acontecem de forma velada, mas diminui bastante com o tempo, isso nunca impediu que eu lecionasse esses conteúdos, contudo, me fez ter que pensar em estratégias que não causassem tanta polêmica entre os meninos. (Professora 11)

Uma vez um aluno falou em sala que a identidade de gênero e a orientação sexual não é uma escolha, por isso não pode ser uma questão de escolha ou influência. (Professor 02)

Percebo que os discentes manifestam muita curiosidade sobre os assuntos que giram em torno dos temas gênero e sexualidade, os mesmos interagem bastante. Dessa maneira, acredito que trabalhar temas como esse na escola seja crucial. (Professor 08)

Logo, o ensino sobre diversidade sexual e de gênero é um tema complexo que exige sensibilidade, preparo e compromisso. Somente por meio de ações coordenadas e de uma mudança na cultura escolar será possível garantir que todos os(as) estudantes tenham acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva, transformadora e integral.

Gráfico 07 – Já presenciou uma ou mais situações de conflito quando um professor(a) tentou ensinar os conteúdos gênero e sexualidade em sala de aula?



Fonte: Elaboração própria.

O dado apresentado na pesquisa de que 56% dos professores já presenciaram uma situação de conflito quando algum colega abordava conteúdos relacionados à diversidade de gênero e sexual na sala de aula, revela uma realidade preocupante, que escancara as tensões e resistências ainda existentes no ambiente escolar frente a temas que envolvem gênero e sexualidade.

Em primeiro lugar, pode-se observar que esse número expressivo indica que mais da metade dos profissionais da educação entrevistados nesta pesquisa, atuam em contextos em que o simples ato de ensinar sobre diversidade já foi objeto de conflitos, sejam eles entre colegas de trabalho, com estudantes, com famílias ou com a gestão escolar. Isso evidencia que a escola, embora seja um espaço privilegiado de construção de conhecimento e valores democráticos, ainda reproduz preconceitos e tabus profundamente enraizados na sociedade.

Na escola que trabalho, alguns anos atrás, um grupo de professores estava organizando um evento sobre equidade de gênero, para nossa surpresa, próximo ao evento recebemos a visita da deputada Drª Silvana e outros políticos. Eles conversaram com a gestão e pouco tempo depois a diretora proibiu que o evento fosse realizado, além disso, não autorizou que a temática fosse falada mais com os alunos(as). (Professora 12).

Já presenciei piadas sexistas entre professores relacionada aos colegas que trabalham essas temáticas, especialmente se for homem, dando a entender

que o professor era homossexual, por isso ensinar gênero aos meninos.
(Professor 11)

Certa vez um colega foi questionado em sala de aula por um aluno sobre o que seria uma pessoa assexual com tom de deboche e desdém, querendo jogar a turma contra o professor. Esse mesmo colega, em outro momento já ouviu de outros professores que esse tipo de assunto era uma perca de tempo, que somente alunos(as) gays e lésbicas gostavam, além de ficarem apelidando os alunos(as), chamando-os por exemplo de "boyceta".
(Professor 13)

Uma vez na escola que trabalhava a família de um aluno foi até a gestão questionar por que a professora o chamava com nome de mulher, já que o mesmo era homem, claramente, essa família não aceitava a orientação sexual do filho, nem o nome social que ele tinha escolhido para si, fizeram um barraco e ameaçaram processar a escola se não parassem de chamar o menino pelo nome que eles tinham escolhido.
(Professora 09)

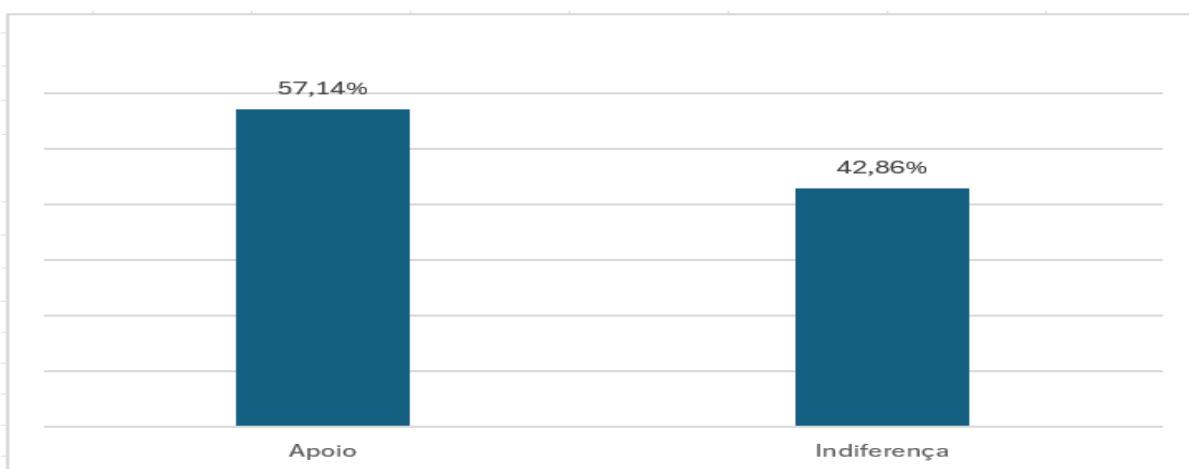
Os conflitos relatados podem decorrer de diferentes fatores: divergências religiosas ou morais, ausência de políticas claras por parte da gestão escolar, despreparo pedagógico dos docentes ou mesmo pressões externas, como a vigilância de grupos contrários à discussão de gênero e sexualidade nas escolas. Há também um discurso recorrente de que tais temas estariam "desviando" o foco da escola, o que reforça a ideia equivocada de que tratar da diversidade seria algo opcional ou ideológico, e não parte da formação cidadã e ética prevista na legislação educacional brasileira.

É importante lembrar que documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecem a importância de discutir a pluralidade cultural, a equidade de direitos e a valorização das diferenças. Ignorar esses temas, portanto, é negligenciar uma parte essencial da função social da escola.

O dado também sugere uma reflexão: se tantos professores(as) nessas entrevistas relataram já terem presenciado conflitos, é provável que muitos tenham silenciado seu conflito para esta pesquisa, por medo de represálias, isolamento profissional ou desgaste emocional, mesmo tendo sido garantido o anonimato e sigilo dos dados pessoais dos entrevistados(as). Tal contexto reforça a necessidade urgente de normativas que assegurem respaldo pedagógico, legal e político a quem se dispõe a abordar a diversidade de gênero e sexual de forma crítica, científica e respeitosa.

Por fim, o enfrentamento desses conflitos não deve ser responsabilidade exclusiva dos professores que ousam discutir gênero e sexualidade. Toda a comunidade escolar formada por gestão, coordenação pedagógica, corpo docente, famílias e estudantes, precisa ser envolvida em um processo de diálogo, escuta e construção coletiva. Só assim será possível garantir uma escola verdadeiramente inclusiva, que respeite a dignidade de todos, todas.

Gráfico 08 – O núcleo gestor da sua escola já apoiou ou manteve-se indiferente quando você abordou o tema da diversidade sexual e de gênero em sala de aula?



Fonte: Elaboração própria.

Entende-se que o papel do núcleo gestor, de forma resumida, é administrar e mediar os conflitos escolares, além de guiar a escola para alcançar as metas educacionais almejadas, sejam elas definidas pelos órgãos de educação ou pela própria escola. Logo, ter o apoio desse núcleo é muito importante para determinar se o ensino dos temas sobre diversidade sexual e de gênero será promovido, bloqueado por resistência ou negligenciado no ambiente escolar. Independentemente de a gestão facilitar, bloquear ou se manter indiferente, sua postura tem impacto direto, pois um núcleo gestor proativo, por exemplo, pode promover um clima de respeito à diversidade e acolhimento, enquanto a omissão ou o bloqueio podem reforçar a discriminação, o preconceito e a segregação de parte dos(as) estudantes.

Quando a temática da diversidade sexual e de gênero é abordada de forma consistente, respeitosa e científica, alunos(as) e professores(as) têm a oportunidade de desconstruir preconceitos e aprender a valorizar as diferenças. Esse processo, no entanto, exige compromisso e planejamento. Sem o apoio da gestão, as iniciativas

ficam fragmentadas, individuais e suscetíveis a reações adversas, como denúncias de alunos(as) ou responsáveis, que podem acabar desmotivando os(as) professores(as).

Logo, percebe-se que, nos casos em que o núcleo gestor facilita o ensino das temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, representando, por 57,14%, esse fato pode se dar por um compromisso com uma educação inclusiva, integral e alinhada aos princípios democráticos. Em situações como essas, os(as) professores(as) se sentem mais protegidos, respaldados e confiantes para abordar essas questões, que podem gerar resistências ou conflitos. O apoio da gestão é crucial para mediar possíveis reações negativas por parte de familiares, alunos(as) ou outros membros da comunidade escolar.

Existe um grande apoio sobre a apresentação das temáticas gênero e sexualidade, em razão da escola ter vários alunos trans e não binários. (professor 07)

A escola é desafiadora, pois os estudantes e suas famílias têm um entendimento cultural muito ligado ao senso comum. A escola fica na periferia e a violência é uma realidade. A escola busca superar as dificuldades, mas o trabalho exige união de toda a comunidade escolar. (Professora 17)

Existe um incentivo da gestão escolar para o trabalho das questões de gênero e sexualidade, tanto ao longo das aulas, como dos projetos da escola. (Professor 05)

Por outro lado, os 42,86% dos(as) professores(as) que relatam indiferença podem estar em um ambiente escolar com contexto desfavorável. Quando o núcleo gestor atua como um elemento de bloqueio, restringindo, sendo indiferente ou censurando iniciativas que visam tratar da diversidade sexual e de gênero, essa postura pode gerar um ambiente de medo, represálias, pressões externas (de familiares ou grupos religiosos, por exemplo) ou internas (dos próprios gestores ou demais sujeitos da comunidade escolar).

A gestão se opõe às temáticas de gênero e sexualidade por conta dos pais que reclamam, por exemplo, certa aula minha, um aluno que se identificava como gay relatou os preconceitos que sofria, especialmente em casa, por parte do pai, que chegava a acorrentar ele para não sair de casa. Isso gerou uma grande fofoca na escola, algumas mães de alunos ficaram sabendo e foram até a escola reclamar da aula, para o diretor e coordenadores, falando que estava ensinando coisas erradas. Posteriormente, foi feita uma reunião comigo e o outro professor de Sociologia para que a temática não fosse mais ensinada. (Professor 15)

Aqui na escola esses temas não são tratados, eventos propostos pela secretaria de educação ou de alguma eletiva não ocorrem, lembro de um

caso isolado que uma professora que passou um vídeo sobre como colocar camisinha, os pais de alguns alunos foram reclamar com a gestão. (Professora 17)

O contexto social da escola é influenciado pela visão conservadora dominante do país, não existe um incentivo, nem lembrança de datas e eventos relacionados a essas temáticas, é como esses assuntos não existissem. (Professor 01)

Nesses casos, os professores(as) enfrentam dificuldades para realizar atividades que promovam a inclusão e o respeito às diferenças sexuais ou de gênero. A censura pode vir na forma de voto a determinados materiais pedagógicos, negação da utilização de espaços comuns da escola, indiferença em relação a semanas ou datas comemorativas associadas às temáticas, recusa em apoiar projetos ou até mesmo orientações para evitar a discussão desses temas em sala de aula e falta de apoio em situações de conflito. Isso gera um ambiente de insegurança que, muitas vezes, leva os professores(as) a evitar as temáticas, mesmo reconhecendo sua importância.

Com isso, acredita-se que uma gestão comprometida pode transformar a escola em um espaço de acolhimento, respeito e aprendizado significativo. Por outro lado, o bloqueio ou a indiferença perpetuam desigualdades e preconceitos, além de limitarem o potencial da escola como agente de transformação social. Assim, é essencial que gestores(as) e professores(as) trabalhem juntos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade em todas as suas formas.

Os dados apresentados nesta pesquisa demonstram que os principais desafios enfrentados pelos(as) professores(as) no ensino sobre diversidade de gênero e sexualidade em sala de aula estão profundamente enraizados em três aspectos fundamentais: a formação inicial insuficiente; a ausência ou fragilidade da formação continuada; e a falta de material adequado. A formação inicial, muitas vezes, negligencia o preparo crítico e pedagógico necessário para abordar essas temáticas de forma segura e responsável, enquanto a formação continuada nem sempre oferece um suporte consistente ou atualizado. Soma-se a ausência de material didático adequado, isto limita a capacidade dos(as) professores(as) de trabalhar questões

como diversidade sexual e de gênero deixando docentes dependentes de iniciativas individuais para suprir essa lacuna.

Diante desse cenário, torna-se urgente investir em políticas públicas de formação docente, inicial e continuada, que priorizem a equidade, a inclusão e os direitos da comunidade LGBTQIA+, criando condições para que professores(as) atuem com respaldo, sensibilidade e compromisso ético diante das demandas contemporâneas desse grupo. Abaixo, propomos quatro guias temáticos sobre questões sensíveis relacionadas ao universo da diversidade de gênero e sexualidade: os direitos da comunidade LGBTQIA+; a representação na mídia; as relações familiares; e os conflitos e avanços nas interações entre religião e a comunidade LGBTQIA+.

5 ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DE GUIAS TEMÁTICOS

A discussão sobre a inclusão de temas como gênero e sexualidade no currículo escolar tem sido um dos debates mais polarizados e complexos do cenário educacional brasileiro. A possibilidade de professores(as) abordarem esses conteúdos em sala de aula envolve uma série de legislações, políticas públicas, diretrizes educacionais e embates de ordem ideológica, política e religiosa.

Logo, a elaboração e a validação de guias temáticos (APÊNDICE A), como produto final da pesquisa ora apresentada, buscam oferecer aos docentes orientações para que organizem suas aulas com base em temas que assegurem a inclusão e a discussão sobre questões de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, especialmente em sala de aula.

A educação no Brasil tem sido, historicamente, um campo de disputas ideológicas, especialmente quando se trata de temas considerados sensíveis, como gênero e sexualidade. A sociedade brasileira, marcada por intensos embates entre grupos conservadores e religiosos, apresenta resistências significativas à discussão desses assuntos no ambiente escolar. No entanto, apesar de toda a adversidade, houve avanços nas discussões sobre direitos humanos, diversidade e inclusão, os quais também se refletiram nas políticas educacionais. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. Além disso, o artigo 206 prevê a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Esses princípios constitucionais são fundamentais para embasar a inclusão de temas como gênero e sexualidade no currículo escolar, uma vez que estão diretamente relacionados ao respeito à diversidade e à promoção da cidadania.

Apesar de estar assegurado na Constituição Federal, assim como em outros instrumentos legais, tais como as leis: Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), Lei Maria da Penha (Lei

11.340/2006) e Ensino de História e Cultura Indígena e Afro-brasileira (Lei 11.645/2008), o Brasil também é signatário de normativas internacionais, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (1989), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968).

O direito do(a) professor(a) de ministrar essas temáticas a seus alunos(as), caso assim deseje, pode levá-lo(a) a sofrer os mais variados tipos de perseguição, entre os quais se destacam restrições legais ou normativas, pressão de diretores ou coordenadores, reclamações de pais e responsáveis, medo de repercussões e agressões verbais ou físicas.

As ofensivas contra a autonomia educacional e a diversidade de pensamento têm como objetivo claro censurar discussões que promovam a equidade de direitos e enfrentam os preconceitos contra a comunidade LGBTQIA+. A expressão "ideologia de gênero" foi utilizada estrategicamente para alimentar um clima de temor infundado, sugerindo que a formação das crianças e os valores familiares estariam em risco por conta do feminismo, tornando-se um argumento central nesse discurso. Posteriormente, essas narrativas se materializaram em uma enxurrada de propostas legislativas em todas as esferas governamentais, influenciadas pelo movimento Escola Sem Partido, que vetavam abordagens sobre identidade de gênero no ambiente educacional. Paralelamente, multiplicaram-se as agressões contra educadores que ousam trabalhar com esses conteúdos.

O ativismo organizado foi, progressivamente, incorporado às políticas governamentais, impulsionado pela crescente influência do autoritarismo e do conservadorismo. Por exemplo, em 2011, Jair Bolsonaro, então parlamentar, utilizou a expressão pejorativa "kit gay" para desqualificar os materiais didáticos do projeto "Escola Sem Homofobia", desenvolvido pelo Ministério da Educação.

Contudo, essas iniciativas que atentam contra uma educação efetivamente democrática e plural configuram violação frontal à Constituição. Em jurisprudência consolidada, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou pela garantia irrestrita da

liberdade de ensino, pela preservação do pluralismo no ambiente acadêmico, pela defesa dos direitos fundamentais de professores e alunos à livre produção e circulação do conhecimento e pela rejeição categórica de qualquer forma de censura.

Diante do exposto, foram elaborados quatro guias temáticos (APÊNDICE A), a criação desse material não é desnecessária, mas uma estratégia escolar essencial. Ao fragmentar os temas, promove-se um diálogo mais preciso, acessível e eficaz, auxiliando os professores(as) a enfrentarem desafios específicos em sala de aula. Essa abordagem reflete o compromisso com uma educação inclusiva e o respeito a todas as identidades de gênero e sexual. Logo, os guias podem servir aos docentes como instrumentos de orientação para o trabalho educacional, não se pretendendo oferecer um material restrito, mas sim um guia que possa ser adaptado conforme as necessidades da escola, da turma e da região em que venha a ser utilizado.

5.1 Validação dos Guias Temáticos

Um dos maiores desafios da pesquisa foi realizar a validação dos guias temáticos. Para facilitar esse processo, pensou-se em convidar os(as) professores(as) que participaram da pesquisa. Dos(as) dezoito pesquisados(as), apenas quatro se dispuseram a realizar tal tarefa.

Muitos foram os obstáculos para que essa validação acontecesse, tais como: os(as) professores(as) já estarem ocupados(as) com o cronograma de suas disciplinas; ou o caso de o(a) professor(a) se programar para testar o guia temático em uma turma e horário específicos, mas, no dia marcado, os(as) alunos(as) tinham um evento do qual a turma precisava participar, e a aula não acontecia.

Em uma das escolas onde o(a) professor(a) aplicaria o guia, houve um surto de catapora, no qual os(as) alunos(as) passaram duas semanas tendo aulas online. Logo, reunir educadores(as) de diversas instituições de ensino não é foi uma missão simples.

Com o propósito de avaliar a efetividade, a praticidade e a qualidade dos guias temáticos, procurou-se analisar seu valor educativo, formativo e sua

aplicabilidade no cotidiano dos(as) professores(as) em sala de aula. Para alcançar esse objetivo, foram aplicados dois procedimentos complementares para obtenção de informações junto aos(as) docentes: num primeiro momento, os guias foram entregues individualmente, com a devida explicação sobre o objetivo da pesquisa e o esclarecimento de dúvidas; num segundo momento, foram realizadas entrevistas individuais, devidamente gravadas.

A decisão de adotar esses dois procedimentos distintos justifica-se pelo interesse em assegurar que os guias temáticos desenvolvidos atendam às expectativas do público-alvo. Dessa forma, acredita-se que as técnicas utilizadas se complementam, fortalecendo os resultados.

Após a aplicação dos guias temáticos pelos(as) professores(as) voluntários(as), pensou-se em realizar encontros individuais, em datas distintas, respeitando as disponibilidades dos(as) docentes, para a realização das entrevistas. Originalmente, planejava-se conduzi-las exclusivamente de forma presencial; contudo, os imprevistos frequentes na rotina escolar dos(as) docentes exigiram adaptações, resultando na realização de sessões por meio digital.

As entrevistas foram realizadas nas instituições de ensino onde os(as) educadores(as) atuam, sendo agendadas durante horários de planejamento pedagógico ou em intervalos livres entre aulas e outros compromissos escolares.

Ao todo, foram realizadas perguntas aos(as) professores(as) sobre diversos aspectos do guia temático que cada um(a) ficou responsável por validar. Por questões de privacidade, os(as) docentes serão tratados por meio de pseudônimos, assim, eles(as) serão identificados(as) como Professor A, Professor B, Professor C e Professora D. As disciplinas que os professores(as) validaram os guias foram Sociologia, NTPPS, Geografia e Formação para Cidadania.

A seguir, analisaremos as respostas recebidas. Por uma questão de praticidade, não se avaliará individualmente a resposta de cada professor(a), mas sim o conjunto das contribuições, com as devidas interpretações e falas por eles(as) expressas.

5.2 Principais pontos levantados durante as validações

- Utilização dos guias temáticos em sala de aula e reação dos alunos(as)**

Ao serem questionados sobre como utilizaram os guias temáticos em sala de aula, a maioria dos(as) professores(as) destacou a importância do material como ponto de partida para discussões introdutórias, críticas e reflexivas com os(as) estudantes sobre conteúdos relacionados à diversidade de gênero e sexualidade, especialmente pelo recorte temático que os guias propunham.

Os guias temáticos funcionaram como instrumentos de mediação pedagógica, possibilitando a abertura de espaços de diálogo sobre temas, muitas vezes, silenciados ou marginalizados no ambiente escolar.

Muitos relataram que iniciaram a aula com uma contextualização histórica e social dos temas abordados, relacionando-os aos conteúdos previstos no currículo da disciplina que estavam ministrando. As metodologias utilizadas foram variadas, incluindo rodas de conversa, debates em grupo, exposições dialogadas e análises de situações do cotidiano escolar e comunitário, com o objetivo de tornar o material mais próximo da realidade dos(as) educandos(as).

Esse guia temático foi utilizado numa aula completa com exposição dialogada, numa perspectiva única de mostrar aos alunos(as) os direitos da população LGBTQUIA+ e como essa temática tem ganhado espaço ao longo das décadas. (Professor A).

Usei como base para as discussões que já tinha feito com a turma em outros momentos, utilizei das minhas anotações, usei algumas imagens do guia para análise junto aos alunos, como fiz a utilização de slides. (Professor C)

Com o guia temático montei uma aula, de cinquenta minutos, para alunos dos terceiros anos, montei um material e fiz slides, realizei uma conversa com os estudantes sobre os principais temas e realizei uma exposição dialogada com os estudantes. (Professora D)

Percebe-se que esse processo contribuiu para a construção de uma aprendizagem significativa, estimulando o pensamento crítico e a participação ativa dos(as) alunos(as). Segundo um(a) dos(as) professores(as) entrevistados(as), integrar o guia temático a outras linguagens, como vídeos, reportagens e trechos de documentários, enriquecia significativamente o diálogo interdisciplinar.

Foram ressaltadas algumas resistências por parte de alunos(as) ao se abordar certas questões presentes nos guias temáticos. No entanto, considerou-se que tais desafios reforçaram a importância de discutir esses temas com responsabilidade, sensibilidade e embasamento teórico.

Comecei as apresentações através de slides, a partir desse momento as interações foram acontecendo, aflorando, tivemos momentos que elas ficaram bem acaloradas, alunos(as) discutindo sobre a questão do gênero e da identidade de gênero, contudo achei bem interessantes esses momentos. (Professor B)

Por fim, percebe-se que o uso dos guias temáticos em sala de aula representou uma oportunidade de romper com abordagens tradicionais e conteudistas das disciplinas envolvidas, possibilitando uma prática pedagógica mais crítica e comprometida com a transformação social. Tratando-se de um material inédito, os guias oferecem a possibilidade de um novo olhar sobre as questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

A experiência evidenciou o papel da escola como espaço de formação ética e política, onde o conhecimento deve estar vinculado à realidade vivida pelos sujeitos e às demandas urgentes de nossa sociedade.

- **Os guias temáticos podem ajudar no ensino da diversidade de gênero e sexual?**

As respostas a esse ponto foram unâimes em afirmar que os guias temáticos representavam, sim, um avanço importante, especialmente, em contextos escolares onde o tema ainda é tratado como tabu, com resistência e invisibilidade. Isso é, particularmente, relevante para os(as) professores(as) que não têm formação ou material adequado para tratar dessas temáticas. Os guias são pontos de partida, bases seguras e legitimadas para orientar os(as) docentes na abordagem de conceitos, muitas vezes, complexos, polêmicos e delicados.

Sim! Acredito ser de grande importância estudar esse tema em sala de aula, compartilhar com os(as) alunos(as) tais conhecimentos. (Professor A).

Auxilia sim, principalmente, os professores e professoras que não tem familiaridade/afinidade com o tema. (Professor B).

Sem dúvida alguma o guia temático é de uma grande relevância, pois esse tema ainda é tabu nas escolas. (Professor C)

Eu acho que esse guia pode sim ajudar, porque ele já reúne algumas informações e discussões pertinentes que ajudam, logo será um guia muito útil para as aulas com esses temas diversidade de gênero e sexual.
(Professora D)

Observa-se, como destacado nas falas dos professores(as), que muitos docentes se sentem inseguros ao tratar da diversidade sexual e de gênero, seja por falta de formação específica, seja por medo de retaliações por parte da comunidade escolar. Nesse sentido, os guias temáticos atuam como instrumentos de apoio, oferecendo linguagem acessível, respaldo pedagógico, embasamento teórico e até jurídico, ajudando a mediar o diálogo com os alunos e a evitar improvisações que possam reproduzir preconceitos ou reforçar estigmas.

Contudo, limitações foram apresentadas, como a destacada pelo professor C. Ele afirmou que nenhum guia temático, por si só, dá conta da complexidade que envolve a discussão sobre diversidade de gênero e sexualidade. É preciso mais do que um material didático: é necessário um compromisso institucional, formação continuada dos professores, apoio da gestão escolar e abertura ao diálogo com as famílias e com a comunidade. Além disso, advertiu que, se não houver engajamento crítico por parte do educador, o guia temático corre o risco de ser utilizado de maneira mecânica, sem gerar reflexão significativa ou mudança de postura dos estudantes.

Logo, os guias temáticos podem ser uma ferramenta valiosa, desde que integrados a uma prática pedagógica consciente, crítica e comprometida. O verdadeiro ensino da diversidade sexual e de gênero passa pela valorização das diferenças, pelo combate à discriminação e pela construção de um espaço escolar acolhedor e plural. Por fim, os guias temáticos devem ser vistos como um apoio, e não como um fim em si mesmos.

- **Estruturação dos guias temáticos**

Essa questão foi analisada em dois aspectos: positivos e negativos. Entre os pontos positivos, observou-se que os(as) professores(as) destacaram que os guias temáticos estavam bem escritos no que diz respeito à linguagem, pois ela estava acessível aos jovens o que favorece tanto os professores iniciantes quanto os mais experientes. Além disso, foi observado que os conteúdos são, em grande parte, atualizados, com referências recentes, marcos legais e discussões contemporâneas.

Isso demonstra um esforço em alinhar o material às demandas da sociedade atual e ao que se espera de uma educação comprometida com os princípios de igualdade e respeito às diferenças.

Destacou-se também a organização dos tópicos, que se apresentam em uma sequência lógica e progressiva, partindo de conceitos fundamentais até chegar a temas mais complexos. Essa estrutura pode ser útil para que o professor construa uma linha didática coerente em sala de aula.

O professor foi muito feliz na hora de selecionar os textos, filmes, livros, todas essas indicações conversei bastante com o que foi proposto no texto principal. (Professor A)

As informações estavam claras e as referências eram ótimas e de fácil acesso. Acredito que esse guia pode ser direcionado diretamente para os alunos como material complementar. (Professor B)

Eu achei que eles se comunicavam bem, um tópico conversava com o outro, o guia bem atualizado, os termos, gostei bastante. (Professor C)

Bom acho que se comunica com os conteúdos atuais e no caso esse discurso dos costumes, das práticas religiosas, das questões culturais, relacionadas à diversidade sexual e de gênero são temas que interagem bastante e eu achei que a escrita foi boa, a comunicação, a capa, a gente que está vendo o material para depois filtrar as informações vamos passar para os alunos(as) o guia é bastante útil. Ficou bem estruturado, vem trazendo um pouco das religiões relacionadas às questões da sexualidade, como as religiões veem isso, isso abre um leque de possibilidades. (Professora D)

Já os pontos negativos apontados em relação aos guias temáticos dizem respeito à falta de uma articulação mais clara entre os conteúdos e as práticas pedagógicas específicas das disciplinas. Observou-se pouca ancoragem nas diretrizes curriculares ou nas habilidades da BNCC, o que pode dificultar sua inserção em planos de aula mais estruturados. Outro ponto crítico levantado é a fragilidade na abordagem interseccional, especialmente no que diz respeito à relação entre diversidade sexual e outros marcadores sociais, como raça e classe. Essa ausência enfraquece a análise e pode reduzir a complexidade das questões discutidas.

Diria que o guia temático não teria muita coisa para melhorar, ele está bem preparado, elaborado e aí a forma como será abordado em sala de aula dependerá muito mais da preparação do professor que vai lecionar do que propriamente do guia e de sua estrutura. (Professor A)

Para melhorar as imagens pegando outros personagens mais conhecidos da cultura pop (Marvel, DC, animes e animações, séries) para aproximar os alunos. Também colocaria sugestões de atividade, principalmente, para ajudar aos professores sem muita leitura sobre o tema. (Professor B)

Vamos sugerir como melhoramento os referenciais teóricos, pois estes deixam a fala do professor com mais respaldo, teve momentos que fiquei pensando a fonte da informação, eles podem aparecer em notas de rodapé. Melhor as imagens, acrescentar a diversidade étnica, pensar a situação dos pretos e dos povos originários, colocar imagens de pessoas pretas, pardas. (Professor C)

Mesmo o material sendo excelente, claro que a gente pode sempre melhorar, o próprio guia já deixa espaço para seu aperfeiçoamento, porque eu entende que esse material não é para ser utilizado não só sua totalidade, temos que se apropriar dele e fazer nossa adaptações, uma das adaptações que eu fiz foi falar, por exemplo, das religiões de matrizes africanas, logo como sugestão, deixo a dica de aproximar os guias o máximo das realidades das escolas, claro que cabe ao professor(a) que for utilizar o mesmo fazer essa atualização. (Professora D)

Em resumo, a análise dos professores evidencia que os guias temáticos sobre diversidade sexual e de gênero são instrumentos promissores, com conteúdos pertinentes e bem estruturados, mas que ainda precisam estar mais sintonizados com o cotidiano docente e discente. Para que sejam realmente efetivos, os guias devem articular teoria e prática de forma mais consistente, considerando as tensões reais enfrentadas no ambiente escolar e oferecendo estratégias que empoderem o professor a trabalhar o tema com segurança, criticidade e sensibilidade.

- **Indicaria o uso dos guias temáticos a outros professores?**

Sim, recomendaria esse guia temático para ser utilizado por outros professores. (Professor A)

Com toda certeza! É um material que deveria ser disponibilizado durante a jornada pedagógica. (Professor B)

Com certeza indicaria o guia temático a outros professores, pois somos carentes desse tipo de material, esse tipo de material ajuda na elaboração de uma apresentação, uma aula. Além, do fato dele estar bem estruturado, com termos atualizados, logo, reforço mais uma vez, recomendaria sim. (Professor C)

Recomendaria esse guia temático para outros professores(as) sem problema algum, inclusive é um material bem interessante para as aulas de Sociologia. (Professora D)

O guia é uma ferramenta essencial para apoiar a prática pedagógica, especialmente, em contextos escolares em que o debate sobre diversidade de gênero e sexualidade ainda encontra resistências, tanto por parte de colegas docentes quanto de membros da comunidade escolar. O material oferece subsídios teóricos e metodológicos atualizados, com linguagem acessível, contribuindo para que os

professores possam abordar a temática com mais segurança, sensibilidade e embasamento.

O guia, portanto, apresenta-se como uma ponte entre o compromisso curricular e a prática em sala de aula, oferecendo conceitos fundamentais, sugestões de leitura, vídeos e reflexões que contribuem para a desconstrução de estereótipos e a promoção do respeito à diversidade.

A recomendação do guia também se justifica por seu potencial transformador: ao estimular o diálogo e a escuta entre os estudantes, o material contribui para a construção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e democráticos.

Por fim, os guias temáticos não podem apenas ser recomendados, mas também discutidos coletivamente nos espaços formativos das escolas, como a semana pedagógica e os grupos de estudo, pois somente assim será possível avançar em direção a uma educação verdadeiramente comprometida com a cidadania e a equidade. As entrevistas revelam como o guia temático pode ser um importante aliado na formação docente e na construção de uma escola que respeite e celebre as diferenças e não apenas as tolere.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se propor, entre os objetivos desta pesquisa, investigar os desafios que os(as) professores(as) de Sociologia enfrentam ao ministrar os conceitos de diversidade sexual e de gênero em sala de aula, além de realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática, deparou-se com o desafio de escolher a melhor metodologia de trabalho que ajudasse a alcançar os resultados esperados. O modelo metodológico escolhido permitiu a coleta dos dados necessários. A partir das entrevistas e dos questionários aplicados aos(as) professores(as), foi possível obter uma amostra do universo educacional cearense e de sua realidade.

Registra-se que as infinitas possibilidades de interpretação da pesquisa e de suas conclusões, por muitas vezes, serviram de motivo para se pensar em desistir do objeto de estudo. Contudo, ciente do desafio que se apresentava e da importância da pesquisa para a educação cearense, decidiu-se seguir em frente, pois se tem ciência de que, no campo das Ciências Sociais, novas questões e desafios podem surgir a qualquer momento. Como professor da Educação Básica, não posso esquecer que lidar com seres humanos não é fácil e que estes são uma verdadeira caixa de surpresas.

Os(as) professores(as) que participaram da pesquisa acreditam que a escola não deve silenciar sobre as questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero de seus(suas) alunos(as). Para eles(as), a sexualidade dos(as) educandos(as) deve ser tratada como algo natural e parte integrante do desenvolvimento humano. Além disso, entendem que tanto a escola quanto a família têm responsabilidade no desenvolvimento dessa questão. Apesar disso, concorda-se que o tema é cercado por uma ampla gama de tabus, preconceitos e repressões, com origens nos mais variados campos sociais.

Sem dúvida, pode-se observar, tanto nesta pesquisa quanto em minhas práticas diárias como professor-pesquisador, que a escola pública ainda possui um sistema de ensino que priva os(as) estudantes de liberdade, criatividade, protagonismo e espontaneidade. Esse modelo cria um processo de ensino-aprendizagem que separa a racionalidade da afetividade em suas múltiplas

manifestações. Percebe-se que as expressões afetivas dos discentes são reprimidas, o que leva a inferir que diversos problemas psicológicos podem surgir ou se agravar devido a essa repressão.

Acredita-se que os objetivos planejados foram alcançados, uma vez que se conseguiu, por meio de uma pequena amostra, criar um panorama dos desafios e dificuldades que os(as) professores(as) enfrentam ao ensinar assuntos relacionados ao universo da sexualidade e do gênero. Analisou-se que as práticas desses(as) docentes não são neutras ao tratarem da temática, pois, em suas histórias de vida, carregam crenças, mitos, medos e superstições, que podem gerar práticas docentes marcadas por preconceitos e atitudes segregacionistas.

Percebe-se que é necessária uma formação continuada para esses(as) professores(as). Mesmo estando lotados(as) na disciplina de Sociologia ou áreas afins, isso não garante que estejam capacitados(as) para trabalhar com questões relacionadas ao universo do gênero e da sexualidade. Muitos(as), durante a formação inicial, não receberam o preparo necessário; outros(as), sequer possuem formação em Sociologia.

Vivemos em um mundo onde presenciamos um intenso processo de controle do corpo, seja nos aspectos nutricional, estético, emocional, performático ou sexual. Nesse universo de corpos fluidos, é fundamental que a escola compreenda a sexualidade de seus(suas) alunos(as) como algo natural, integrante de um contexto sociocultural, evitando qualquer tipo de educação de cunho machista, misógino, homofóbico ou baseado em concepções biologizantes.

Esta pesquisa destaca alguns pontos observados nas entrevistas e nos questionários aplicados aos(as) professores(as) da rede pública do Ceará. No que diz respeito à diversidade sexual e à forma como ela é trabalhada em sala de aula, a grande maioria acredita que o tema não é abordado de maneira adequada. Quando é tratado, muitas vezes, o foco recai apenas sobre aspectos biologizantes, deixando de lado questões culturais, sociais e históricas. Quanto à diversidade de gênero, a situação não é mais favorável, predominando uma visão dualista de homem e mulher, marcada por concepções machistas, com maior enfoque no gênero feminino,

especialmente, na reprodução e na valorização de papéis e comportamentos esperados desse sexo.

Os desafios enfrentados no ensino da diversidade sexual e de gênero em sala de aula revelam um cenário de lacunas estruturais e simbólicas que comprometem a efetividade e a legitimidade dessa temática no contexto escolar. A partir da análise dos dados da pesquisa, foi possível identificar que a ausência de uma formação inicial adequada, somada à escassez ou inexistência de formação continuada, impede que os(as) docentes desenvolvam segurança teórica, metodológica e ética para abordar tais conteúdos com profundidade e sensibilidade. Além disso, a carência de materiais didáticos específicos e contextualizados agrava a dificuldade de traduzir esses conhecimentos em práticas pedagógicas significativas e coerentes com os direitos humanos e com a valorização da diversidade.

Outro ponto identificado na pesquisa foi o medo que muitos(as) professores(as) manifestam quanto à possibilidade de sofrer punições, sejam institucionais, legais ou mesmo morais, ao tratar de temas relacionados à sexualidade e à identidade de gênero. Esse temor está associado tanto a uma cultura conservadora, ainda presente em muitos espaços escolares, quanto à ausência de diretrizes claras sobre o papel da escola diante desses assuntos. Tal contexto gera um ambiente de insegurança que favorece o silenciamento e o esvaziamento da discussão, em detrimento do compromisso da educação com a formação cidadã e crítica dos(as) estudantes

Diante disso, o avanço na abordagem da diversidade sexual e de gênero nas escolas depende da articulação entre políticas públicas de formação docente, produção e distribuição de materiais didáticos inclusivos e fortalecimento do respaldo institucional para que os(as) educadores(as) possam atuar com autonomia e responsabilidade. Só assim será possível construir uma prática pedagógica comprometida com o respeito às diferenças, com a promoção da equidade e com a transformação social.

Assim, este trabalho apresenta como conclusão a elaboração de um material didático, mais especificamente, quatro guias temáticos que possam auxiliar

os(as) professores(as) a desenvolverem suas aulas sobre pontos específicos relacionados ao universo da diversidade sexual e de gênero. Não se pretendeu que esse material fosse algo definitivo ou que tivesse a pretensão de encerrar a discussão sobre os temas abordados, mas que funcionasse como “guias” ou “orientadores” para que os(as) docentes elaborassem suas aulas. Contudo, nada impede que o próprio guia seja utilizado plenamente em sala de aula.

Por fim, consideramos que esta pesquisa não encerra os estudos sobre o ensino da diversidade sexual e de gênero na escola, nem se propõe a tal. Esperamos que ela sirva de apoio para os(as) professores(as), não apenas da área de Sociologia, que se deparam com o desafio de elaborar aulas sobre esses assuntos tão caros à sociedade, como também para pesquisadores(as), estudantes da educação básica ou superior, curiosos(as) e entusiastas da temática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marina Oliveira De. **Gênero, currículo e cultura escolar em uma escola na periferia da zona leste da cidade de São Paulo.** 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.
- ALTMANN, Helena. **Orientações sexuais nos parâmetros curriculares nacionais.** Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9637> >. Acessado em: 15 mar. 2024.
- ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual em uma escola:** recortes de corpos e de gênero. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a12> >. Acessado em: 17 mar. 2024.
- ALVES, Branca Moreira. (org.). **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- AMÂNCIO, Ligia. **Gênero:** Representações e Identidades. Disponível em: < sociologiapp.iscte.pt/pdfs/26/261.pdf >. Acessado em: 28 mar. 2024.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. Assujeitamento e disruptão de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 330- 339, 2019.
- ARAÚJO, Denise Bastos de; CRUZ, Izaura Santiago da; DANTAS, Mariavda Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola.** Salvador: UFBA, 2018.
- ARAÚJO, Maria Alina Oliveira Alencar de. **A alfabetização científica nos anos iniciais do ensino fundamental:** os documentos oficiais e o olhar do professor sobre a sua prática. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ARAUJO, Natália Cristina Sganzella de. **Gênero e sociologia no ensino médio: entre ensinar e aprender.** 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2019.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- ARRUDA, Ângela. **Teoria das Representações sociais e Teorias de Gênero.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf> >. Acessado em: 28 mar. 2024. 109
- AZADINHO, Mariana Passafaro Mársico; OLIVEIRA, Angelita de Lima; MILANI, Débora Raquel da Costa. A Educação Sexual e a promoção da equidade de gênero no enfrentamento da violência doméstica contra mulheres. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1727-1742, 2020.
- APPLE, M. W. **Educação e poder.** Porto Alegre: ArtMed, 2002.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-90.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 21-28, 2002.

BRANDÃO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no plano nacional de educação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 100-123, 2018.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 5. ed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 3. versão. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRUNETTA, Antonio Alberto (org.) et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia /** Organizadores: Antonio Alberto Brunetta, Cristiano das Neves Bodart e Marcelo Pinheiro Cigales; Prefácio de Carlos Benedito Martins.--1. ed. - Maceió, AL : Editora Café com Sociologia, 2020.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 110

CARVALHO, Marília Gomes. TORTATO, Cintia Souza Batista. Gênero: Considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. (Orgs.). **Construindo a igualdade na diversidade**: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora UTFPR, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações gênero-família**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>>. Acessado em: 15 mar. 2024.

CEARÁ, Secretaria da Educação do. **Documento Curricular Referencial do Ceará**. Fortaleza: UNDIMECE, 2019.

CEARÁ. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem. **Reorganização Curricular do Ensino Médio Diurno**: Instruções Operacionais, Ceará, 2013.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Quantitativo. São Paulo: Sesc/CEBRAP, 2016.

CESAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, Sexualidade e Educação**: notas para uma “epistemologia”. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext >. Acessado em: 15 mar. 2024.

CUSTÓDIO, Diane Ângela Cunha. **Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

DEPOILLY, Severine. Afirmação e contestação de gênero nas escolas de Ensino Médio Profissionalizantes. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 21, e13507, 2021.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DOURADO, L. F.; SANTOS, C. de A. (Org.). A educação a Distância no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. 2. ed. Belo Horizonte: Ufg, 2011. p. 155-192.

EMMEL, Rúbia. **O currículo e o livro didático da educação básica**: contribuições para a formação do licenciando em ciências biológicas. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015. 130

ESCOUTO, Cláudia Maliszewski; TONINI, Ivaine Maria. Gênero e Sexualidade: Onde estão essas questões no currículo da Licenciatura em Geografia da UFRGS?. **Para onde!?**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 186-190, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual**: retomando uma proposta um desafio. 3. ed. Londrina: EDUEL, 2010. 111

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: EDUEL, 2006.

FIRMINO, Fabiana. **O que é currículo escolar?** 2020. Disponível em: <https://pedagogiaparaconcurso.com.br/o-que-e-curriculo-escolar/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. público. Londrina: Planta, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; FILHO, Irapuan Peixoto Lima. **Escola e Universidade: encontros entre sociologia e educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Contexto, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

JESUS, Beto de e outros. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

JUNQUEIRA, R. D.; HENRIQYES, R. & CAMUSCA, M. A. **Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. **Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. Pedagogia do armário e currículo em ação**. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 4, n. 2, p. 221-239, ago./dez. 2015.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. (Des)continuidades na política de um currículo nacional: a **Sociologia nos arranjos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 52, n. 1, p. 245-282, mar./jun. 2021.

LOURENÇO, Silmara Silveira. **Sexualidade e gênero segundo educadoras de ciências e biologia: limites, resistências e possibilidades da educação sexual na escola**. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades às preocupações teóricas teórico-metodológicas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, agosto 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-3072008000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 ago. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11412/8317>>. Acessado em: 28 mar. 2024.

LUCATELLI, Nathally Gomes. **Aprendendo a ser mulher no ensino médio**: um estudo de caso sobre relações de gênero em uma escola do sul de minas gerais. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola**: a Construção de uma cultura democrática. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARONI, Amnérис. **A difícil trajetória da mulher no patriarcalismo**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017594003>>. Acessado em: 28 mar. 2024.

MARTINS, Luana Vanessa Barbosa. **A educação para sexualidades no ensino médio nas escolas públicas estaduais do Ceará** – uma análise do componente curricular: núcleo de trabalho, pesquisa e práticas sociais. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

PÚBLICAS ESTADUAIS DO CEARÁ – UMA ANÁLISE DO COMPONENTE CURRICULAR: NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS
MOURA, F. P. de. Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da bncc. **Revista Communitas**, v. 2, p. 47-63, 2018. Disponível em:<<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/article/view/1877>>. Acesso em: 15 agos. 2024.

MULLER, Laura. **Educação sexual em 8 lições**: como orientar da infância à adolescência: um guia para professores e pais. 2. ed. São Paulo: Academia dos Livros, 2013.

NASCIMENTO, Marcelo Oliveira do. **A presença das relações de gênero no currículo da escola pública**: opiniões de professores e professoras. 2019. Tese (Doutorado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

MACHADO, Frederico Viana; MONTENEGRO, Margarita Diaz; CHINAGLIA, Magda Loureiro, Motta. “Alunos são todos iguais, não têm sexo:” análise das práticas de educação sexual e o enfrentamento à homofobia nas escolas. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, p. 125-140, 2019.

NORO, Deisi. **Diversidade sexual e de gênero na formação docente**: a heteronormatividade diante das neurociências. 2019. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Instituto de Ciências Básica da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NUNES, Priscila Spindler Corrêa. **Gênero e sexualidade nas aulas de História**: composições para um currículo antinormativo. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, Inácio Ribeiro. **Construções de identidades de gênero, raça e classe em livros didáticos de História do Ensino Médio**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; MELO, Carlos Ian Bezerra de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Discursos antigênero e políticas curriculares cearenses: entre tensões e resistências. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2115363, 2021.

OSHIRO, Poliana Guimarães. **Representações sociais de professores/as do ensino médio sobre gênero**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

PARAISO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Curitiba: SEED/DEDI/NGDS, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PICCHETTI, V. de P. **Sexualidade e relações de gênero na escola**: um diálogo com a orientação à queixa escolar. Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 2, n. 1, p. 69-79, jan./jun. 2012. Disponível

em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/415>>. Acesso em: 29 out. 2024.

PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 114

PRIORE, Mary Del. **Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964 – 1988)**. Tese (Doutorado em Relações Institucionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT . **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

REIS, Giselle Volpato dos. **Sexologia e educação sexual no Brasil nas décadas de 1920- 1950**: um estudo sobre a obra de José de Albuquerque. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

ROCHA Junior, FERNANDO Caetano. **Liberdade de expressão e liberdade acadêmica para a educação sobre gênero e diversidade sexual**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SACRITÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMARA, E. M. et al. (org.). **Gênero em debate**: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SAMPAIO, A. C.; SOUZA, M. L. de. As discussões de gênero e sexualidade no percurso da formação inicial de uma pedagoga. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 3., 2013, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UNEB, 2013. p. 1-15.

SANTOS, Deisy Christina Moreira. **A importância das questões de gênero e sexualidade na formação docente**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Lilian De Sousa. **Diversidade sexual na escola**: um estudo sobre as representações do professor. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, Bruno Barbosa de. **Os discursos de gênero e sexualidade na formação de professoras/es**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.

SOUZA, Leilane Barbosa de. **Sexualidade na Adolescência:** analise da influencia de fatores culturais presentes no contexto familiar. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002006000400007>. Acessado em: 17 mar. 2024. 115

STEARNS, Peter. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder:** a família no mundo 1900 – 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

VACCARI, Isabela Lia. **Gênero, educação sexual e ensino de ciências:** perspectivas de professoras e professores da educação básica. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Jaboticabal, 2018.

VASCONCELOS, Francis Emmanuel Alves. **Gênero, uma palavra (mal)dita:** usos e apropriações de uma categoria analítica dentro e fora da academia. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

APENDICE A – PRODUTO FINAL: GUIAS TEMÁTICOS



Desenvolvido pelo mestre em Sociologia Sandro José Gomes Coelho Filho.

2025

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS	115
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: UMA JORNADA GLOBAL	115
2. 1. Antiguidade: Normas e Contradições.....	116
2. 2. Idade Média: Criminalização e Perseguição.....	117
2. 3. Período Moderno: Criminalização e Resistência.....	118
3. O MOVIMENTO LGBTQUIA+ NO SÉCULO XX	119
4. A LUTA LGBTQUIA+ NO BRASIL	122
5. DESAFIOS ATUAIS E O FUTURO	122
6. SAIU NA MÍDIA	123
6.1 Outras reportagens.....	124
7. SUGESTÕES DE LEITURA	125
7.1 Livros.....	125
7.2 Artigos Acadêmicos.....	125
8. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS	126
8.1 Filmes.....	126
8.2 Documentários.....	127
8.3 Séries.....	127
REFERÊNCIAS	129

1. PRIMEIRAS PALAVRAS.

A homossexualidade, durante muitos séculos, foi vista como um comportamento que fugia dos padrões sociais considerados normais, chegando a ser criminalizada, demonizada e hostilizada em diversos momentos da história. No entanto, relacionamentos homoafetivos fazem parte da experiência humana desde as civilizações mais antigas. Registros históricos mostram que, mesmo enfrentando condenação e discriminação, a homossexualidade é uma expressão natural e intrínseca da condição humana.

O preconceito e o estigma desenvolvidos em torno da orientação sexual dos sujeitos fizeram com que os direitos da comunidade LGBTQIA+ só alcançassem seu alvorecer no âmbito internacional e nacional em tempos mais recentes. A história dos direitos LGBTQIA+ é marcada por lutas, resistências e conquistas. Ao longo do tempo, diferentes sociedades adotaram abordagens distintas sobre a diversidade sexual e de gênero, oscilando entre aceitação, perseguição e legislações progressistas. O estudo desse tema permite compreender os avanços sociais e os desafios que ainda precisam ser superados.

Em todas as sociedades, existem normas sexuais que aprovam certas práticas enquanto desestimula ou condenam outras [...] a variedade de tipos aceitos de comportamento sexual é uma importante evidência de que a maioria das repostas sexuais é aprendida, e não inata (Giddens, 2023, p. 256).

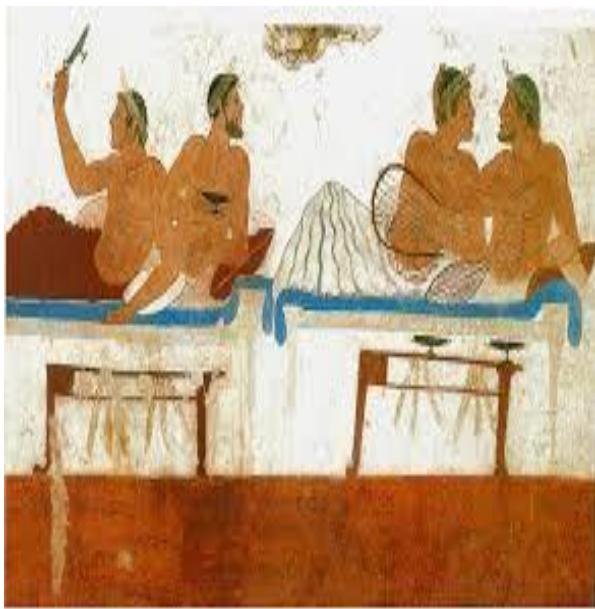
Este guia busca oferecer um panorama geral dessa trajetória, com foco nos contextos brasileiro e global, além de sugerir recursos para aprofundar o conhecimento sobre o tema.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: UMA JORNADA GLOBAL.

A história dos direitos LGBTQIA+ é uma narrativa de resistência, conquistas e desafios. Desde os primórdios da humanidade até os dias atuais, pessoas LGBTQIA+ enfrentaram perseguição, discriminação e marginalização, mas também construíram comunidades fortes e conquistaram avanços significativos em diversos contextos sociais e políticos. Este texto busca traçar um panorama global e brasileiro sobre a evolução desses direitos.

2. 1. Antiguidade: Normas e Contradições

Casais pederastas em um simpósio



Fonte: pintura em afresco de um túmulo na colônia grega de Pesto, na Itália.

em idade de aprendizado.

As civilizações grega e romana são reconhecidas como o berço da cultura ocidental. Elas permitiam e normalizavam as relações homoafetivas entre seus cidadãos, especialmente as masculinas.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a prática sexual entre homens era até mesmo compreendida como um ritual de iniciação para jovens durante o treinamento militar, sem falar na pederastia grega, que consistia na relação entre um homem mais velho e um jovem

Dessa forma, comportamentos homossexuais não eram alvo de perseguição ou condenação. Na verdade, pode-se observar que o próprio conceito de beleza na Grécia Antiga tinha o corpo masculino como seu principal símbolo. Quanto à homossexualidade feminina, embora fosse aceita, o papel social das mulheres estava mais voltado para o casamento heterossexual, a reprodução e as responsabilidades familiares e domésticas.

As relações entre pessoas do mesmo sexo são um exemplo. Algumas culturas têm tolerado ou incentivado a homossexualidade ativamente em certos contextos. Entre os gregos antigos, por exemplo, o amor dos homens pelos meninos era idealizado como a forma mais elevada de amor sexual (Giddens, 2023, p. 256).

A civilização romana naturalizava a homossexualidade, sem que houvesse discriminação ou perseguição contra aqueles que a praticavam. No entanto, essa realidade mudou significativamente a partir dos séculos III e IV d.C., especialmente, com o crescimento do cristianismo e sua institucionalização como religião oficial de Roma. Nesse período, foi instituída a pena de morte para quem praticasse atos de natureza homossexual. Esse marco histórico teve um impacto profundo na trajetória

e na vida dos sujeitos com orientação sexual diferente da heterossexual, pois, nos séculos seguintes, os direitos dessas pessoas deixaram de existir, e elas entraram em um longo período de discriminação, segregação e preconceito, cujos reflexos ainda hoje podem ser sentidos.

2. 2. Idade Média: Criminalização e Perseguição.

Com o fortalecimento do cristianismo na Europa, práticas de cunho homoafetivo passaram a ser perseguidas de maneira sistemática. Leis contra a sodomia foram implementadas e punidas com severidade, incluindo a pena de morte. Tribunais religiosos, como a Inquisição, muitas vezes, acusavam indivíduos sodomitas de heresia, eles podiam ser condenados a pagar multas, a prisão, a sofrer torturas ou até mesmo a serem mortos na fogueira.

O ato de sodomia foi denunciado pelas autoridades da Igreja e pela lei e, na Inglaterra e em vários outros países europeus, era punível com a morte. No entanto, a sodomia foi definida exclusivamente como um crime homossexual, também se aplicava a atos sexuais entre homens e mulheres ou homens e animais (Giddens, 2023, p. 250).

Destrução de Sodoma.

Cena de pederastia: o erastas (amante) toca o queixo e a genitália do eromenos (amado).



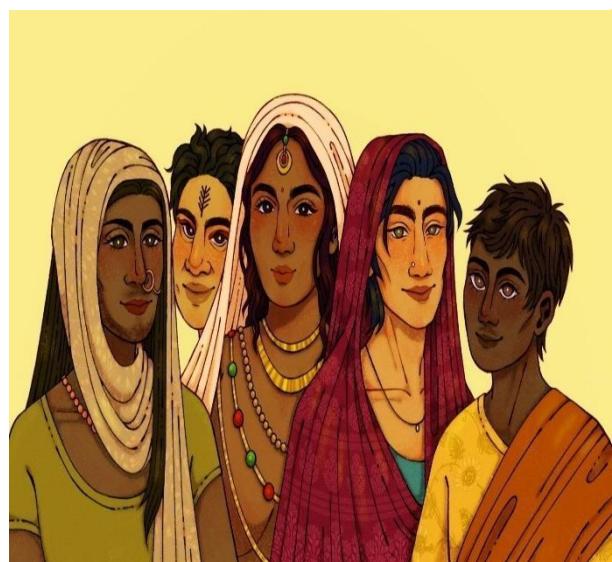
Fonte: Pintura sobre ânfora ática, c. 540 a.C



Fonte: pintura de Jacob de Wet II, datada de 1680.

Em grande medida, essa transformação foi impulsionada pela influência da Igreja Católica que condenava as práticas homoafetivas, afirmando que homens que se deitassem com outros homens cometiam uma abominação contra Deus. A influência católica foi um fator decisivo para a consolidação da discriminação baseada na orientação sexual. Isso se deve ao enorme poder e relevância que a Igreja detinha nesse período e nos séculos seguintes, que ficaram conhecidos como a Idade Média.

Como resultado, por exemplo, as práticas sodomitas passaram a ser cada vez mais perseguidas e criminalizadas na Europa. Um exemplo disso ocorreu no Reino Unido, onde o Parlamento britânico criminalizou a sodomia em 1533, estabelecendo penas que incluíam até a execução. Relações homoafetivas na região foram consideradas um crime até 1967, quando foi aprovada a chamada Lei Alan Turing, que descriminalizou esses atos.



Fonte: Queeraf, 2024.

No mundo oriental, enquanto algumas regiões adotaram posturas mais tolerantes, outras seguiram uma abordagem igualmente punitiva, especialmente as que tinham o islamismo como religião oficial. Ao mesmo tempo, algumas culturas mantiveram espaços para a diversidade, como as hijras, na Índia, uma comunidade trans existente há séculos.

2. 3. Período Moderno: Criminalização e Resistência

O período moderno trouxe leis mais rígidas contra a sodomia, especialmente, com o advento do colonialismo europeu, que espalhou legislações contra práticas sodomitas por diversos territórios e colônias. No entanto, a partir do século XIX, emergiram os primeiros movimentos de resistência, com figuras como Karl Heinrich Ulrichs, jornalista que foi a primeira pessoa a utilizar a palavra "homossexual",

no ano de 1869, e um dos primeiros ativistas do que é conhecido hoje como movimento LGBTQIA+, e Magnus Hirschfeld, que fundou o primeiro instituto dedicado ao estudo da sexualidade humana. Ele elaborou a teoria do terceiro sexo, propondo que os homossexuais ocupavam uma posição intermediária entre os homens e as mulheres heterossexuais.

Magnus Hirschfeld



Fonte: foto tirada em 1932.

Karl Heinrich Ulrichs



Fonte: gravura séc. XIX.

3. O MOVIMENTO LGBTQIA+ NO SÉCULO XX.

Os direitos LGBTQIA+ começaram a ser reconhecidos há relativamente pouco tempo nas sociedades ocidentais da Europa e das Américas. Mais especificamente, apenas na segunda metade do século XX, após a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Embora esse documento afirme que todos os seres humanos, sem exceção, devem ter seus direitos fundamentais e a dignidade respeitados, ele não faz menção explícita à comunidade LGBTQIA+.

A luta pelos direitos LGBTQIA+ ganhou força durante todo o século XX. Nos anos 1950 e 1960, pequenos grupos de ativistas emergiram em diversos países, contestando leis que criminalizavam relações homoafetivas.

Essa reticência mudou um pouco desde a década de 1960, época em que movimentos sociais associados a ideias contraculturais de amor livre desafiaram as atitudes existentes e romperam com as normas sexuais estabelecidas (Giddens, 2023 p .252).

O estopim para o movimento moderno foi a Revolta de Stonewall, em 1969, em Nova York. O estabelecimento era conhecido por ser um ponto de encontro para pessoas e grupos socialmente marginalizados, incluindo a comunidade gay. Naquela época, relações entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas crime no Estado de Nova York. No entanto, a polícia “fechava os olhos” para as atividades do bar, já que seus proprietários tinham conexões com a máfia de Nova York e pagavam propinas para manter o local funcionando.

Contudo, essa frágil relação iria mudar na madrugada do dia 28 de junho. Nesse dia, a polícia decidiu realizar uma operação no Stonewall Inn, que não possuía licença para vender bebidas alcoólicas. Os policiais prenderam funcionários sob a alegação de venda ilegal de álcool, mas o real motivo foi uma represália ao público que frequentava o local. Além disso, agrediram fisicamente frequentadores gays que estavam no local. Ao todo, treze pessoas foram presas, entre funcionários e clientes, durante a ação violenta da polícia naquela noite.

Primeira parada LGBTQIA+ de Nova York em 1970



Fonte: foto: Getty Images

No entanto, a multidão que presenciava a cena decidiu reagir e se revoltar com a situação, começando a revidar as agressões, atirando pedras, cadeiras, mesas e garrafas contra os policiais, o que desencadeou uma espécie de rebelião. Como consequência, o bar foi incendiado, e a multidão foi dispersa com jatos d'água usados pelos bombeiros, que foram chamados para controlar as chamas.

A Revolta de Stonewall não terminou naquela noite e desencadeou uma onda de protestos e manifestações na cidade, que exigiam a criação e o reconhecimento dos direitos da população gay. Nessas manifestações, frases como “Gay Power” e “Gay Pride” ganharam força, tornando-se símbolos de união e resistência da comunidade gay da época. A data de 28 de junho é hoje celebrada globalmente como o “Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+”.

Décadas depois da fatídica noite, o movimento gay se espalhou por vários países do mundo, lutando contra a criminalização da homossexualidade, pelos direitos de união civil, direito à adoção e o reconhecimento de vários outros direitos para pessoas da comunidade LGBTQIA+.

História dos direitos LGBT+

A história dos direitos LGBT+
Os principais eventos e documentos históricos que marcaram as conquistas dos direitos LGBT+, ao longo do tempo.

Ano	Evento / Documento	País / Detalhes
1797	A França se torna o primeiro país da Europa a descriminalizar a homossexualidade.	Mapa da França
1830	O Brasil se torna um dos primeiros países das Américas a descriminalizar a homossexualidade.	Mapa do Brasil
1951	Roberta Cowell é a primeira pessoa a permitir a mudança de redesignação de sexo no Reino Unido.	Mapa do Reino Unido
1969	Ocorre a Revolta de Stonewall, em que agressões policiais contra indivíduos LGBT+ em Nova York geraram uma reivindicação dos direitos LGBT+.	Cartaz do Gay Pride
1972	A Suécia se torna o primeiro país do mundo a permitir que pessoas trans mudem de gênero legalmente, oferecendo tratamento de redesignação de sexo de forma gratuita.	Mapa da Suécia
1973	A Associação Americana de Psiquiatria remove a homossexualidade da sua lista de doenças mentais nos Estados Unidos.	Mapa dos Estados Unidos
1985	O Conselho Federal de Medicina remove a homossexualidade da lista de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social no Brasil.	Mapa do Brasil
1990	A Organização Mundial de Saúde (OMS) retira a homossexualidade da Classificação Estatística Relacionados à Saúde (CID).	Logo da OMS
1996	A África do Sul se torna o primeiro país da África a proibir constitucionalmente a discriminação em razão da orientação sexual.	Mapa da África do Sul
2001	A Holanda entra para a história como o primeiro país do mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo gênero.	Mapa da Holanda
2006	Os Princípios de Yogyakarta são publicados, buscando a proteção da população LGBT+ global. É criado um dos mais importantes documentos internacionais sobre os direitos LGBT+.	Logo dos Princípios de Yogyakarta
2015	Israel passa a permitir a mudança de gênero em registros civis sem a necessidade de cirurgia para redesignação de sexo.	Mapa de Israel
2018	O Pentágono confirma a entrada da primeira pessoa trans no exército dos Estados Unidos.	Mapa dos Estados Unidos
2020	O Supremo Tribunal Federal (STF) autoriza a doação de sangue por homens homossexuais no Brasil, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5543.	Mapa do Brasil

Fontes: Government Offices of Sweden; History; University College London; Constitution Hill Trust; CINN; Biauretz; United Nations News; United Nations Free & Equal Portal STF; Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA); Washington Post; The Yogyakarta Principles; Conselho Federal de Medicina.

4. A LUTA LGBTQUIA+ NO BRASIL.

No Brasil, a história LGBTQIA+ seguiu um percurso de repressão e resistência. Durante a ditadura militar, pessoas LGBTQIA+ foram alvo de perseguição, prisões, agressões de policiais, censura e até morte. Nos anos 1970, movimentos como o Grupo Somos surgiram para articular a luta por direitos.

O movimento homossexual surge no Brasil definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento [...] A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978 (Facchini, 2003, p. 86).

O coletivo ativista Grupo Gay da Bahia (GGB) encabeçou uma mobilização na década de 1980, reivindicando a exclusão da terminologia "homossexualidade" como patologia na categorização do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). A iniciativa obteve resultados e, em 1985, o Conselho Federal de Medicina do Brasil concordou com a remoção. Posteriormente, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também eliminou a homossexualidade do seu catálogo de enfermidades, após mais de 50 anos.

A Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) endossou, no ano de 2008, a resolução AG/RES. 2435. Posteriormente, em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a mesma perspectiva, aprovando a Resolução 17/19. Nos anos 2000 e 2010, houve avanços significativos no Brasil. O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011 e, em 2019, criminalizou a LGBTfobia, equiparando-a ao racismo. Além disso, houve importantes vitórias para pessoas trans, como o direito de retificar o nome e o gênero nos documentos sem a necessidade de cirurgia.

5. DESAFIOS ATUAIS E O FUTURO.

Apesar dos avanços, os desafios persistem. A violência contra pessoas LGBTQIA+ ainda é uma realidade preocupante, especialmente no Brasil, que lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans. De acordo com o último relatório intitulado dados da LGBTfobia no Brasil, produzido pelo Observatório de Mortes e Violências

LGBTI+ no Brasil, no ano de 2023, foram registradas 230 mortes violentas associadas ao público LGBTQIA+.

Sem comentar sobre as políticas conservadoras que ameaçam tirar ou reformular direitos já conquistados, bandeira levantada por grupos ligados à direita em nosso país, que utilizam Fake News, pesquisas científicas duvidosas, releituras religiosas e a disseminação do medo e do ódio contra essa população. Por exemplo, pensando na educação, temos as questões da "Ideologia de Gênero", "Kit Gay", "Mamadeira de Piroca" etc., que foram criadas e difundidas para a população nas últimas décadas.

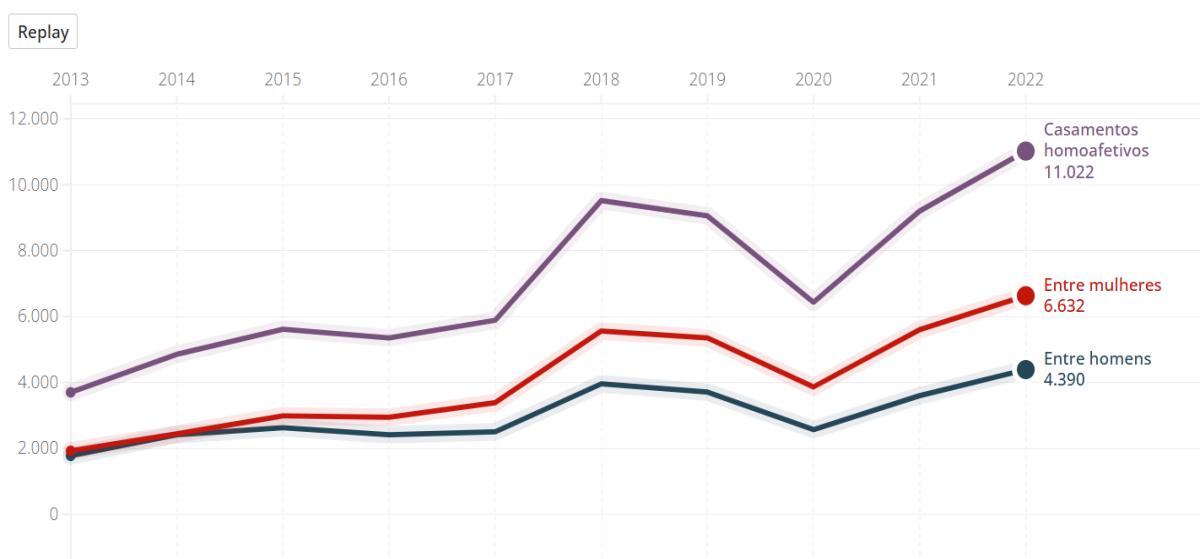
A luta segue por uma educação inclusiva, pelo acesso à saúde e pelo reconhecimento de identidades de gênero e orientações sexuais sem preconceitos. O fortalecimento do movimento LGBTQIA+ e sua interseccionalidade com outras lutas sociais são essenciais para um futuro mais igualitário.

6. SAIU NA MÍDIA.

Casamentos LGBT crescem mais que héteros e batem recorde de 11 mil registros em 2022; total geral foi de 970 mil, segundo IBGE. Dados foram divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira (27) e não levam em consideração uniões estáveis.

Por [Marina Pinhoni, g1](#)

Número de casamentos homoafetivos bate recorde em 2022
União entre pessoas do mesmo sexo cresceu cinco vezes mais que o total geral



Fonte: IBGE

O número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo cresceu 20% em 2022 na comparação com 2021, cinco vezes o crescimento registrado entre as de sexo oposto (alta de 4%), segundo dados do Registro Civil divulgados pelo IBGE nesta quarta-feira (27). O levantamento considera apenas os casamentos civis registrados em cartório, e não as uniões estáveis.

Foram 11 mil registros de casamentos homoafetivos em 2022, maior valor desde 2013, quando uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) garantiu o direito à população LGBTQIA+ ao casamento civil. Essas uniões representaram 1,1% do total de casamentos registrados em 2022.

Houve crescimento em todas as regiões do país. A maior alta foi registrada no Norte (32,8%), seguido de Sudeste (23,9%) e Sul (19,5%). Os casais entre mulheres representam 60% do total dos homoafetivos.

O número total de casamentos subiu 4% no país, de 932.502 para 970.041, ainda abaixo da média anual registrada antes da pandemia, de 1 milhão entre os anos de 2015 e 2019, e que vinha em queda até 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/27/ibge-registro-casamento-divorcio-2022.ghtml> acessado em 04 de março de 2025.

6.1. Outras Reportagens.

BBC Brasil. **50 anos de Stonewall: saiba o que foi a revolta que deu origem ao dia do orgulho LGBT.** BBC News Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>> acessado em: 01 de mar de 2025.

Brasil de Fato. **Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo.** 2022. <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo/> . acessado em: 10 de mar de 2025.

7. SUGESTÕES DE LEITURA.

7.1 Livros:

"A invenção da heterossexualidade" - Jonathan Ned Katz - A obra demonstra de que forma o meio social estabeleceu um padrão de comportamento que rotula os indivíduos homossexuais como desviantes e os heterossexuais como adequados.

"Devassos no Paraíso" de João Silvério Trevisan – Reconhecido como um marco, "Devassos no Paraíso" permaneceu e permanece relevante ao longo dos anos, promovendo diálogos profundos com o movimento LGBTQIA+ e inspirando tanto iniciativas libertadoras quanto estudos acadêmicos sobre identidade de gênero e diversidade sexual.

"O livro da história LGBTQIAPN+" de vários autores - A obra apresenta análises acessíveis e objetivas sobre os principais fatos históricos e transformações culturais do movimento que abrange indivíduos homossexuais, transgêneros e queer. Recheado de trechos impactantes e recursos visuais didáticos que desconstroem preconceitos e falsos conceitos, o volume resgata narrativas frequentemente apagadas ou silenciadas, além de abordar acontecimentos e conceitos fundamentais para a história e identidade LGBTQIA+.

"Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias" de Renan Quinalha - Em uma era marcada por regimes autoritários e retrocessos nos costumes, nada mais poderoso que o passado para iluminar e motivar as lutas atuais. Nesta obra, o escritor combina rigor acadêmico e clareza narrativa, apresentando análises históricas e debates teóricos de forma didática, sem renunciar ao pensamento crítico, para alcançar tanto leitores especializados quanto o público geral engajado com as causas LGBTQIA+.

7.2 Artigos Acadêmicos.

"Gênero, sexualidade e educação" uma perspectiva pós-estruturalista". - Guacira Lopes Louro. Disponível em:

<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-quacira-lopes-louro.pdf>

"Homossexualidade e Direitos Humanos" de Maria Berenice Dias. Disponível em:
<https://berenicedias.com.br/direitos-humanos-e-homoafetividade/?print=pdf>

"Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico" de Regina Facchini. Disponível em:
https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf

8. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.

8.1 Filmes:

"Milk: A Voz da Igualdade" (2008) - Início dos anos 70. Harvey Milk (Sean Penn) é um nova-iorquino que, para mudar de vida, decidiu morar com seu namorado Scott (James Franco) em San Francisco, onde abriram uma pequena loja de revelação fotográfica. Disposto a enfrentar a violência e o preconceito da época, Milk busca direitos iguais e oportunidades para todos, sem discriminação sexual. Com a colaboração de amigos e voluntários (não necessariamente homossexuais), Milk entra numa intensa batalha política e consegue ser eleito para o Quadro de Supervisor da cidade de San Francisco em 1977, tornando-se o primeiro gay assumido a alcançar um cargo público de importância nos Estados Unidos.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-130781/>

"Tomboy" (2011) - Laure (Zoé Héran) é uma garota de 10 anos, que vive com os pais e a irmã caçula, Jeanne (Malonn Lévana). A família se mudou há pouco tempo e, com isso, não conhece os vizinhos. Um dia Laure resolve ir na rua e conhece Lisa (Jeanne Disson), que a confunde com um menino. Laure, que usa cabelo curto e gosta de vestir roupas masculinas, aceita a confusão e lhe diz que seu nome é Mickaël. A partir de então ela leva uma vida dupla, já que seus pais não sabem de sua falsa identidade.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-188840/>

"Hoje Eu Quero Voltar Sozinho" (2014) - Leonardo (Ghilherme Lobo), um adolescente cego, tenta lidar com a mãe superprotetora ao mesmo tempo em que busca sua independência. Quando Gabriel (Fabio Audi) chega na cidade, novos sentimentos começam a surgir em Leonardo, fazendo com que ele descubra mais sobre si mesmo e sua sexualidade.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-224664/>

8.2 Documentários:

"Carta para Além dos Muros" (2019) – A trajetória histórica do vírus HIV e da AIDS no imaginário brasileiro, desde a epidemia que tomou o mundo e deixou milhares de vítimas nas décadas de 1980 e 1990, até os dias atuais. Através de entrevistas com médicos, pessoas que vivem com o vírus, ministros, personalidades e representantes de movimentos conscientizadores sobre a epidemia, o diretor André Canto propõe uma reflexão sobre a evolução dos tratamentos e os desafios e estigmas ainda enfrentados por portadores de HIV.

Fonte: <https://descolonizafilmes.com/carta-para-alem-dos-muros/>

"Meu Nome é Jacque" (2016) – A diversidade da narrada através de um olhar sobre a história e a vida de Jacqueline Rocha Côrtes, uma mulher transsexual portadora do vírus da aids, que precisou e que ainda precisa superar grandes obstáculos para viver sua vida da melhor forma possível, quebrando paradigmas e derrubando preconceitos.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-244737/>

"Divinas Divas" (2017) – Rogéria, Valéria, Jane Di Castro, Camille K, Fujika de Holliday, Eloína dos Leopoldos, Marquesa e Brigitte de Búzios formaram, na década de 1970, o grupo que testemunhou o auge de uma Cinelândia repleta de cinemas e teatros. O documentário acompanha o reencontro das artistas para a montagem de um espetáculo, trazendo para a cena as histórias e memórias de uma geração que revolucionou o comportamento sexual e desafiou a moral de uma época.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-238766/>

8.3 Séries

"3%" (2016 – 2020). Em um futuro pós-apocalíptico não muito distante, o planeta é um lugar devastado. O Continente é uma região do Brasil miserável, decadente e escassa de recursos. Aos 20 anos de idade, todo cidadão recebe a chance de passar pelo Processo, uma rigorosa seleção de provas físicas, morais e psicológicas que oferece a chance de ascender ao Mar Alto, uma região onde tudo é abundante e as

oportunidades de vida são extensas. Entretanto, somente 3% dos inscritos chegarão até lá. Série brasileira que inclui personagens LGBTQIA+ em seu elenco.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-19610/>

“Euphoria” (2019) - Em Euphoria, Rue Bennett (Zendaya) é uma jovem de 17 anos que acaba de sair da clínica de reabilitação após ter uma overdose. Rue sofre com transtornos mentais desde criança, o que a fez entrar em contato com drogas ainda no início da adolescência. Ela tenta agora se adaptar a uma vida "limpa" e volta a frequentar a escola. Mas, assim como ela, os demais alunos do ensino médio enfrentam seus próprios desafios, envolvendo sexo, drogas, amizades, relacionamentos amorosos, conflitos familiares, redes sociais e violência. À medida que luta contra a dependência química, Rue precisa lidar com todos os traumas e segredos da adolescência. Ela encontra apoio em uma nova amiga, Jules (Hunter Schafer), uma adolescente transgênero que acabou de se mudar para a cidade com o pai. A princípio, Jules tem suas próprias questões para lidar, porém, aos poucos, essa amizade vai se transformando em um intenso interesse amoroso.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-22215/>

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: **as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em:<https://educacaointegral.org.br/materiais/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acessado em 25 fev. 2025

Comissão especial de diversidade sexual no conselho federal da OAB. **Nota técnica sobre o uso do nome social em escolas e universidades.** Brasília, 27 de set. 2023. Disponível em:
https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf. Acessado em 25 fev. 2025.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Homossexualidade e Direitos Humanos"** de Maria Berenice Dias, 2023. disponível em: {hy7DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023. Disponível em:
https://observatoriomortesviolenciaslgbtbrasil.org/doacao/ong-lgbt/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwzMi_BhACEiwAX4YZUFD6KNNnMGqL0bGGR7YIviq-lkg_mAn5nbmuBhQdjlk4tl1-hf4dDBoCtjoQAvD_BwE. Acessado em 15 mar. 2025.

FACCHINI, R. “**Sopa de Letrinhas?**”. Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha Pereira. **A Sexualidade Vista pelos Tribunais.** Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

A.2. Guia temático: Representação de Gênero e Sexualidade na Mídia.



Desenvolvido pelo mestre em Sociologia Sandro José Gomes Coelho Filho.

2025

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS	133
2. REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA MÍDIA	134
2. 1. Representação tradicional do Gênero	134
2. 2. Evolução das representações Femininas.....	134
2. 3. Representação Masculina e a Crise da Masculinidade.....	135
3. REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE NA MÍDIA	136
3.1. Heteronormatividade e a Invisibilidade LGBTQUIA+.....	136
3.2. A diversificação das representações LGBTQUIA+.....	137
4. IMPACTOS DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA MÍDIA	137
4.1. Influência na formação de identidades.....	137
5. DESAFIOS E CRÍTICAS	139
5. 1. Apropriação e Exploração.....	139
6. AVANÇOS E PERSPECTIVAS FUTURAS: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS E DA MÍDIA INDEPENDENTE	141
7. SAIU NA MÍDIA	142
7.1 Outras Reportagens.....	144
8. SUGESTÕES DE LEITURA	145
8.1 Livros.....	145
8.2 Artigos Acadêmicos.....	145
9. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS	150
	131

9.1 Filmes.....	146
9.2 Documentários.....	146
9.3 Séries.....	147
REFERÊNCIAS	148

1. PRIMEIRAS PALAVRAS.

Aparelhos tecnológicos.

A mídia, nas últimas décadas, tem se tornado um espelho da sociedade, influenciando e sendo influenciada, e assumindo o papel de agente ativo na construção de múltiplas realidades sociais. Ela não apenas reflete as normas e os valores de uma cultura, mas também os reforça, os questiona e, em alguns casos, os transforma. A representação de gênero e sexualidade na mídia é, portanto, um campo de batalha em que ideologias, identidades e relações de poder são impostos, negociados e contestados.

A mídia exerce um papel fundamental na construção de significados culturais, políticos e sociais. A representação de gênero e sexualidade nesse universo

Símbolos de Várias Redes Sociais.
é um tema complexo e multifacetado, que tem ganhado cada vez mais atenção. A mídia, em suas diversas formas como o cinema, a televisão, a publicidade, a internet, a música, os jogos eletrônicos, as redes sociais, entre outras, desempenha um papel crucial na formação de percepções, preconceitos, atitudes, valores e normas em relação à vida em sociedade, especialmente no que diz respeito ao gênero e à sexualidade.



Fonte: <https://www.emarket.ppg.br/midia-social-para-empresas-por-que-nos-simplesmente-nao-a-entendemos/>

busca explorar como a mídia tem retratado essas questões, os impactos dessas representações, bem como os desafios e os avanços observados ao longo do tempo, especialmente para a comunidade LGBTQIA+.



Fonte: <https://neilpatel.com/br/blog/midia-digital/>

2. REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA MÍDIA.

2. 1. Representação Tradicional de Gênero.

Historicamente, a mídia tem perpetuado estereótipos de gênero que reforçam papéis tradicionais. No caso da figura feminina, as mulheres são frequentemente retratadas como cuidadoras, emocionais, submissas, sexualizadas ou centradas na aparência física. Já os homens, por outro lado, são representados como fortes, racionais, dominantes, conquistadores e provedores. De acordo com Darde:

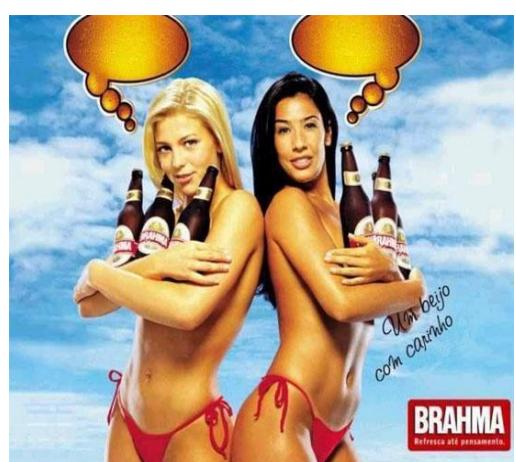
O conjunto de informações gerado na sociedade é trabalhado pelos meios de comunicação, que organizam esse conteúdo de acordo com um conjunto próprio de estratégias comunicativas. Ao definir essas estratégias, a mídia cria e reforça representações do discurso social hegemônico (2008, p.224).

Esses estereótipos são evidentes em diversos gêneros midiáticos. Em filmes e séries de televisão, por exemplo, personagens femininas, muitas vezes, ocupam papéis secundários, servindo como interesse romântico ou como apoio ao protagonista masculino. Na publicidade, as mulheres são frequentemente objetificadas, sendo utilizadas como símbolos de beleza e desejo para a promoção de produtos.

2. 2. A Evolução das Representações Femininas.

A mídia tem sido um espelho dos grupos sociais e de suas normas, que, em muitos casos, reforçam estereótipos de gênero ou sexistas. Como citado anteriormente, as mulheres são frequentemente retratadas de maneira hiper sexualizadas e objetificadas em comerciais, videoclipes, novelas, seriados e filmes. Além disso, características como fragilidade, irracionalidade e emoção são comumente associadas ao feminino, enquanto agressividade, racionalidade e domínio são atribuídos ao masculino.

Propaganda de cerveja, anos 90.



Fonte:
<http://www.allbeers.com.br/2010/08/cerveja-mulheres-essa-combinacao.html>

Não é necessário fazer extensos levantamentos para perceber que as imagens com modelos de mulheres predominam na publicidade brasileira. Mas esse setor de serviços vai além de propagar corpos esculturais, a maioria de cor clara, e que exalam uma juventude, por vezes, infantil (Beleli, 2007, p.194).

Nas últimas décadas, houve uma evolução significativa na representação das mulheres na mídia, graças ao surgimento de movimentos sociais que lutam por uma ressignificação do papel da mulher, como os movimentos feministas, que têm pressionado por mudanças sociais e por representações mais diversas e complexas. Com isso, personagens femininas fortes e independentes têm ganhado destaque em filmes, séries e jogos eletrônicos, como por exemplo no filme Mulher Rei.

Filme: Mulher Rei.



Fonte:<https://www.termometrooscars.com/cinema-eacute-tudo-isso---blog/a-mulher-rei-leva-tres-premios-incluindo-melhor-filme-no-black-film-critics-circle-awards-2022>

A representação dos homens na mídia também tem passado por transformações. Tradicionalmente, a mídia reforçava uma imagem de masculinidade tóxica, em que os homens eram retratados como emocionalmente distantes, agressivos e dominantes. No entanto, há uma crescente conscientização sobre os danos causados por essa representação limitada e prejudicial. Para Beleli (2007, p. 21) a diferença

Com isso, campanhas publicitárias e produções audiovisuais passaram a incluir representações mais diversas e realistas de mulheres e homens, apresentando personagens femininas fortes e independentes, bem como figuras masculinas que expressam vulnerabilidade e emoções de forma mais aberta.

2. 3. Representação Masculina e a Crise da Masculinidade.

Homem dando flores a uma mulher



Fonte:<https://www.guiadasemana.com.br/comportamento/noticia/8-motivos-para-namorar-um-homem-sensivel>

sexual revela atributos de gênero. Beleza e força são definidoras de feminilidades e masculinidades na publicidade desde o século XIX.

Apesar de ainda ocorrer de forma tímida, já existem filmes, séries, novelas, entre outras produções, que apresentam personagens masculinos que desafiam as normas tradicionais de gênero, mostrando homens sensíveis, dóceis, vulneráveis e emocionalmente disponíveis. Essas representações são importantes para a desconstrução da masculinidade tóxica e para a promoção de uma visão mais saudável e diversa da masculinidade.

3. REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE NA MÍDIA.

3. 1. Heteronormatividade e a Invisibilidade LGBTQIA+

A comunidade LGBTQIA+ enfrentou décadas de invisibilidade ou representação negativa na mídia. Em filmes e séries, personagens gay ou lésbica eram frequentemente retratados como vilões, caricaturas cômicas ou indivíduos trágicos. Durante muito tempo, a narrativa predominante reforçou a ideia de que ser LGBTQIA+ estava associado à solidão, ao sofrimento, ao humor, à sexualidade descontrolada e à marginalização.

As poucas referências às práticas sexuais não convencionais na mídia brasileira são pautadas pelo impacto e ambiguidade atravessados pelo humor; a “identificação” é produzida na ideia que achincalha os sujeitos que mostram indícios de, ou simpatizam com a, indefinição (Beleli, 2007, p. 207).

Percebe-se que a mídia tradicional era dominada por uma perspectiva heteronormativa, na qual a heteronormatividade é apresentada como a norma, e outras orientações sexuais são marginalizadas, perseguidas, excluídas ou invisibilizadas. Personagens LGBTQIA+ eram raros e, quando presentes, frequentemente estereotipados ou retratados de maneira negativa ou cômica.

Essa perspectiva naturalizante dos sujeitos e dos comportamentos sociais por parte da mídia é o eixo que norteia a construção de sentidos sobre a representação das relações de gênero e sexualidade na sociedade contemporânea. Mais do que isso, ela se funda num padrão normativo ocidental hegemônico – a heteronormatividade – que, além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos socioafetivos e familiares, à sexualidade e às relações de poder (Darde, 2008, p.224).

Personagem Clô, da novela Fina Estampa.



Fonte:
<https://www.nsctotal.com.br/noticias/apos-sucesso-da-novela-fina-estampa-filme-sobre-o-mordomo-cro-estreia-nesta-sexta-nos>

3.2. A Diversificação das Representações LGBTQIA+

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na diversidade e na complexidade das representações LGBTQIA+ na mídia. Essas representações não apenas refletem a diversidade da experiência humana, como também contribuem para a normalização e a aceitação de diferentes orientações sexuais. Apesar dos avanços, algumas identidades性uais ainda são pouco representadas. Por exemplo, a assexualidade raramente é retratada

e, quando o é, muitas vezes, é mal compreendida ou estereotipada.

4. IMPACTOS DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUAL NA MÍDIA.

4. 1. Influência na Formação de Identidade.

A rapidez com que novas tecnologias surgem tem permitido o aparecimento de outras instituições culturais que, direta ou indiretamente, contribuem para a educação e ajudam na formação das identidades de crianças, adolescentes e adultos. Nesse contexto, a mídia transformou-se, nas últimas décadas, em uma importante fonte de produção de conhecimento.

A mídia desempenha um papel importante na formação das identidades de gênero e de sexualidade, especialmente entre os jovens. Representações positivas e diversas podem ajudar os indivíduos a se sentirem vistos, validados e aceitos. Por outro lado, representações negativas ou estereotipadas podem contribuir para a internalização de normas prejudiciais e para a marginalização de identidades não normativas.

A grande participação das diversas manifestações midiáticas nas experiências dos sujeitos contribui tanto para a configuração e o reforço de saberes, quadros morais, estereótipos, opiniões, entre outros; como para a sua própria transformação e atualização, em uma relação de mutualidade. O dispositivo constitui, assim, uma ambiente que estabelece disposições para o agir por meio da rede que o constitui (Zellir, 2023, p. 07).

As mensagens transmitidas pela mídia geram fortes efeitos de verdade, que podem influenciar de maneira significativa a formação das identidades dos indivíduos. Dessa forma, a mídia pode ser vista como um ambiente educativo, já que produz e dissemina conhecimentos sobre a vida, o mundo ao nosso redor, como devemos ser ou agir e, até mesmo, sobre nossas preferências e gostos.

A forma como o gênero e a sexualidade são retratados na mídia tem impacto direto na formação das identidades e na percepção social. Os jovens, em especial, são influenciados pelas imagens e pelos discursos que consomem, o que pode reforçar padrões excludentes ou contribuir para a aceitação da diversidade.

Entendemos que parcela do conteúdo veiculado pelas mídias, sejam elas tradicionais ou plataforma, se volta ao papel pedagógico-normativo de mostrar quais são os modos adequados de ser mulher e de ser homem (como se houvesse apenas essas duas opções); e, por outro lado, quais as sanções que podemos esperar ao desviar de tais modos (Zellir, 2023, p.09).

A representação positiva de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais pode contribuir para a redução do preconceito, promovendo maior inclusão e respeito. Por outro lado, a perpetuação de estereótipos negativos pode reforçar a discriminação e a desigualdade.

A mídia tem o poder de reforçar normas sociais existentes, perpetuando estereótipos e desigualdades de gênero. A objetificação das mulheres, a glorificação da violência masculina, valorização da família tradicional e a marginalização de identidades LGBTQIA+ são exemplos de como a mídia pode contribuir para a manutenção de sistemas opressivos.

Múltiplas Identidades.



É a partir desse quadro que faz sentido para pensarmos a mídia como agente pedagógico na rede de práticas que compõe o dispositivo da sexualidade. A mídia nos aponta cotidianamente, desde a infância, as regulações do gênero e da sexualidade, indicando punições e recompensas, e segue o fazendo na vida adulta. As relações afetivo-sexuais e a configuração familiar são algumas das temáticas comuns para as quais coerções e recompensas são repetidamente exibidas nas mídias, compondo o processo de produção da sexualidade e do gênero (Zellir, 2023, p.15).

No entanto, a mídia também tem o potencial de desafiar e transformar normas sociais. Representações progressistas e diversas podem promover a aceitação, a empatia e a compreensão. Campanhas publicitárias, filmes e séries que celebram a diversidade de gênero e sexualidade têm o poder de influenciar atitudes e comportamentos, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

5. DESAFIOS E CRÍTICAS.

5. 1. Apropriação e Exploração.

Uma crítica comum é a apropriação e a exploração de identidades marginalizadas para ganho comercial. A mídia, muitas vezes, capitaliza sobre tendências e movimentos sociais, sem se comprometer verdadeiramente com uma representação autêntica e respeitosa. Isso pode resultar em retratações distorcidas e prejudiciais, que reforçam estereótipos e marginalizam ainda mais as comunidades representadas.

Propaganda da Volkswagen sobre diversidade que virou motivo de preconceito.



Fonte:
<https://autopapo.com.br/curta/propaganda-volkswagen-polo-viraliza/>

A exploração de identidades marginalizadas para ganho comercial é um fenômeno cada vez mais evidente no mundo contemporâneo, especialmente, num contexto globalizado, no qual o consumo e a imagem são centrais para a economia.

Empresas, marcas e até mesmo indivíduos, frequentemente, apropriam-se de narrativas, símbolos e estéticas de grupos marginalizados como comunidades racializadas, LGBTQIA+, povos indígenas e outras minorias sociais para lucrar, sem necessariamente contribuir para a transformação das condições de vida desses grupos.

Essa prática, muitas vezes, disfarçada de "celebração da diversidade", revela uma contradição profunda: enquanto as identidades marginalizadas são comoditizadas, as estruturas de opressão que as afetam permanecem intocadas.

Embora baseados em pesquisas que 'supostamente' mapeiam os desejos dos consumidores, menos do que descrever a 'realidade', além da

marca/logo, os chamados às identificações na publicidade brasileira parecem mais um projeto que informa ao consumidor quem ele é. As justaposições às marcas/logos ‘vendem’, além dos produtos, formas de alcançar a ‘felicidade’ e, no geral, remetem ao assujeitamento a padrões socialmente aceitos (Beleli, 2007, p. 212).

A exploração de identidades marginalizadas para ganho comercial também reforça estereótipos e perpetua desigualdades. Ao reduzir culturas e experiências complexas a produtos ou imagens simplificadas, as empresas contribuem para a manutenção de visões distorcidas e limitadas sobre esses grupos. Por exemplo, a representação de pessoas negras ou indígenas em campanhas publicitárias, muitas vezes, é feita de maneira superficial, com foco em aspectos estéticos ou exóticos, sem abordar as questões estruturais que afetam essas comunidades, como o racismo e a violência.

“Povos Originários” em propagandas



Fonte:
[Https://laiszinha.medium.com/representatividade](https://laiszinha.medium.com/representatividade)

Mediada pelas próprias concepções dos formuladores de uma campanha, a evocação da diferença é pautada por valorizações de determinados corpos, situações e eventos, criando estereótipos. Diferença é entendida aqui como “a designação do *outro*, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada) (Beleli, 2007, p.194).

Em última análise, a exploração de identidades marginalizadas para ganho comercial não é apenas uma questão ética, mas também um reflexo das desigualdades estruturais que permeiam nossa sociedade.

Enquanto as vozes e as histórias desses grupos forem utilizadas como ferramentas de lucro, sem que haja uma transformação real em suas condições de vida, estaremos perpetuando um ciclo de opressão e injustiça. É preciso reconhecer o valor intrínseco dessas identidades e lutar por um mundo em que a diversidade seja celebrada, não explorada.

6. AVANÇOS E PERSPECTIVAS FUTURAS: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS E DA MÍDIA INDEPENDENTE.

Na era da informação, as redes sociais e a mídia emergiram como pilares na construção e disseminação do conhecimento, na formação de opiniões e na mobilização social. Ambos os fenômenos, embora distintos em sua natureza, desempenham papéis complementares e, por vezes, disruptivos no cenário midiático tradicional. As redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram e TikTok, transformaram a maneira como as pessoas consomem e compartilham informações.

O Papel das Redes Sociais na formação da Opinião Pública.



Fonte: <https://blogfca.pucminas.br/papel-das-redes-sociais-na-formacao-da-opiniao-publica/>

Elas permitem que indivíduos comuns se tornem produtores de conteúdo, rompendo com a hierarquia tradicional dos meios de comunicação. No entanto, essa liberdade também traz desafios, como a disseminação de desinformação, a polarização política e a formação de bolhas ideológicas, nas quais os usuários são expostos apenas a conteúdos que reforçam suas crenças pré-existentes.

Olhar para a mídia como dispositivo significa vê-la como parte de uma rede de práticas composta por outros tantos atores, instituições, materialidades e imaterialidades que possuem um resultado estratégico esperado e se mantêm em constante atualização, vinculando-se ao contexto sócio-histórico. A mídia, portanto, constitui as próprias relações sociais, mas também é constituída por elas, é atravessada pelas tensões e reveladora dessas mesmas tensões. É a relação entre práticas sociais, materialidades, discursos e sujeitos que uma análise disposicional da mídia permite examinar (Ziller, 2023, p. 07).

No entanto, essa relação não está isenta de contradições. A dependência das redes sociais como principal meio de distribuição de conteúdo coloca a mídia independente em uma posição vulnerável. Algoritmos que priorizam o engajamento podem favorecer conteúdos sensacionalistas em detrimento de reportagens investigativas. Além disso, a monetização do conteúdo digital, muitas vezes, obriga veículos independentes a adotar estratégias que podem comprometer sua independência editorial.

Em um mundo cada vez mais conectado, o papel das redes sociais e da mídia independente é dual: trata-se de ferramentas de empoderamento e transformação, mas também de campos de batalha onde se disputam a verdade e a credibilidade.

A mídia não é um vilão que nos manipula, inserindo em nossas mentes as normas que serão aceitas passivamente, mas é formada pelas relações sociais ao mesmo tempo em que as compõe. Nesse sentido, há produções midiáticas sobre modos de vida normativos e dissidentes. Entretanto, boa parte das resistências com frequência se restringe a um público específico, de circulação limitada, enquanto os ideais cis heteronormativos estão na TV aberta, nas músicas mais tocadas, nos filmes que tomam as salas de cinema e séries com altos índices de audiência, nos (per)seguem por toda a vida, desde a infância, sem cessar (Ziller, 2023, p. 21).

Para que cumpram seu potencial democrático, é essencial que os usuários desenvolvam senso crítico e que haja regulamentações que garantam a transparência e a responsabilidade dessas plataformas. A coexistência saudável entre redes sociais e mídia independente pode, assim, fortalecer a democracia e promover uma sociedade mais informada e engajada.

7. SAIU NA MÍDIA.

Globo esnoba Parada Gay, mas promove os LGBTQIA+ nas novelas: Emissora é a que dá mais visibilidade à diversidade sexual na TV brasileira.

Por Jeff Benício, Terra.

Figura 19: Elis Miranda (Silvero Pereira), a travesti de 'A Força do Querer'



Fonte: A ficção usada para representar a cruel realidade dos LGBT+ no Brasil. Foto: Raquel Cunha/TV Globo

A 22ª edição da Parada Gay de São Paulo, com o tema ‘Eleições: Poder para LGBT+, Nossa Voto, Nossa Voz’, atraiu milhares de pessoas à Avenida Paulista e lotou o entorno da Praça da República, no centro, no domingo (3). Emissora líder em audiência, a Globo costuma ter atuação tímida na cobertura do gigantesco evento. Restringe-se a exibir matérias burocráticas nos telejornais, sem aprofundamento das reivindicações do movimento tampouco da realidade violenta que faz do Brasil o País onde mais se mata gays, lésbicas, travestis e transexuais (uma morte a cada 19 horas).

Já no campo da ficção, a emissora da família Marinho pode ser considerada uma importante apoiadora da causa. É comum ver personagens não-heterossexuais em suas novelas e séries. A teledramaturgia global ousa ao mostrar a diversidade sexual que a sociedade em geral ainda finge não existir para, assim, não ter que aceitar. Em ‘Amor à Vida’ (2015), houve casal gay – Félix (Mateus Solano) e Niko (Thiago Fragoso) – com direito a final feliz com beijo na boca. Uma versão lésbica com o mesmo desfecho foi mostrada no folhetim ‘Em Família’, de 2014, com Clara (Giovanna Antonelli) e Marina (Tainá Müller). ‘A Força do Querer’ (2017) fez os brasileiros entenderem melhor a transexualidade por meio da transição física vivida por Ivana/Ivan (Carol Duarte). Na mesma trama havia a travesti Elis Miranda, papel de Silvero Pereira. Em seus discursos didáticos, a personagem evidenciava a diferença entre o travestismo e a condição de transexual.

O amor entre mulheres na terceira idade gerou polêmica logo no primeiro capítulo de ‘Babilônia’ (2015), quando Tereza (Fernanda Montenegro) e Stella (Nathália Timberg) deram um selinho. A rejeição ao amor das octogenárias foi apontada como principal causa do fracasso da novela. Um exagero, obviamente. Na ocasião, os debates inflamados entre conservadores e liberais, especialmente nas redes sociais, serviram para escancarar o preconceito e, dessa maneira, o tornar mais visível para ser combatido. No momento, o lesbianismo volta ao horário nobre da Globo com o romance secreto da policial Maura (Nanda Costa) com a dona de casa Selma (Carol Fazu) em ‘Segundo Sol’.

A teledramaturgia da Globo já mostrou também a barbárie contra os LGBT+. Em 2011, o jovem Gilvan (Miguel Roncato) foi brutalmente espancado até a

morte pela gangue de pitboys liderada pelo homofóbico Vinícius (Thiago Martins) em ‘Insensato Coração’. Esses poucos exemplos fazem parte de uma galeria com dezenas de outros personagens LGBT+ apresentados na teledramaturgia da emissora carioca desde o primeiro deles, o costureiro Rodolfo Augusto (Ary Fontoura) na novela ‘Assim na Terra como no Céu’, em 1970.

Em quase 50 anos, a Globo produziu mais de 60 novelas com tipos fora da heteronormatividade. Tornou-se uma vitrine relevante para conscientizar a população a respeito da diversidade sexual flagrada em qualquer esquina do País. Se peca ao não fazer uma abordagem jornalística consistente sobre os dramas e as necessidades da numerosa população LGBT+ brasileira, a Globo se destaca em relação às concorrentes ao usar sua produção de ficção para dar cara e voz às pessoas com orientações sexuais variadas.

Disponível em: [https://www.terra.com.br/diversao/tv/globo-esnoba-parada-gay-mas-promove-os-lgbt-nas-novelas.e3f31195e792a653c8ff659f9d34da47pj8iuku.html#:~:text=Emissora%20%C3%A9%20a%20que%20d%C3%A1%20mais%20visibilidade%20%C3%A0%20diversidade%20sexual%20na%20TV%20brasileira&text=A%2022%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Parada,%2C%20no%20domingo%20\(3\).](https://www.terra.com.br/diversao/tv/globo-esnoba-parada-gay-mas-promove-os-lgbt-nas-novelas.e3f31195e792a653c8ff659f9d34da47pj8iuku.html#:~:text=Emissora%20%C3%A9%20a%20que%20d%C3%A1%20mais%20visibilidade%20%C3%A0%20diversidade%20sexual%20na%20TV%20brasileira&text=A%2022%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20da%20Parada,%2C%20no%20domingo%20(3).)

7.1. Outras Reportagens

"Representação de LGBTs na mídia: entre o silêncio e o estereótipo". Revista CartaCapital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/representacao-de-lgbts-na-midia-entre-o-silencio-e-o-estereotipo/>

"Estudo expõe a pouca representatividade de mulheres na mídia" – Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/03/06/estudo-expoe-a-pouca-representatividade-de-mulheres-na-midia.ghtml>

"A TV aberta e a diversidade sexual" – TV Crítica. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/noticias/2010/01/20/tv-critica-a-tv-aberta-e-a-diversidade-sexual-27699.php>

8. SUGESTÕES DE LEITURA.

8.1 Livros:

"História da Sexualidade: A vontade de saber (Vol.01)" - Michel Foucault. O livro demonstra que a sexualidade não foi suprimida com o surgimento da sociedade moderna. Entre outras coisas, afirma que, a partir do século XVIII, com maior ênfase no século XIX, o sexo foi estimulado a se expressar através dos discursos e por um desejo de conhecimento sobre a sexualidade, integrando-se às táticas de dominação dos sujeitos e das sociedades.

"Gênero, Sexualidade e Educação" - Guacira Lopes Louro. Esta obra é muito interessante para quem está iniciando os estudos sobre gênero, sexualidade e educação, pois traz ideias e abordagens contemporâneas. Analisa as interseções entre gênero, sexualidade, estruturas de poder, etnia, condição social, construção de identidade e subjetividade, e seus impactos nas metodologias pedagógicas vigentes.

"Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade" Judith Butler. Com uma abordagem inovadora, a autora nos leva a questionar a relação entre sexo e gênero sob novas perspectivas e dinâmicas sociais, refletindo sobre questões fundamentais, tais: como se define ser homem ou ser mulher? Quais os processos que constroem a masculinidade e a feminilidade? Problemas cuja exploração revelaria a diversidade de sexualidades, cada vez mais evidentes no mundo atual.

8.2 Artigos Acadêmicos:

"Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia" - Jane Felipe. Disponível em: www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br

"O PAPEL PEDAGÓGICO DA MÍDIA NO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE" - Joana Ziller, Dayane do Carmo Barretos, Kellen Xavier. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14392>

"REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA MÍDIA: UM ESTUDO SOBRE A IMAGEM DE HOMENS E MULHERES EM JORNais E REVISTAS SEGMENTADAS" - Paula Melani Rocha, Karina Janz Woitowicz. Disponível em: [Http://www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO REPRESENTACOES DE GENERO NA MIDIA.pdf](http://www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO REPRESENTACOES DE GENERO NA MIDIA.pdf)

A construção de sentidos sobre a Homossexualidade na mídia brasileira -

Vicente William da Silva Darde. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6134698.pdf>

Corpo e identidade na propaganda - Iara Beleli. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/nPT6zypmvrXB44bSR5ydC5v/abstract/?lang=pt>

9. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.

9.1 Filmes

"A Garota Dinamarquesa" (2016). Cinebiografia de Lili Elbe (Eddie Redmayne), que nasceu Einar Mogens Wegener e foi a primeira pessoa a se submeter a uma cirurgia de mudança de gênero. Em foco o relacionamento amoroso do pintor dinamarquês com Gerda (Alicia Vikander) e sua descoberta como mulher.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-140552/>

9.2 Documentários:

"Paris is Burning" (2015) - Documentário sobre drag queens de classe baixa de Nova York. Elas são entrevistadas e observadas enquanto se preparam para competir, mostrando as pessoas, as roupas e todo o ambiente e seus preparativos.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-14457/>

"Disclosure" (2019) – O documentário Revelação oferece um novo olhar sobre a representatividade transgênera nos filmes, na televisão, seu impacto na vida americana e a forma com que Hollywood molda nossas ansiedades em relação ao tema.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-280283/>

"Laerte-se" (2020) – Retrata a trajetória da cartunista e chargista brasileira Laerte, considerada uma das mais proeminentes do gênero no Brasil. Tendo vivido parte de sua vida como homem, ela assumiu sua transexualidade aos 57 e, de lá pra cá, experimenta uma jornada única e pessoal sobre o que é, de fato, ser uma mulher.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-255253/>

9.3 Seriados

"Pose" (2018 – 2021). Pose, ambientada em 1987, acompanhamos Blanca (MJ Rodriguez), uma participante de bailes LGBTQ que acolhe algumas pessoas marginalizadas pela sociedade, como o talentoso dançarino sem-teto Damon (Ryan Jamaal Swain) e a profissional do sexo Angel (Indya Moore), que se apaixonou por um cliente. Centrada na vida de Blanca, esta é uma história da cultura de bailes, da comunidade gay e trans, da crise violenta da AIDS e do declínio do capitalismo.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-21909/>

"3%" (2016 – 2020). Em um futuro pós-apocalíptico não muito distante, o planeta é um lugar devastado. O Continente é uma região do Brasil miserável, decadente e escassa de recursos. Aos 20 anos de idade, todo cidadão recebe a chance de passar pelo Processo, uma rigorosa seleção de provas físicas, morais e psicológicas que oferece a chance de ascender ao Mar Alto, uma região onde tudo é abundante e as oportunidades de vida são extensas. Entretanto, somente 3% dos inscritos chegarão até lá. Série brasileira que inclui personagens LGBTQIA+ em seu elenco.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-19610/>

"Sex Education" (2019 - 2023). É uma série britânica de comédia dramática original Netflix. A produção narra a história dos estudantes, pais e professores da escola fictícia Moordale, enquanto os personagens lidam com dilemas que na maioria das vezes envolvem a vida sexual. Otis Milburn (Asa Butterfield) é um adolescente socialmente inapto que vive com sua mãe, Jean (Gillian Anderson), uma terapeuta sexual com uma rotina sexual muito ativa.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-23024/>

REFERÊNCIAS

Antunes, E., & Vaz, P. B. (2006). **Mídia: um aro, um halo e um elo. Na mídia, na rua:** narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/nPT6zypmvrXB44bSR5ydC5v/abstract/?lang=pt>. Acessado em 15 jan. 2025.

Caldeira, B. (2022). "**QUEIMEM AS BRUXAS!**": relatos em torno de feminicídios e o jornalismo como fogueira simbólica que incendeia mulheres mortas. [Tese não publicada]. Universidade Federal de Minas Gerais.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DARDE, Vicente William da Silva. **A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira.** Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6134698.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2025.

FELIPE, Jane. **Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia.** Disponível em: www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br. Acessado em : 17 fev.2025.

FISCHER, Rosa. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **Século XXI:** qual conhecimento? Qual currículo? Petrópolis: Vozes, 1999.

GUIZZO, Bianca S. **Identidades de gênero e propagandas televisivas:** um estudo no contexto da educação infantil. Dissertação. PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

Izamora, G., Ziller, J., & d'Andréa, C. (2017). **Mídia e dispositivos: uma aproximação à luz de Michel Foucault.** Leal, B., Carvalho, C. A., & Alzamora, G. (2017).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.

PARKER, Richard G. **Abaixo do Equador:** culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ROCHA, Paulo Melani. **REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NA MÍDIA: UM ESTUDO SOBRE A IMAGEM DE HOMENS E MULHERES EM JORNais E REVISTAS SEGMENTADAS.** Disponível em: [Http://www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO REPRESENTACOES DE GENERO NA MIDIA.pdf](http://www.fq2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO REPRESENTACOES DE GENERO NA MIDIA.pdf)

ZUCCO, Luciana Patrícia. **Como vender uma mulher?** Uma análise dos discursos sobre gênero nas revistas femininas. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007. Disponível em:www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/L/Luciana_Patricia_Zucco_02.pdf. Acessado em: 07 mar. 2025.

ZILLER, Joana. **O PAPEL PEDAGÓGICO DA MÍDIA NO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE**. Dossiê Comunicação, Gêneros e Sexualidades, 2023.

Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/14392> Acessado em: 11 mai. 2025

A.3. GUIA TEMÁTICO: Família, Diversidade de Gênero e Sexualidade: Um Diálogo Necessário.



Desenvolvido pelo mestre em Sociologia Sandro José Gomes Coelho Filho.

2025

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS	153
2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA	153
2. 1. A Família Tradicional.....	154
2. 2. Transformação no Século XX.....	154
2. 3. A Família no Século XXI.....	155
3. DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FAMÍLIA	156
3.1. Aceitação e Rejeição.....	156
3.2. Preconceito e Discriminação.....	157
3.3. Luta por Direitos e Reconhecimento.....	158
4. IMPACTOS DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS DINAMICAS FAMILIARE	158
4.1. Formação e Estrutura da Família.....	159
4.2. Relações Interpessoais.....	159
4.3. Socialização dos Filhos.....	160
5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O FUTURO	161
5.1. Desafios.....	161
5.2. Oportunidades.....	161
6. SAIU NA MÍDIA	162
6.1. Outras Reportagens.....	164
7. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS	165

7.1. Filmes.....	165
7.2. Séries.....	165
7.3. Documentários.....	165
8. SUGESTÕES DE LEITURA	166
8.1. Livros.....	166
8.2. Artigos Acadêmicos.....	166
REFERÊNCIAS	167

1. PRIMEIRAS PALAVRAS.

A família, enquanto instituição social, tem passado por transformações significativas ao longo da história. Tradicionalmente, vista como um núcleo composto por pai, mãe e filhos, a concepção de família tem se expandido para abranger uma diversidade de arranjos, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas que ocorrem em diferentes contextos. Nesse cenário, a diversidade de gênero e sexualidade emerge como um tema central, desafiando normas estabelecidas e promovendo uma reavaliação do que significa ser família no século XXI.

Tipos de famílias.



Fonte:
<https://mundoeducacao.uol.com.br/psicologia/familia.htm>

Este guia temático busca explorar as complexidades e nuances da relação entre família e diversidade de gênero e sexualidade. Aborda-se desde os conceitos fundamentais de gênero e sexualidade, passando pela evolução histórica da família, até as questões contemporâneas que envolvem a aceitação, o preconceito e a luta por direitos. O objetivo é proporcionar uma compreensão abrangente e sensível sobre o tema, destacando a importância do respeito e da inclusão em um mundo cada vez mais diverso e fluido.

2. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA.

A família, como instituição social, não é estática. Sua forma e função variam ao longo da história, refletindo as mudanças nas estruturas econômicas, políticas e culturais das sociedades. Compreender essa evolução é crucial para contextualizar as discussões contemporâneas sobre a família, a diversidade de gênero e a sexualidade.

2.1 A Família Tradicional

Família Tradicional.



Fonte:
<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/20248/por-que-defender-a-familia-tradicional-e-defender-a-prosperidade>

A concepção tradicional de família, muitas vezes, associada ao modelo nuclear composto por pai, mãe e filhos, tem suas raízes, apropriamo-nos do pensamento de Engels (1985), no surgimento da propriedade privada. Nesse período, a separação entre o espaço de trabalho e o espaço doméstico consolidou a família nuclear como a unidade básica da sociedade. O homem era visto como o provedor, enquanto a mulher assumia o papel de cuidadora do lar e dos filhos. Visão defendida até hoje por grupos conservadores, especialmente, religiosos.

Para Vianna:

Desempenhando o papel de manutenção da ordem social estabelecida e colaborando para erigir a família como uma das âncoras que sustentam o *status quo* das relações de gênero, foi constatada, no conjunto, uma potente mensagem: a permanência de um determinado modelo de família nuclear, branca e de classe média. A maior parte das imagens remete à tríade pai, mãe e filho(s) e à organização heterossexual (2018, p. 351).

Esse modelo, no entanto, não era universal. Em muitas culturas e períodos históricos, a família extensa que incluía avós, tios, primos e outros parentes era a norma. Além disso, arranjos familiares como a poligamia, uniões consensuais e famílias monoparentais sempre existiram, embora, muitas vezes, tenham sido marginalizados ou invisibilizados.

Marcha das Vadias.



Fonte: <https://litci.org/pt/2024/03/07/uma-decada-de-lutas-feministas-balanco-e-perspectivas-para-o-movimento-de-mulheres-trabalhadoras/>

2.2 Transformações no Século XX

O século XX, testemunhou mudanças significativas nas estruturas familiares. A emancipação feminina, impulsionada pelos movimentos sufragistas e feministas, desafiou os papéis de gênero tradicionais e

promoveu uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e na política. Isso, por sua vez, impactou as dinâmicas familiares, com um aumento no número de famílias em que ambos os cônjuges trabalham fora de casa e uma maior divisão das responsabilidades domésticas.

Parada do Orgulho LGBTQIA+



Fonte: <https://adiadorim.org/noticias/2023/06/cinco-livros-para-entender-o-movimento-lgbtqia-no-brasil/>

Além disso, o século XX, viu o surgimento de movimentos pelos direitos LGBTQIA+, que desafiaram a heteronormatividade e promoveram a visibilidade de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Esses movimentos tiveram um impacto profundo na concepção de família, abrindo espaço para o reconhecimento de casais do mesmo sexo e famílias homoparentais.

2.3 A Família no Século XXI

No século XXI, a diversidade familiar tornou-se uma realidade incontestável. Além das famílias nucleares tradicionais, existem famílias monoparentais, reconstituídas (com filhos de relacionamentos anteriores), adotivas, homoparentais e muitos outros arranjos. Essa pluralidade reflete a complexidade das relações humanas e a capacidade de adaptação das estruturas familiares às mudanças sociais.

A tecnologia também tem desempenhado um papel importante na redefinição da família. Técnicas de reprodução assistida, como a fertilização in vitro e a gestação por substituição, têm possibilitado que casais do mesmo sexo e indivíduos solteiros tenham filhos biológicos. Além disso, as redes sociais e a comunicação digital têm facilitado a formação de



Fonte: <https://br.freepik.com/vetores/familia-lgbt>

comunidades e redes de apoio que transcendem fronteiras geográficas, criando formas de conexão e pertencimento.

3. DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE.

A diversidade de gênero e sexualidade tem impactado profundamente as dinâmicas familiares, desafiando normas tradicionais e promovendo uma reavaliação dos valores e das práticas familiares. Nesta seção, exploraremos como essas questões se manifestam no contexto familiar, abordando temas como a aceitação, o preconceito e a luta por direitos.

3.1 Aceitação e Rejeição

A aceitação da diversidade de gênero e sexualidade no âmbito familiar é um processo complexo e multifacetado. Para muitas pessoas LGBTQIA+, a família é o primeiro espaço em que sua identidade é revelada e, consequentemente, onde podem enfrentar aceitação ou rejeição.

Quando é revelado que seus filhos são gays ou lésbicas, muitos pais declaram ter sofrido um extremo choque, um baque, uma perda. Alguns podem se perguntar “onde foi que eu errei”, se responsabilizando por esta suposta tragédia. Outros se enfurecem contra os filhos, como se estes fossem responsáveis (leia-se, culpados) por sua opção sexual. Estas expressões emocionais poderiam ser tomadas como uma forma de “homofobia” que emerge quando é contrariada a expectativa de que seus filhos deveriam ser heterossexuais (Passamani, 2012, p. 05).

Rejeição familiar



Fonte: nadia_bormotova/Getty Images/iStockphoto

A aceitação familiar é crucial para o bem-estar psicológico e emocional de pessoas LGBTQIA+. Aqueles que recebem apoio de suas famílias têm menor probabilidade de sofrer de depressão, ansiedade e comportamentos de risco, como o uso de substâncias ilícitas e as tentativas de suicídio. Por outro lado, a rejeição familiar pode ter consequências devastadoras, levando ao isolamento, à marginalização e a problemas de saúde mental.

Quando um sujeito se assume homossexual perante sua família, de fato contraria certas expectativas, o que desencadeia uma crise – um drama cujo desfecho pode, ou não, ser um “rompimento”. Este suposto “rompimento” dos homossexuais com suas famílias de origem, quando ocorre, não é necessariamente definitivo e não impede que as pessoas reatem a relação com suas famílias após certo tempo. Afirmar que se “rompeu uma relação” não é instituir uma ausência de vínculo” – é simplesmente uma forma de falar sobre tensões no interior de uma relação cuja existência é reconhecida e que, ao menos em tese, poderia a qualquer momento ser reatada (Passamani, 2021, p. 03).

A aceitação, no entanto, nem sempre é imediata. Muitas famílias passam por um processo de ajustamento, que pode incluir negação, raiva, negociação e, por fim, aceitação. A educação e o diálogo são ferramentas essenciais nesse processo, ajudando a desconstruir preconceitos e a promover uma compreensão mais profunda das experiências LGBTQIA+.

3.2 Preconceito e Discriminação

Apesar dos avanços das últimas décadas, o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ ainda são uma realidade em muitas famílias e sociedades. A homofobia, a transfobia e a bifobia manifestam-se de diversas formas, desde comentários ofensivos e exclusão social até violência física e psicológica.

No contexto familiar, o preconceito pode levar à rejeição, ao abandono e até à expulsão de casa. Jovens LGBTQIA+ são desproporcionalmente afetados pela falta de moradia, sendo muitos forçados a deixar suas casas devido à intolerância familiar. Essa situação os expõe a riscos de exploração, violência e problemas de saúde mental.

Isto não significa que todo o homossexual “assumido” será necessariamente expulso de casa ou rebaixado no trabalho, mas que existe toda uma malha de expectativas culturais sugerindo esta possibilidade, e produzindo impactos e constrangimentos de diversas ordens sobre a vida das pessoas (Passamani, 2021, p. 08).

A discriminação se manifesta na negação de direitos básicos, como o reconhecimento de relacionamentos e a possibilidade de formar uma família. Em muitos países, casais do mesmo sexo ainda enfrentam barreiras legais e sociais para adotar filhos ou acessar técnicas de reprodução assistida. Essa falta de reconhecimento afeta não apenas os indivíduos LGBTQIA+, mas também suas famílias, que podem ser privadas de proteções legais e benefícios sociais.

3.3 Luta por Direitos e Reconhecimento

A luta por direitos e reconhecimento tem sido um aspecto central da experiência LGBTQIA+ no contexto familiar. Movimentos sociais e organizações têm trabalhado incansavelmente para promover a igualdade de direitos e combater a discriminação, tanto no âmbito legal quanto no cultural.

19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo



Foto: Marcelo Casal/ Agência Brasil

Uma das conquistas mais significativas das últimas décadas foi o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em muitos países, casais LGBTQIA+ agora têm o direito de se casar e desfrutar das mesmas proteções legais e benefícios que casais heterossexuais. Essa mudança não apenas reforça a igualdade perante a lei, mas também valida e legitima as relações LGBTQ+ perante a sociedade.

Outra área de luta é o direito à parentalidade. Famílias homoparentais têm enfrentado desafios significativos para serem reconhecidas e aceitas, tanto legalmente quanto socialmente.

Em seguida, a gente deveria se questionar se a própria concepção de que homossexuais não geram família não atua na obstrução dos direitos reprodutivos de pessoas LGBT, negando a estas o reconhecimento social que lhes favoreceria formação de laços e arranjos familiares (Passamani, 2021, p. 03).

4. IMPACTOS DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS DINÂMICAS FAMILIARES.

A diversidade de gênero e sexualidade tem impactos profundos nas dinâmicas familiares, influenciando desde a formação e estrutura da família até as relações interpessoais e a socialização dos filhos. Nesta seção, exploraremos esses impactos, destacando tanto os desafios quanto às oportunidades que surgem com a diversidade.

4.1 Formação e Estrutura da Família

A diversidade de gênero e sexualidade tem ampliado as possibilidades de formação e estrutura familiar. Casais do mesmo sexo, por exemplo, podem optar por ter filhos por meio de adoção, reprodução assistida ou coparentalidade. Esses arranjos desafiam a noção tradicional de família e promovem uma visão mais inclusiva e pluralista.

Além disso, a diversidade de gênero tem levado ao reconhecimento de famílias transgênero, nas quais um ou ambos os pais são trans. Essas famílias enfrentam desafios únicos, como a necessidade de apoio médico e psicológico durante a transição de gênero, mas também oferecem exemplos poderosos de resiliência e amor incondicional.

Homem trans que engravidou para realizar sonho da família.



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Relações Interpessoais

A diversidade de gênero e sexualidade também impacta as relações interpessoais dentro da família. A aceitação e o respeito pelas identidades e

orientações de cada membro são fundamentais para a construção de relações saudáveis e positivas.

Em famílias onde há aceitação, a diversidade pode fortalecer os laços familiares, promovendo um ambiente de apoio mútuo e compreensão. Por outro lado, a falta de aceitação pode levar a conflitos, distanciamento e rupturas familiares. A comunicação aberta e honesta é essencial para lidar com essas complexidades e construir relacionamentos baseados no respeito e na empatia.

4.3 Socialização dos Filhos

A socialização dos filhos em famílias diversas é um tema de grande interesse e debate. Como as crianças são socializadas em relação ao gênero e à sexualidade em famílias LGBTQIA+? Quais são os impactos dessa socialização no desenvolvimento das crianças? Para Passamani, (2021, p.06) “A educação das crianças é um tema especialmente controverso, que oferece pistas significativas sobre a reiteração de convenções heterossexistas”.

As crianças criadas em famílias homoparentais ou transgênero têm desenvolvimento emocional, social e acadêmico equivalente ao de crianças criadas em famílias heterossexuais. Além disso, essas crianças tendem a ser mais abertas e tolerantes em relação à diversidade, refletindo os valores de inclusão e respeito que são frequentemente enfatizados em suas famílias.



Fonte: Disponível em: <https://fertivitro.com.br/tag/familia->

A criação de crianças é uma atividade social que depende de dispêndio de tempo e recursos, envolvendo arranjos coletivos que não têm conexão necessária com a reprodução biológica. Ou seja, uma atividade que poder ser – e é – desempenhada por pessoas de diferentes orientações sexuais (Passamani, 2021, p.03).

No entanto, essas famílias também enfrentam desafios únicos, como o enfrentamento de preconceitos e estereótipos sociais. A educação e o apoio

comunitário são essenciais para ajudar as crianças a lidarem com esses desafios e desenvolverem uma identidade positiva e resiliente.

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O FUTURO.

A diversidade de gênero e sexualidade na família apresenta tanto desafios quanto oportunidades para o futuro. Nesta seção, exploraremos algumas das questões mais prementes e as possibilidades que se abrem com a promoção de uma visão mais inclusiva e pluralista da família.

5.1 Desafios.

Um dos principais desafios é a persistência do preconceito e da discriminação, tanto no âmbito familiar quanto na sociedade em geral. A homofobia, a transfobia e a bifobia continuam a ser barreiras significativas para a aceitação e o reconhecimento das famílias diversas.

Outro desafio é a falta de proteções legais e políticas públicas que apoiam as famílias LGBTQIA+. Em muitos países, casais do mesmo sexo ainda não têm acesso ao casamento, à adoção ou a técnicas de reprodução assistida. Além disso, famílias transgênero enfrentam barreiras adicionais, como a falta de acesso a cuidados de saúde adequados e a discriminação no local de trabalho.

5.2 Oportunidades.

Apesar dos desafios, há muitas oportunidades para promover uma visão mais inclusiva e pluralista da família. A educação e a conscientização são ferramentas poderosas para combater o preconceito e promover a aceitação. Programas escolares que abordam a diversidade de gênero e sexualidade podem ajudar a criar uma geração mais tolerante e respeitosa.

Além disso, a representação positiva das famílias diversas na mídia e na cultura popular pode ajudar a normalizar e validar essas experiências. Filmes, séries, livros e outras formas de mídia que retratam famílias LGBTQIA+ de forma autêntica e respeitosa podem ter um impacto significativo na percepção pública.

Finalmente, a luta por direitos e políticas públicas inclusivas é essencial para garantir a igualdade e o reconhecimento das famílias diversas. Movimentos sociais e organizações têm um papel crucial nessa luta, promovendo mudanças legislativas e culturais que beneficiem todas as famílias, independentemente de sua composição.

6. SAIU NA MÍDIA.

O papel das famílias no processo de autodescoberta LGBTI+. A aceitação e o apoio da família fazem toda a diferença para a saúde mental e bem-estar de uma pessoa LGBTI+

Por Editorial CNN Brasil.



Nos últimos anos, temos assistido a uma transformação profunda nas configurações familiares. O conceito tradicional de família, composto por um casal heterossexual e seus filhos, tem dado lugar a uma extensa diversidade de estruturas familiares.

Mães e pais solteiros, casais divorciados que unem suas famílias, casais do mesmo sexo que têm filhos de relacionamentos anteriores, avós que criam seus netos, pessoas que tem animais de estimação como parte da família, praticantes do

poliamor, adoção por casais heterossexuais e homossexuais, casais sem filhos, amigos que moram juntos, três gerações sob o mesmo teto, e até casais divorciados que compartilham a mesma casa – as possibilidades são vastas e inspiradoras.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a definição contemporânea de família é um “grupo de pessoas unidas por laços de parentesco ou relacionamento romântico que vivem numa unidade doméstica.” Esta ampla definição reflete a realidade em constante evolução das famílias no século XXI.

Com isso, uma das mudanças mais significativas nas configurações familiares modernas tem sido o crescente reconhecimento e aceitação das famílias LGBTI+, onde casais do mesmo sexo são pais ou mães.

Essa diversidade dentro das casas, vem se tornando um grande aliado para mostrar à sociedade que não existe um modelo único e tradicional de família. Além disso, essas configurações modernas geram uma representatividade dentro da sociedade que contribui no processo de autodescoberta das pessoas LGBTI+.

A AUTODESCOBERTA E A IMPORTÂNCIA DA ACEITAÇÃO FAMILIAR

O processo de autodescoberta de uma pessoa LGBTI+ é muitas vezes desafiador e repleto de obstáculos. Antes de qualquer interação com a sociedade, o primeiro processo enfrentado por essas pessoas é o da autoaceitação. Tentar suprimir sua orientação sexual ou identidade de gênero, geralmente leva a um caminho doloroso e difícil de se enfrentar sozinho(a).

É nesse momento que a família desempenha um papel crucial. A aceitação e o apoio familiar podem fazer toda a diferença no processo de autodescoberta. Quando uma pessoa LGBTI+ vive ao lado de uma família que a aceita, apoia e ama incondicionalmente, isso provavelmente afetará seu bem-estar e irá contribuir para sua autoaceitação.

Por outro lado, o não reconhecimento ou a rejeição por parte da família pode ser devastador. Gerando conflitos internos, ansiedade e até mesmo depressão quando não existe apoio e aceitação de suas famílias.

A DECISÃO DE SE ABRIR PARA A FAMÍLIA

Assumir a orientação sexual ou identidade de gênero para a família é uma decisão totalmente individual e, não necessariamente, obrigatória para construir uma vida de autoaceitação e bem-estar. A diversidade de composições familiares torna essa atitude muito complexa por si só.

Porém, é evidente que a aceitação familiar, além de ser uma demonstração de amor incondicional, também é um pilar vital para a saúde mental e emocional das pessoas LGBTI+, o que contribui para um processo mais leve e saudável. Por isso, a manifestação proativa de respeito por parte de pessoas mais próximas é sempre bem-vinda e pode trazer muito conforto em um momento tão delicado que é o de se abrir para a família.

Em resumo, esse apoio e a construção de novas famílias com configurações diversas, são um caminho claro para desenvolvermos uma sociedade de mais aceitação e respeito com as pessoas LGBTI+.

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/branded-content/nacional/o-papel-das-familias-no-processo-de-autodescoberta-lgbti/>

6.1. Outras Reportagens

"Parentalidade equitativa e o bem-estar de famílias LGBTIQIA+ " – Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/columnistas/leo-drummond/2024/08/6930768-parentalidade-equitativa-e-o-bem-estar-de-familias-lgbti-.html>

"Mamãe, me chama de filha só hoje": famílias de crianças trans falam sobre descoberta da identidade de gênero na infância – Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/12/20/mamae-me-chama-de-filha-so-hoje-familias-de-criancas-trans-falam-sobre-descoberta-da-identidade-de-genero-na-infancia.ghtml>

"Lembre avanços e retrocessos dos direitos da comunidade LGBTQIA+ no Brasil" – Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/lembre-avancos-e-retrocessos-dos-direitos-da-comunidade-lgbtqia-no-brasil.shtml>

7. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.

7.1 Filmes.

"Minha Mãe É uma Peça" (2013) – Dona Hermínia (Paulo Gustavo) é uma mulher de meia idade, divorciada do marido (Herson Capri), que a trocou por uma mais jovem (Ingrid Guimarães). Hiperativa, ela não larga o pé de seus filhos Marcelina (Mariana Xavier) e Juliano (Rodrigo Pandolfo), sem se dar conta que eles já estão bem grandinhos. Um dia, após descobrir que eles a consideram uma chata, resolve sair de casa sem avisar para ninguém, deixando todos, de alguma forma, preocupados com o que teria acontecido. Mal sabem eles que a mãe foi visitar a querida tia Zélia (Sueli Franco) para desabafar com ela suas tristezas do presente e recordar os bons tempos do passado.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-215671/>

7.2. Seriados

Sex Education (2019 - 2023). É uma série britânica de comédia dramática original Netflix. A produção narra a história dos estudantes, pais e professores da escola fictícia Moordale, enquanto os personagens lidam com dilemas que na maioria das vezes envolvem a vida sexual. Otis Milburn (Asa Butterfield) é um adolescente socialmente inapto que vive com sua mãe, Jean (Gillian Anderson), uma terapeuta sexual com uma rotina sexual muito ativa.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-23024/>

"Modern Family" (2009) – Ao longo das temporadas mostram diferentes modelos de família, incluindo famílias homoparentais.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-6085/>

7.3. Documentários

"Transamérica" (2005) – é a história de uma mulher transexual chamada Bree que, uma semana antes de fazer a cirurgia de readequação sexual, descobre ter um filho de 17 anos que precisa de ajuda. Sua psicóloga proíbe que ela se submeta à cirurgia sem resolver esse assunto, por isso Bree viaja para Nova Iorque para encontrar o

garoto. Bree e o filho iniciam a viagem de volta para Los Angeles e, no caminho, muita coisa acontece.

Fonte:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Transam%C3%A9rica#:~:text=6%20Liga%C3%A7%C3%A3o%C3%B5es%20externas-,Sinopse,no%20caminho%2C%20muita%20coisa%20acontece.>

"Meu Corpo é Político" (2017) – Vivenciado o dia a dia ao lado de diversos ativistas LGBT moradores das periferias de São Paulo, o documentário faz um panorama do contexto social em que os personagens estão inseridos e de que forma sua atuação age nas ruas. Além disso, levanta questões sobre a população trans no Brasil e suas disputas políticas.

Fonte:<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-256082/>

8. SUGESTÕES DE LEITURA.

8.1. Livros

"História Social da Criança e da Família" - Philippe ARIÈS. Em uma era de mudanças aceleradas, compreender como nossas percepções sobre a infância evoluíram nos ajuda a entender o lugar que as crianças ocupam em nossa sociedade. O elemento central dessa análise é justamente o conceito de infância e das estruturas familiares.

"Em nome da família: união estável, diversidade de gênero e o neoconservadorismo" – Gabriela Jacinto Barbosa. O livro aborda as complexas intersecções entre gênero e raça na sociedade brasileira. Numa narrativa habilmente construída, com uma escrita poética, a obra conta uma saga de vida e morte, de resistência e liberação.

8.2. Artigos Acadêmicos

"Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões" – SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pusp/a/dntXddns5LLhLPcBBkfM7ds/>

"Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea" – Cícero Felix Martins. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/652>

REFERÊNCIAS

- Arán, M. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea.** Revista Estudos Feministas, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PvtCCzY8Bxt8Dhr8cVV99mG/?lang=pt>. Acessado em: 23 de mar. 2025.
- _____. **O reconhecimento jurídico do casal homossexual:** parentesco, sexualidade e política na contemporaneidade". Revista Eletrônica Polêmica, Laboratório de Estudos Contemporâneos da UERJ, n. 7, out./nov./dez. 2002a. Disponível em: www2uerj.br/~labore .Acessado em: 23 de mar. 2025.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Butler, J. **O parentesco é sempre tido como heterossexual?** Cadernos Pagu, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vSbQjDcCG6LCPbJScQNxw3D/?lang=pt> Acessado em: 13 de mar. 2025.
- CARRARA, Sérgio. **“Só os viris e discretos serão amados?”.** Folha de São Paulo, Caderno Mais. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3908&sid=90> . Acessado em 23 mar. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade:** volume 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.
- MARTINS, Cícero Felix. **Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea** Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/652> . Acessado em: 15 fev. 2025.
- MODESTO, Edith (2008). **Mãe sempre sabe?** Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PASSAMANI, Guilherme. **(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual.** Campo Grande: Editora UFMS, 2021.
- SCIMAGO INSTITUTIONS RANKINGS. **Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/dntXddns5LLhLPcBBkfM7ds/> . Acessado em: 20 abr. 2025.
- VIANNA, Claudia, RAMIRES, Lula. **A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos.** Psicologia

Política. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7913812> . Acessado em: 02 abr. 2025.

A.4 Guia Temático: Religião, Diversidade Sexual e de Gênero Diálogos e Tensões.

Desenvolvido pelo mestre em Sociologia Sandro José Gomes Coelho Filho.

2025

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS	171
1.1. Gênero e Sexualidade: Conceitos Básicos.....	171
2. A RELIGIÃO COMO GUARDIÃ DOS “BONS COSTUMES”	173
3. CONFLITOS ENTRE RELIGIÃO E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO	173
4. CAMINHOS PARA O DIÁLOGO E A INCLUSÃO	176
5. SAIU NA MÍDIA	178
5.1. Outras Reportagens.....	181
6. SUGESTÕES DE LEITURA	181
6.1 Livros.....	181
6.2 Artigos Acadêmicos.....	182
7. PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS	182
7.1 Filmes e Documentários.....	182
7.2 Séries.....	183
REFERÊNCIAS	184

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

A relação entre religião, diversidade sexual e de gênero é um dos temas mais complexos e polarizadores da contemporaneidade.

Enquanto a religião, em muitas de suas manifestações, tem sido um pilar de valores tradicionais e conservadores, a diversidade sexual e de gênero desafia normas históricas e culturais, ao promover a inclusão e o reconhecimento de identidades marginalizadas.

Este guia temático busca explorar as interseções entre esses campos, analisando como diferentes tradições religiosas abordam a sexualidade e o gênero, os conflitos que delas decorrem e os caminhos possíveis para o diálogo e a coexistência.

1.1 Gênero e Sexualidade: Conceitos Básicos

Antes de tratarmos da temática "Religião, Diversidade Sexual e de Gênero: Diálogos e Tensões", é importante definir alguns conceitos-chave.

Gênero refere-se às características sociais, históricas, culturais e psicológicas associadas ao ser masculino ou feminino em uma determinada sociedade.

É fundamental distinguir gênero de sexo biológico, que se refere às características físicas e biológicas que definem os machos e as fêmeas da espécie humana.

A sexualidade, por outro lado, envolve a orientação sexual, os desejos, as práticas e as identidades relacionadas ao prazer e à intimidade. Trata-se de uma dimensão complexa e diversa da experiência humana.

Entre suas múltiplas possibilidades, podemos destacar a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a pansexualidade, a assexualidade, entre outras.

Dimensões de sexualidade humana

As 5 dimensões por Diip



1. Expressão de gênero

O jeito como uma pessoa age, se veste, seus interesses e padrões de comportamento em determinada cultura e como essas representações são interpretadas nas normas de gênero.

2. Identidade de gênero

As percepções internas de um gênero e como se autointitular. A identidade de gênero pode ser a mesma dada no momento do nascimento ou diferente. Essa dimensão determina que pronome usar para se referir a pessoa.

3. Orientação romântica

Aspectos relacionados com a atração romântica da pessoa.

4. Orientação sexual

Aspectos relacionados com a atração sexual da pessoa.

5. Sexo biológico

Grupo de características físicas que nasceram com a pessoa: órgão genital, hormônios e cromossomos.

2. A RELIGIÃO COMO GUARDIÃ DOS “BONS COSTUMES”

As religiões, em sua maioria, surgiram em contextos históricos específicos, nos quais desempenharam um papel central na organização social, econômica, política, moral e cultural das sociedades. Muitas delas estabeleceram normas sobre sexualidade e gênero que refletiam os valores de suas respectivas épocas.

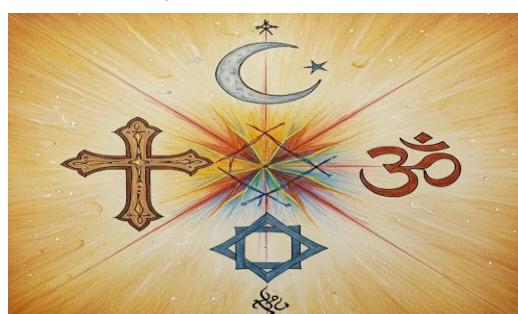
Nosso estudo da Escritura revela que boa parte dela foi escrita contra o pano de fundo de uma cultura patriarcal, que via a sexualidade como perigosa e temível, embora necessários para a continuação da vida. De um modo geral, qualquer coisa ligada ao sexo foi alvo de suspeita por parte do cristianismo; até recentemente, negou-se aos cristãos qualquer ideia de sexo como algo a ser celebrado com alegria (Ryan, 1999, pg. 110).

Por exemplo:

- **Cristianismo e Judaísmo:** Com base na tradição judaico-cristã, fundamentada em textos reunidos em livros sagrados, tais como a Bíblia e Torá, essas religiões, frequentemente, interpretam a heterossexualidade e a binariedade de gênero (homem e mulher) como normas divinas que devem ser seguidas, respeitadas e valorizadas. Por exemplo, passagens como Levítico 18:22 e Romanos 1:26-27 são frequentemente citadas para condenar relações homossexuais, entre os cristãos.
- **Islã:** Como no cristianismo, no Islã a *sharia* (lei islâmica) estabelece regras rígidas sobre sexualidade e gênero, prevendo punições severas para comportamentos considerados desviantes, como a homossexualidade.

De forma muito geral, podemos afirmar que as grandes religiões monoteístas são as que mais dificuldades impõem para a aceitação da diversidade sexual, mas em maior ou menor grau, todas as religiões tradicionais do mundo demonstram algum nível de rejeição ou preconceito, mesmo quando apresentam um discurso aparentemente não excludente (Busin, 2008, pg. 80).

Símbolos Religiosos.



Fonte: gerada por IA. Plataforma Gemini. Em 26 abril de 2025.

Logo, essas normas religiosas, ao longo dos séculos, moldaram e ainda moldam as estruturas sociais e legais de muitas sociedades, influenciando leis, políticas públicas e atitudes culturais em relação à sexualidade e ao gênero.

3 CONFLITOS ENTRE RELIGIÃO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO.

Os conflitos entre religião e diversidade de gênero são multifacetados e variam de acordo com o contexto cultural e histórico. Alguns dos principais pontos de tensão incluem.

- **Interpretações Literais dos Textos Sagrados.**

Muitas tradições religiosas baseiam suas posições em interpretações literais de textos sagrados, como, por exemplo:

No cristianismo, especialmente, entre católicos e evangélicos, a interpretação da Bíblia tem sido usada para justificar a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e aos direitos de pessoas trans. Vejamos como ela é retratada no livro utilizado pela Igreja Católica no catecismo (CNBB, 2000)

Líderes religiosos lendo livros Sagrados.



Fonte: gerada por IA. Plataforma Gemini. Em 26 abril de 2025.

- *A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. A sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a Tradição sempre declarou que 'os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados'. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados. (CNBB, 2000, p. 610)*
- *Um número não negligenciável de homens e mulheres apresenta tendências homossexuais inatas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual; para a maioria, pois, esta constitui uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles modo sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar*

a vontade de Deus na sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa da sua condição. (CNBB, 2000, p. 610-611)

- *As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã." (CNBB, 2000, p. 611)*
- **Moralidade e Pecado.**

Família tradicional.



Fonte: gerada por IA. Plataforma Gemini. Em 26 abril de 2025.

As religiões, frequentemente, reforçam papéis de gênero tradicionais, como a ideia de que homens e mulheres têm funções específicas na família e na sociedade. Isso pode gerar conflitos com pessoas que não se identificam com esses papéis ou que desafiam as expectativas de gênero estabelecidas pelas religiões.

Muitas tradições religiosas consideram a homossexualidade, a bissexualidade e a transgeneridade como pecados ou desvios morais. Isso pode levar à estigmatização, discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+.

Todos os pecados foram relacionados, do mais banal ao mais grave. Esses guias cristalizaram a ideia de que o pecado era um ato individual. Os pecados sexuais possuíam vários itens e punições muito severas. Nesta lista, poderíamos encontrar: sexo fora do casamento, adultério, masturbação, prostituição, coito interrompido, homossexualidade, sexo com mulher grávida e sexo com mulher que já não pode engravidar – todos partiam da mesma fundamentação, pois eram atos de luxúria, já que não tinham finalidade de procriar (Busin, 2008, pg. 70).

4. CAMINHOS PARA O DIÁLOGO E A INCLUSÃO.

Apesar dos conflitos, existem esforços significativos para promover o diálogo entre religião e diversidade sexual e de gênero. Algumas abordagens incluem:

- **Reinterpretação dos Textos Sagrados.**

Muitos estudiosos e líderes religiosos estão reinterpretando textos sagrados à luz do contexto histórico e cultural em que foram escritos.

Por exemplo, alguns teólogos cristãos argumentam que as passagens bíblicas usadas para condenar a homossexualidade foram mal interpretadas e que a mensagem central da Bíblia é a de amor e inclusão.

- **Teologias Inclusivas.**

Algumas denominações religiosas desenvolveram teologias inclusivas que afirmam a diversidade sexual e de gênero como parte da criação divina. Por exemplo, a Igreja da Comunidade Metropolitana, uma denominação cristã voltada para a comunidade LGBTQIA+, celebra a diversidade como um dom de Deus.

O diálogo inter-religioso pode ajudar a construir pontes entre diferentes tradições religiosas e promover a compreensão mútua. Por exemplo, organizações como a Parceria Global de Religiões pela Paz (*Religions for Peace*) trabalham para promover a inclusão de pessoas LGBTQIA+ em diferentes contextos religiosos.

- **Educação e Políticas Públicas:**

A educação e a sensibilização são ferramentas poderosas para combater o preconceito e a discriminação. Programas que promovem a compreensão da diversidade sexual e de gênero podem ajudar a mudar atitudes e comportamentos dentro das comunidades religiosas.

Representação do Vale dos Sodomitas.



Fonte: gerada por IA. Plataforma Gemini.
Em 26 abril de 2025.

Os conflitos entre religião e diversidade sexual e de gênero também se manifestam no âmbito das políticas públicas. Por exemplo, debates sobre o casamento igualitário, a adoção por casais do mesmo sexo e os direitos das pessoas transgênero frequentemente envolvem grupos religiosos que se opõem a essas mudanças.

Figura 33: Viva a Diversidade Sexual e de Gênero.



Fonte: gerada por IA. Plataforma Gemini. Em 26 abril de 2025.

5. SAIU NA MÍDIA.

Padres e pastores são alvos de processos por homofobia; IBDR faz abaixo-assinado.

Por Marlice Pinto Vilela

Apesar da decisão do STF não atingir a liberdade religiosa, pastores e padres têm sido acionados na Justiça pela acusação de homofobia.



Fonte: foto de Rovena Rosa/Agência Brasi.

O aumento de demandas judiciais contra líderes religiosos acusados de homofobia tem gerado preocupação entre organizações que defendem a liberdade religiosa no Brasil. Em reação, o Instituto Brasileiro de Direito e Religião (IBDR) lançou um abaixo-assinado com o objetivo de proteger o direito de padres e pastores.

O documento pede que os líderes religiosos tenham a liberdade de se manifestar conforme suas crenças em relação à prática homossexual. A meta é obter 10 mil assinaturas e entregar o documento ao ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF). Clique aqui para acessar o abaixo-assinado.

Decisão do STF sobre homofobia não atinge pregação religiosa.

O Supremo Tribunal Federal equiparou a homofobia ao crime de racismo e injúria racial por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), em 2019. Na decisão, a Corte garantiu que “a prática da homotransfobia não atinge, restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa”. O trecho ainda ressalta o direito de pregar, divulgar e ensinar livremente, segundo a própria orientação doutrinária e/ou teológica.

Apesar desse entendimento, diversos líderes religiosos têm sido acionados na Justiça pela acusação de homofobia. Um dos casos mais recentes e de grande repercussão foi a denúncia apresentada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra o padre Antônio Carlos dos Santos, da Diocese de Nova Friburgo, em setembro. Durante uma missa, o sacerdote teria feitos comentários que criticavam relações homossexuais, o que foi considerado homofobia por alguns presentes.

Em 2023, o pastor americano David Eldridge, em um evento religioso, afirmou que homossexuais, lésbicas e transgêneros teriam “uma reserva no inferno”. Depois do ocorrido, a Aliança Nacional LGBTI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH) exigiram uma indenização de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos. No entanto, a 22ª Vara Cível de Brasília julgou a ação improcedente, permitindo a continuidade da publicação dos vídeos do evento.

Já o pastor André Valadão, em um culto realizado em Orlando, nos Estados Unidos, declarou que “um crente não pode aplaudir um casamento homoafetivo”. Vídeos das falas de Valadão foram publicadas nas redes sociais. Neste caso, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) ordenou a remoção dos vídeos do pastor das plataformas online.

Ana Paula Valadão, irmã de André Valadão, também respondeu a uma ação civil pública recentemente. A mesma Aliança Nacional LGBT acusou de proferir ofensas contra a comunidade LGBT em rede de televisão aberta, durante a transmissão do Congresso Internacional Adoração e Intercessão e Missão Diante do Trono. O juiz da 21ª Vara Cível de Brasília condenou a pastora ao pagamento de R\$ 25 mil reais ao Ministério Público do Distrito Federal, valor que será destinado à promoção dos direitos da população LGBT.

Liberdade religiosa é garantida pela Constituição, mas decisões recentes geram incertezas. A presidente do Instituto Isabel, Andrea Hoffmann, que atua em prol da liberdade religiosa, destaca que, apesar de o STF ter deixado claro que a decisão sobre a homofobia não limita o exercício da liberdade religiosa, o simples fato de líderes religiosos enfrentarem processos judiciais causa desgaste. “Quando existe a possibilidade de um líder religioso ser investigado criminalmente ou processado por danos morais, isso acaba gerando um medo em padres e pastores”. A advogada exemplifica que muitos deles não querem se envolver em brigas judiciais ou nem mesmo têm condições financeiras para investir em advogados.

A Constituição Federal garante a liberdade religiosa a todos os cidadãos, conforme o artigo 5º, incisos VI e VIII. No entanto, Igor Costa, advogado e mestre em Direito Constitucional, observa que a decisão do STF parece proteger apenas os líderes religiosos, deixando dúvidas sobre os direitos dos fiéis leigos. "O texto do STF dá a entender que padres e pastores têm garantida sua liberdade de expressão religiosa, mas há incertezas sobre até que ponto essa proteção se estende aos leigos", conclui Costa.

Hoffmann ressalta que o abaixo-assinado tem função de envolver as pessoas no tema e conscientizá-las do problema para que, posteriormente, possam pressionar o Poder Público. “Uma possível mobilização social pode afetar parlamentares ou decisores do Poder Público. Hoje, as redes sociais são um dos principais canais de pressão”, explica.

Para advogada, outra saída é que a sociedade civil se organize em instituições formais para que participem do debate jurídico, seja por meio de ações

diretas ou como amicus curiae. "Instituições progressistas têm uma estrutura mais profissionalizada, o que facilita sua presença nesses processos, criando uma percepção de maior representatividade", conclui Hoffmann

Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/padres-pastores-processados-homofobia/>

5.1. Outras Reportagens

"Igrejas inclusivas nascem da intenção de repensar a tradição religiosa" – El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/29/politica/1469820936_254948.html

"Cristãos e a criminalização da LGBTfobia." – CartaCapital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/cristaos-e-a-criminalizacao-da-homofobia/>

"Evangélicos se unem para combater preconceito dentro das igrejas" – BBC – Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38637867>

6. SUGESTÕES DE LEITURAS.

6.1. Livros

"Cristianismo e Homossexualidade: da Teologia Inclusiva à Teologia Progressista" – Bruno de Oliveira Lima. Que trajetórias marcaram o desenvolvimento das comunidades eclesiás inclusivas no Brasil? Em diálogo aberto com essa questão central, a obra fomenta a reflexão teológica e sociológica acerca do universo religioso cristão, reconstruindo o processo histórico das congregações inclusivas em escritos sagrados que alegadamente reprovariam as relações homoafetivas.

"Religiões e Homossexualidades" – Maria das Dores Campos Machado e Fernanda Delvalhas Piccolo (ORG). Num contexto histórico marcado pela tensão entre movimentos religiosos fundamentalistas que buscam transplantar seus valores à esfera pública de um país secularizado e, paralelamente, pela luta de movimentos sociais em prol da garantia de direitos civis da população LGBTQIA+ e pelo reconhecimento legal da homofobia como crime, esta obra oferece análises

fundamentais para entender os conflitos e acordos entre instituições religiosas e o movimento LGBTQIA+.

"Deus Queer" – Marcella Althaus-Reid. Deus Queer introduz uma nova reflexão a partir das periferias das dissidências afetivo sexuais e da marginalização socioeconômica. Seus textos sobre espiritualidade Bi, sacralidade libertina, no Brasil, criam uma nova possibilidade de interpretar a diversidade sexual e de gênero.

6.2. Artigos Acadêmicos

"Homossexualidade, religião e gênero": a influência do catolicismo na construção da auto imagem de gays e lésbicas – Varelia Melki Busin. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2086/1/Valeria%20Melki%20Busin.pdf>

"DESLOCAMENTOS CULTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE": UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DE DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIOSIDADE – Marcelo Ramos Saldanha. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/download/3411/2951/6299>

"RELAÇÕES ENTRE RELIGIOSIDADE E HOMOSSEXUALIDADE EM JOVENS ADULTOS RELIGIOSOS" – Fabio Scorsolini-Comin. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdyy85vxNPF7qsSK7Y5my/?lang=pt>

"TEORIA QUEER E GESTÃO DA DIVERSIDADE: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL". Diego Costa Mendes. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/7225>

7. PRODUÇÃO AUDIOVISUAIS.

7.1. Filmes e Documentários

"Deus É Mulher e seu Nome É Petúnia (2019) – Todo dia 19 de janeiro, um ritual único é realizado na Macedônia. O pároco mais importante de cada cidade lança uma cruz no rio, e centenas de homens mergulham para alcançá-la, sob a promessa de que assim terão felicidade e prosperidade durante o ano. Na pequena vila de Stip, a cerimônia é interrompida por um acontecimento inédito. Petrunya, mulher de 31 anos

que está solteira e desempregada, mergulha para pegar a cruz e se torna a vencedora. Mas o povo de sua cidade não permitirá que ela seja reconhecida como tal.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-271000/>

"Orações para Bobby" (2009) – História real de um jovem gay e sua mãe religiosa.

7.2. Seriados

"Sex Education" (2019 - 2023). É uma série britânica de comédia dramática original Netflix. A produção narra a história dos estudantes, pais e professores da escola fictícia Moordale, enquanto os personagens lidam com dilemas que na maioria das vezes envolvem a vida sexual. Otis Milburn (Asa Butterfield) é um adolescente socialmente inapto que vive com sua mãe, Jean (Gillian Anderson), uma terapeuta sexual com uma rotina sexual muito ativa.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-23024/>

"Pose" (2018 – 2021). Pose, ambientada em 1987, acompanhamos Blanca (MJ Rodriguez), uma participante de bailes LGBTQ que acolhe algumas pessoas marginalizadas pela sociedade, como o talentoso dançarino sem-teto Damon (Ryan Jamaal Swain) e a profissional do sexo Angel (Indya Moore), que se apaixonou por um cliente. Centrada na vida de Blanca, esta é uma história da cultura de bailes, da comunidade gay e trans, da crise violenta da AIDS e do declínio do capitalismo.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-21909/>

"Modern Family" (2009) – Ao longo das temporadas mostram diferentes modelos de família, incluindo famílias homoparentais.

Fonte: <https://www.adorocinema.com/series/serie-6085/>

REFERÊNCIAS

- BUSIN, Varelia Melki. **Homossexualidade, religião e gênero:** a influência do catolicismo na construção da autoimagem de gays e lésbicas. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/2086/1/Valeria%20Melki%20Busin.pdf> > Acesso em: 21 abr. 2025.
- CNBB. **Catecismo da Igreja Católica :** Edição Típica Vaticana. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- COMIN, Fábio Scorsolini. **RELACIONES ENTRE RELIGIOSIDADE E HOMOSSEXUALIDADE EM JOVENS ADULTOS RELIGIOSOS.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdyy85vxNPF7qsSK7Y5my/?lang=pt> > Acesso em: 29 mar. 2025.
- DUARTE, Luiz F. D. Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (Orgs). **Família e religião.** Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2023.
- HELMINIAK, Daniel A. **O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade.** São Paulo: Summus, 1998.
- SALDANHA, Marcelo Ramos. **DESLOCAMENTOS CULTURAIS NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DE DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIOSIDADE.** Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/download/3411/2951/6299> > Acesso em: 21 jan. 2025.
- SIQUEIRA, Elton Bruno Soares de. Corpo (hetero)(u)tópico do Jesus, rainha do céu. **Quarta Parede**, Recife, 2018. Disponível em: <http://4parede.com/09-queer-corpo-heterotopico-do-jesus-rainha-do-ceu> . Acesso em: 21 abr. 2025.
- MENDES, Diego Costa. **TEORIA QUEER E GESTÃO DA DIVERSIDADE: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL".** Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/7225> . Acesso em: 01 abr. 2025.
- MESQUITA, D. T. & Perucchi, J. **Não apenas em nome de Deus:** discursos religiosos sobre homossexualidade. Psicologia & Sociedade, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kkcQJggKT3GTTWpLggHDXSb/?lang=pt> . Acesso em: 23 dez. 2024.
- NATIVIDADE, M. **Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/LQHjv7CsL3dNGrXzDmMBFzv/?lang=pt> . Acessado em: 17 fev 2025.

SILVA, G. S., Paiva, V., & Parker, R. (2013). Juventude religiosa e homossexualidade: desafios para a promoção da saúde e de direitos sexuais. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 2013.

RYAN, Penélope J. **Católico praticante**: a busca de um catolicismo para o terceiro milênio. São Paulo: Loyola, 1999.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Professor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa que contempla temáticas como sexo, gênero, sexualidade, ensino de Sociologia e práticas docentes. Trata-se de uma pesquisa de nível de mestrado, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO e à Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – UFC. O objetivo deste estudo é a realização de uma pesquisa, seguida de diagnóstico, cuja reflexão se produzirá a partir da análise das práticas, discursos pedagógicos, desafios e problemas que os docentes da rede pública de ensino do Estado do Ceará enfrentam ao ministrarem as temáticas diversidade sexual e de gênero. Busca-se apreender os principais desafios ao ensino dessas questões tão importantes para a construção de uma sociedade mais plural, diversa e fraterna, em um contexto atual que se configura como um período de novas ameaças a toda manifestação sexual e de gênero que não siga o padrão heteronormativo ou de gênero dominante. Assim, visamos contribuir com a reflexão permanente sobre as teorias sociológicas, especialmente as relacionadas ao gênero e à sexualidade, a fim de possibilitar o diálogo e a elaboração de material (guia temático) moderno e mais adequado, com linguagem contemporânea, que possibilite aos professores(as) o desenvolvimento de temáticas tão importantes para a construção e garantia de uma plena cidadania e educação integral entre os(as) estudantes da rede pública de ensino.

Garantimos o sigilo e anonimato dos dados pessoais informados.

Desde já, agradeço a participação.

NOME: _____

IDADE: _____

SEXO: _____

GÊNERO: _____

RAÇA: _____

GRADUAÇÃO: _____

PÓS- GRADUAÇÃO: _____

TIPO DE VÍNCULO: () TEMPORÁRIO () EFETIVO () OUTRO.

QUAL? _____

TEMPO DE MAGISTÉRIO: _____

NOME DA(S) ESCOLA(S) ONDE LECIONA: _____

01) MODALIDADE DA ESCOLA EM QUE MINISTROU O CONTEÚDO ESCOLAR DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

() EEEP () EEMIT () REGULAR () EJA () CEJA

02) EM QUAL COMPONENTE CURRICULAR OU DISCIPLINA? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO).

() SOCIOLOGIA.

() FILOSOFIA.

() FORMAÇÃO PARA CIDADANIA.

() PROJETO DE VIDA.

() HISTÓRIA.

() ELETIVA.

() GEOGRAFIA.

() NTPPS.

() OUTRA _____

03) CONSIDERANDO A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA E/OU COMPLEMENTAR, QUAL É O NÍVEL DE DIFICULDADE ENFRENTADO EM RELAÇÃO AO ENSINO DESSE CONTEÚDO? INDIQUE NA ESCALA BAIXO, CONSIDERANDO QUE 1 REPRESENTA POUCA DIFICULDADE E 5 REPRESENTA MUITA DIFICULDADE.

() 01 / () 02 / () 03 / () 04 / () 05

04) QUANDO ENSINA O CONTEÚDO QUAIS CONCEITOS, CATEGORIAS E TEMAS SÃO MAIS ABORDADOS: (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

- | | |
|----------------------|--------------------------|
| 1. GRAVIDEZ. | 8. ORIENTAÇÃO SEXUAL. |
| 2. IST's. | 9. IDENTIDADE DE GÊNERO. |
| 3. AIDS. | 10. EXPRESSÃO DE GÊNERO. |
| 4. ABORTO. | 11. SEXO BIOLÓGICO. |
| 5. SEXUALIDADE. | |
| 6. HOMOSSEXUALIDADE. | |
| 7. GÊNERO. | |
| 12. OUTROS _____ | |

05) VOCÊ JÁ TEVE PROBLEMAS COM FAMILIARES DE SEUS ALUNOS(AS), COLEGAS DE TRABALHO, NÚCLEO GESTOR, ALUNOS(AS) OS QUAIS QUESTIONARAM SUAS AULAS NA OPORTUNIDADE EM QUE VOCÊ ABORDOU ASSUNTOS RELACIONADOS COM A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? (PODE MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)

() SIM.

() NÃO.

() **COM A GESTÃO:**

() DIRETOR(A).

() CORDENADORES(AS).

() AMBOS.

() **COM OS RESPONSÁVEIS:**

() PAI.

() MÃE.

() OUTROS. QUAL?

() **COM PROFESSORES(AS):**

() HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS.

() CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS.

() LINGUAGEM E SUAS TECNOLOGIAS.

() MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS.

() DA ÁREA TÉCNICA.

() **COM OS EDUCANDOS:**

() ALUNA.

() ALUNO.

06) A DIREÇÃO DE SUA ESCOLA INTERFERIU, FACILITOU, BLOQUEOU OU MANTEVE-SE INDIFERENTE, QUANDO VOCÊ ABORDOU O TEMA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM SALA DE AULA?

() NUNCA ABORDEI.

() ABORDEI COM O APÓIO DA DIREÇÃO.

() ABORDEI E A ESCOLA FOI INDIFERENTE.

() ABORDEI, CONTRARIANDO A DIREÇÃO DA ESCOLA.

() ABORDEI POR INICIATICA PRÓPRIA.

07) QUAIS DOS SENTIMENTOS OU SENSAÇÕES ABAIXO DESCREVEM SUA EXPERIÊNCIA DE ENSINAR SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA SALA DE AULA? (PODE FALAR MAIS DE UMA OPÇÃO).

() ALEGRIA.

() RAIVA.

() INSATISFAÇÃO.

() MEDO.

() ÓDIO.

() ANGUSTIA.

() TRISTEZA.

() INDIFERENÇA.

() ESPERANÇA.

() CORAGEM.

() SATISFAÇÃO. () APREENSÃO

() INSEGURANÇA. () OUTRO.

08) VOCÊ SE SENTE PREPARADO PARA ENSINAR OS CONTEUDOS DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, LEVANDO EM CONTA:

SUA GRADUAÇÃO.

FORMAÇÕES OFERECIDAS PELA SEDUC.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (CURSOS, PÓS-GRADUAÇÕES, AUTODITATA, OUTROS).

09) O CONTEXTO SOCIAL DA ESCOLA DA ESCOLA É FAVORÁVEL AO ENSINO DESSES CONTEÚDOS?

10) SOBRE O MATERIAL UTILIZADO EM SUAS AULAS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:

UTILIZA LIVROS DIDÁTICOS?

A SEDUC FORNECE ALGUM TIPO DE MATERIAL?

UTILIZA OUTRO MATERIAL, COMO DE ELABORAÇÃO PRÓPRIA?

11) NA SUA OPINIÃO, EXISTE UM PERFIL DE PROFESSOR(A) IDEAL PARA MINISTRAR E DESENVOLVER DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? POR QUÊ?

12) NA SUA OPINIÃO, EXISTE UM COMPONENTE CURRICULAR OU DISCIPLINA IDEAL DESENVOLVER A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? POR QUÊ?

13) VOCÊ JÁ TEVE PROBLEMAS COM FAMILIARES DE SEUS ALUNOS(AS), COLEGAS DE TRABALHO, NÚCLEO GESTOR, ALUNOS(AS) OS QUAIS QUESTIONARAM SUAS AULAS NA OPORTUNIDADE EM QUE VOCÊ ABORDOU ASSUNTOS RELACIONADOS COM A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO? RELATE O OCORRIDO.

14) EXISTE NA ESCOLA ALGUM ALUNO(A) LGBTQIAPN+ QUE PROCURA VOCÊ PARA CONVERSAR SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO?

15) TEM CONHECIMENTO SE HÁ CASOS DE PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO CONTRA ALUNOS(AS) LGBTQIAPN+ NA SUA ESCOLA?

16) EXISTE ALGUM TIPO DE AÇÃO EXTRACURRICULAR NA SUA ESCOLA VOLTADA PARA O TEMA?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

01. Dados Gerais:

- NOME;
- IDADE;
- GRADUAÇÃO;
- PÓS- GRADUAÇÃO;
- TEMPO DE MAGISTÉRIO;
- NOME DA(S) ESCOLA(S) ONDE LECIONA;

02) Em qual disciplina ou componente curricular o guia temático foi aplicado?

03) Como você utilizou o guia temático em sala de aula?

04) Você acha que esse guia temático pode ajudar no ensino da diversidade de gênero e sexual?

05) Como foi a aplicação em sala de aula? Os alunos(as) participaram ativamente?

06) Sobre a estrutura do guia temático: você achou que estava bem escrita, os tópicos se comunicavam, os conteúdos são atuais?

07) O uso das imagens estava adequado? Estavam alinhadas com o conteúdo?

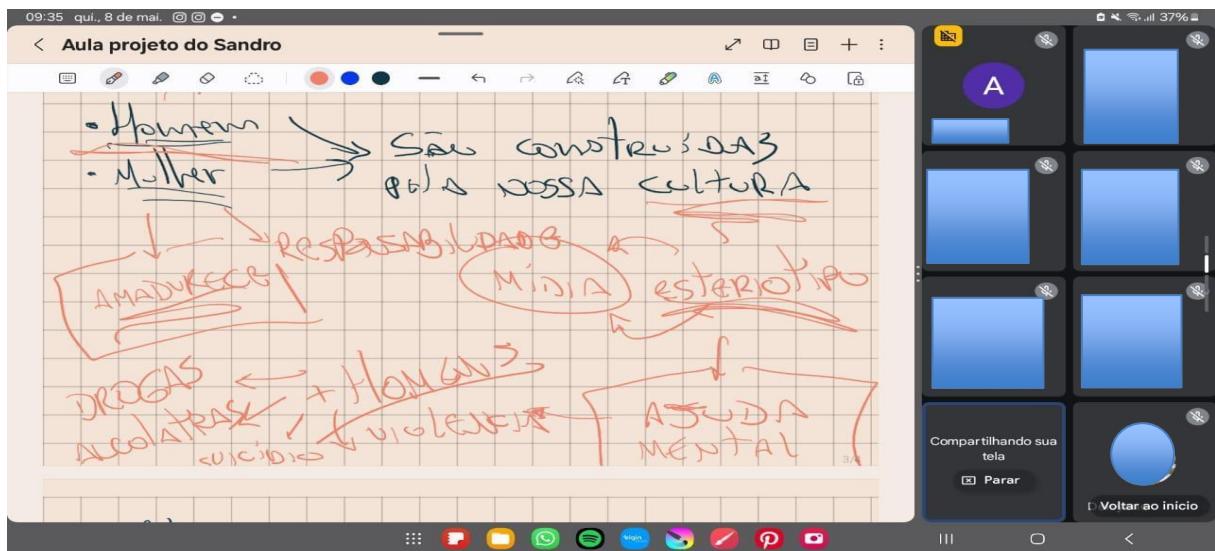
08) Sobre as indicações de filmes, artigos, livros e reportagens? Você achou que foram bem selecionadas

09) Você recomendaria o guia temático para outros professores?

10) Por fim, quais sugestões daria para melhorar o guia temático?

APÊNDICE D – REGISTRO FOTOGRÁFICO

Validação professor 01.

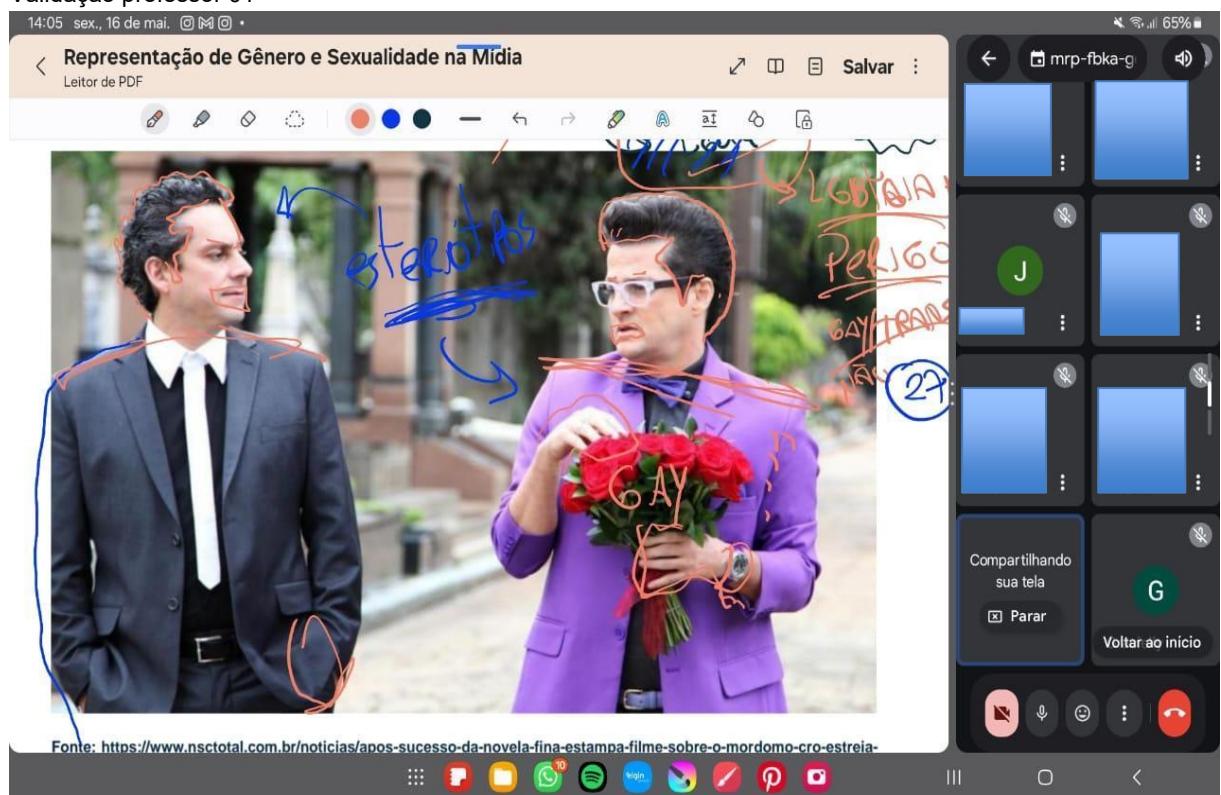


Validação professor 01.



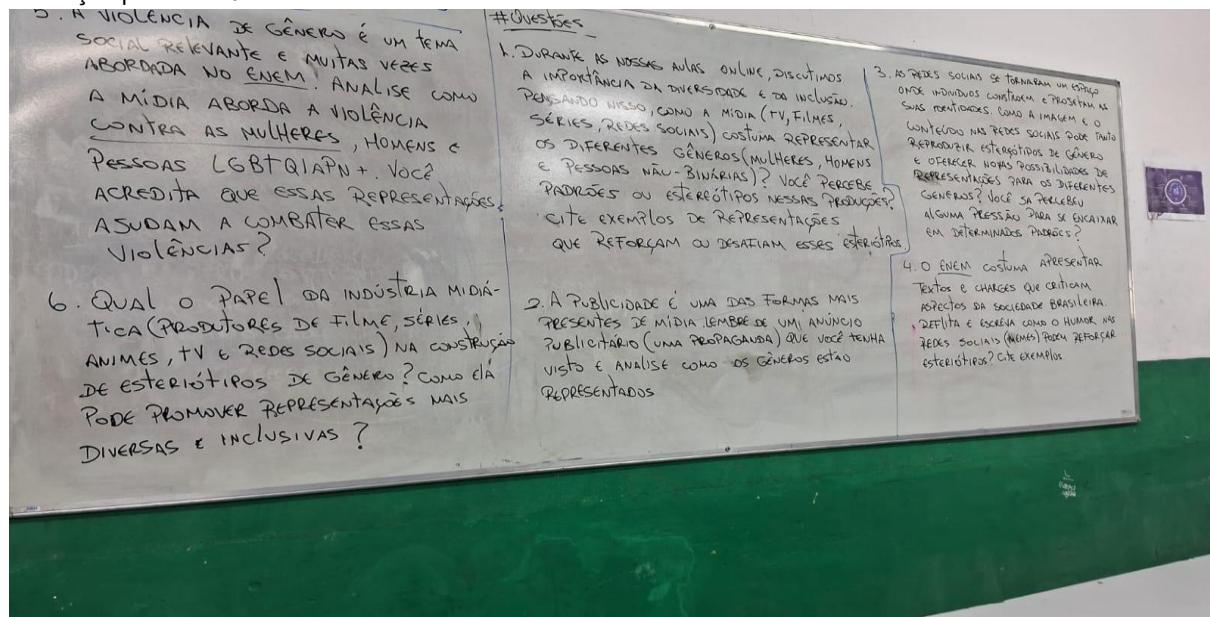
Fonte: Elaboração Própria.

Validação professor 01



Fonte: Elaboração Própria.

Validação professor 02



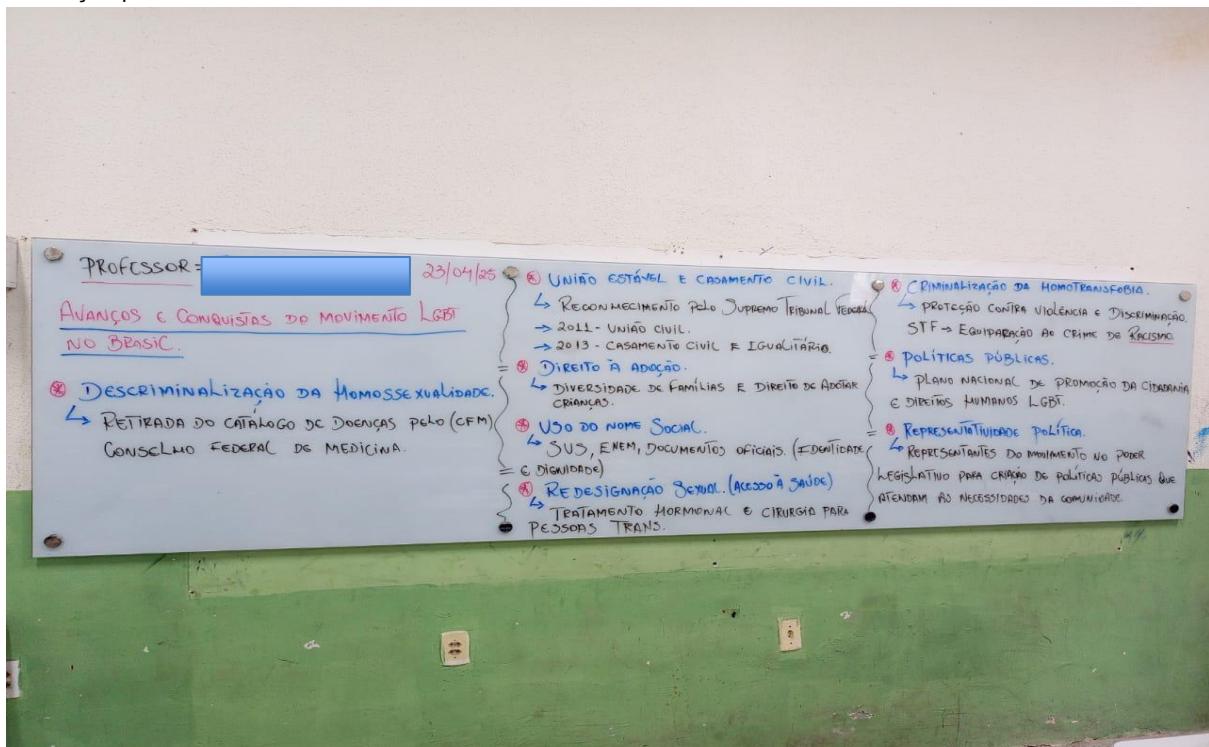
Fonte: Elaboração Própria.

Validação professor 03



Fonte: Elaboração Própria.

Validação professor 03



Fonte: Elaboração Própria.

Validação professora 04



Fonte: Elaboração Própria.

Validação professora 04



Fonte: Elaboração Própria.